



Mariana Martins Ribeiro

# *ALMANAQUE* (1959-1961): JORNALISMO E CULTURA NUM PAÍS EM MUDANÇA

Dissertação de Mestrado em Jornalismo e Comunicação, orientada pelo Doutor João Figueira e coorientada pelo Doutor Rui Bebiano, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# Faculdade de Letras

## ***ALMANAQUE (1959-1961): JORNALISMO E CULTURA NUM PAÍS EM MUDANÇA***

### Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>ALMANAQUE (1959-1961): JORNALISMO E CULTURA NUM PAÍS EM MUDANÇA</b>
<b>Autora</b>	<b>Mariana Martins Ribeiro</b>
<b>Orientador</b>	<b>João José Figueira da Silva</b>
<b>Coorientador</b>	<b>Rui Manuel Bebiano do Nascimento</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria Clara Moreira Taborda de Almeida Santos</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutora Carla Baptista</b>
	<b>2. Doutor Rui Manuel Bebiano do Nascimento</b>
<b>Identificação do curso</b>	<b>2ºCiclo em Jornalismo e Comunicação</b>
<b>Área científica</b>	<b>Jornalismo e Comunicação</b>
<b>Ramo</b>	<b>Investigação</b>
<b>Data</b>	<b>2018</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>22-02-2018</b>
<b>Classificação</b>	<b>19 valores</b>



*A Coimbra,  
chave-mestra de toda esta lição*

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, como não podia deixar de ser, agradeço aos meus Pais por todo o esforço e sacrifício que fizeram por mim, sobretudo nestes últimos dois anos. Obrigada por apostarem na minha formação académica, por perceberem as minhas ausências e por me darem liberdade para tomar as minhas próprias decisões.

Aos meus Orientadores, Doutor João Figueira e Doutor Rui Bebiano, um sincero obrigada por toda a ajuda, conselhos, correções e apoio prestado.

A ti, Carolina, minha irmã, obrigada pelas críticas e apoio; A ti, Madrinha, que me ligavas todas as semanas e me motivavas com o teu apoio e voz da experiência, obrigada! Foste, sem dúvida, uma grande força; A ti, Dudu, que me enchias de rir com as tuas SMS motivadoras, obrigada pela ajuda e por me incutires o gosto pela leitura, arte de bem escrever e sede de conhecimento; A ti, caloira Guida, obrigada pela preciosa ajuda nas traduções; Aos meus avós maternos, obrigada por, mesmo sem entenderem muito bem o que eu andava a fazer e o seu porquê, acreditarem sempre em mim.

A ti, Maria Inês, minha grande amiga, obrigada por aturares os meus desabafos, fosse como fosse; Um enorme obrigada a ti, Cajó, verdadeiro Mestre, que, apesar de teres acompanhado a reta final deste percurso, nunca deixaste de me apoiar e motivar como se estivesses comigo desde o início; Ao Engenheiro Rúben, um forte obrigada. Foi um gosto enorme e uma honra poder ter o seu apoio; Às minhas companheiras de curso, Cátia Cavaleiro e Sara Pinto, obrigada pelas dicas e ajuda que me deram; À equipa do Setor de Imprensa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, “pessoas maravilhosas, na generalidade e na particularidade”, obrigada por me impedirem logo na entrevista de desistir da tese e obrigada por me motivarem a continuar esta jornada.

Às funcionárias e funcionários da Biblioteca Municipal de Coimbra e da Biblioteca Geral da UC (segundas casas ao longo destes dois anos letivos) um grande obrigada a todas e a todos pela forma solícita com que acederam a todos os meus pedidos.

A ti, Coimbra, cidade do coração, que nos acolhe e envolve, um sentido e (já) saudoso obrigada.

Por último, como nunca é demais agradecer, um obrigada à vida, pelas voltas que já deu, pelas voltas que me fez dar e por, na volta, quando não parecia possível, me ter dado a volta, motivando e obrigando a terminar esta dissertação.

## Resumo

Considerando que a história contemporânea é indissociável das páginas da imprensa que ao longo da mesma foram dando notícia de tudo o que pautava a atualidade de então, através do cruzamento entre o jornalismo e a história, numa metodologia interdisciplinar, a presente investigação pretende contribuir para o estudo dos anos 60, das suas circunstâncias e mudanças culturais, bem como demonstrar a importância deste período para a evolução do jornalismo em Portugal. Para tal, recorre-se ao confronto entre o enquadramento teórico e a análise do principal objeto de estudo que motivou a escrita desta dissertação: a revista *Almanaque* (1959-1961).

Num primeiro momento apresenta-se um estado da arte, que se deseja crítico, do jornalismo cultural ao *New Journalism* e da cultura de regime à cultura de oposição ao Estado Novo, articulando o contexto do exercício do jornalismo ao clima de repressão e censura que pautava o contexto político de então. No seguimento, parte-se para a apresentação e análise da revista *Almanaque*, procurando-se demonstrar como esta funcionou como um exemplo invulgar, à época, e como um sintoma de mudança. Assim sendo, fazendo ponte com a revisão bibliográfica, far-se-á uma análise pormenorizada e comparada de algumas secções, artigos e temáticas da revista. Pretende-se tornar claro o destaque conferido pela *Almanaque* à crescente afirmação da juventude e às ruturas geracionais, à importância da música como fator de afirmação da cultura juvenil nos anos 60, bem como destacar o papel inovador que a revista deteve no processo de abertura ao exterior por alimentar e fomentar um imaginário além-fronteiras.

**Palavras-chave:** *Almanaque*, jornalismo cultural, *new journalism*, cultura de regime, cultura de oposição, *sixties*

## **Abstract**

Considering that the contemporary history is inseparable from the pages of the press which throughout were reporting everything that was relevant on those days, through the crossing of journalism and history, using an interdisciplinary methodology, the present investigation aims to contribute to the study of the 60's, of its circumstances and cultural changes, as well as to demonstrate the importance of this period to the evolution of journalism in Portugal. To do so, it resorts to confrontation between the theoretical framework and the analysis of the main object of study that motivated the writing of this dissertation: the *Almanaque* magazine (1959-1961).

In a first instance it is presented a state of the art, that should be a critique, from cultural journalism to New Journalism and from regime culture to opposition culture to the *Estado Novo*, connecting the context of the practise of journalism to the repression atmosphere and censure that characterized the then political context. Following, it moves on to the presentation and analysis of the *Almanaque* magazine, striving to demonstrate how it functioned as a peculiar example, for its time, and as a change symptom. Thenceforth, making a connection with the bibliographical revision, a detailed and comparing analysis will be made of some sections, articles and thematic of the magazine. This intends to make clear the emphasis given by *Almanaque* to the ever-growing uprising of youth and generational ruptures, to the importance of music as a affirmation factor of the juvenile culture in the 60's, as well as emphasize the innovating role that the magazine had in the process of opening the country by feeding and encouraging a beyond borders imaginary.

**Keywords:** *Almanaque*, cultural journalism, new journalism, regime culture, opposition culture, sixties

## Índice

Introdução .....	10
Capítulo 1: O estudo do século XX: o jornalismo cultural num país em mudança.....	14
1.1. O jornalismo no século XX: debilidade bibliográfica e pertinência do estudo .....	14
1.2. Jornalismo cultural: onde jornalismo, literatura e cultura se encontram .....	15
1.3. O Estado Novo: a influência do contexto histórico-político para o desenvolvimento do jornalismo em Portugal .....	20
1.4. Os anos 60: (des)continuidades e sinais de mudança.....	23
1.4.1. A evolução do jornalismo português durante o salazarismo .....	24
1.4.2. O que mudou no campo dos <i>media</i> .....	27
1.4.3. A importância dos suplementos .....	31
1.5. <i>New Journalism</i> : onde o jornalismo se encontra com a literatura.....	34
Capítulo 2: Cultura de regime e cultura de oposição em Portugal na viragem para os anos 60 .....	40
2.1. O Estado Novo: ideais, repressões e valores incutidos .....	40
2.1.1. Caracterização da sociedade portuguesa .....	42
2.1.2. A década de 1950 .....	43
2.1.3 A viragem para a década de 1960 .....	46
2.1.4. As mulheres no Estado Novo: a mobilização feminina em prol do regime .....	49
2.2. Mecanismos e sinais centrais da formalização de uma cultura de regime .....	55
2.3. Anos 60, tempos de rutura: a crescente oposição juvenil ao regime.....	59
Capítulo 3: <i>Almanaque</i> , “o órgão oficial das pessoas inteligentes”: o projeto, as pessoas, a vida da revista e os seus principais temas e interesses.....	66
3.1. “Genealogia dos Almanques”: origens e significado de um “«amigo sociável e fiel»” .....	66
3.2. A revista <i>Almanaque</i> : ficha técnica, redatores, grafismo e inovação editorial da revista .....	68
3.2.1. Estrutura interna da revista: organização, secções e principais temáticas.....	71
3.2.2. As notas de abertura .....	74
3.2.3. A crónica inaugural: um prenúncio de irreverência .....	76
3.2.4. Das crónicas de abertura em destaque a outras particularidades.....	77
3.2.5. A crónica final: o cair da noite no décimo oitavo número .....	81
Capítulo 4: <i>Almanaque</i> : secções, artigos e temáticas em destaque.....	85
4.1. Do papel das mulheres às suas “Latitudes da Felicidade” .....	85
4.2. Movimentos culturais.....	94
4.2.1. Os <i>teddy-boys</i> .....	96
4.2.2. <i>Beat Generation</i> .....	98

4.2.3. <i>Blousons noirs</i> no feminino.....	101
4.2.4. “A indústria americana descobre a juventude” .....	103
4.2.5. “Juventude (para análise) esquartejada”: onde o jornalismo se encontra com a literatura	105
4.3. Boémia daqueles e de outros tempos: imaginação e saudade .....	106
Conclusão.....	114
Bibliografia .....	117
Anexos.....	i
Anexo 1: Fotografias da revista <i>Almanaque</i> (1959-1961) .....	i
1.1. Capas .....	i
1.2. Primeira nota de abertura (A., 10/59) .....	iii
1.3. Secção “Boémia de outros tempos” (A., 10/59) .....	iv
1.4. “Jornal de Actualidades” (A., 11/59).....	v
1.5. <i>Teddy-boys</i> (A., 11/59) .....	v
1.6. Artigo “A indústria americana descobre a juventude” (A., 12/59).....	vii
1.7. Secção “Boémia destes tempos” (A., 12/59; 01/60).....	viii
1.8. “As mais belas mulheres do mundo” (A., 12/59) .....	ix
1.9. Exemplo de publicidade presente na revista (A., 12/59; 02/60).....	x
1.10. Secção “Latitudes da felicidade” (A., 01/60; 05/60; 06/60; 07/60).....	xi
1.11. <i>Beat Generation</i> (A., 02/60) .....	xiii
1.12. “Raparigas românticas, sem romantismo” (A., 03/60) .....	xiv
1.13. “Efemérides” (A., 04/60).....	xv
1.14. “Esposa e mártir” (A., 04/60) .....	xv
1.15. “O filme do mês” (A., 04/60) .....	xvi
1.16. Relação entre homem e mulher, exemplos (A., 04/60; 05/60) .....	xvi
1.17. “Juventude (para análise) esquartejada” (A., 05/60) .....	xviii
1.18. “Edital” (A., 10/60).....	xix
1.19. O último número (A., 05/61) .....	xx



*Pensavam que a história do século já estava escrita lá antes de vocês terem nascido, e que continuaria a ser escrita bem longe de onde vocês estivessem. Era como se vocês vivessem na ausência daquilo que poderiam ser, num lugar que cessara de existir (...).*

Olivier Rolin

Rolin, O. (2003). *Tigre de papel*. Porto: ASA.

## Introdução

Considerando que é requisito de qualquer investigação trazer um novo contributo à(s) área(s) de estudo na qual é desenvolvida, este trabalho pretende ir ao encontro, a partir do cruzamento entre o jornalismo e a história, de um primeiro e grande objetivo que motivou a sua escrita: demonstrar como, dentro do padrão das publicações periódicas suas contemporâneas, a revista *Almanaque* (1959-1961)<sup>1</sup> representou à época um exemplo invulgar e funcionou como um anúncio e um instrumento de mudança. Este grande desafio surgiu no contexto do primeiro ano do 2ºCiclo de estudos em Jornalismo e Comunicação, nomeadamente no âmbito do Seminário de Produção Cultural e Correntes Intelectuais, unidade curricular do Mestrado de História – Época Contemporânea<sup>2</sup>. Dali se lançaram os dados para aqueles que seriam (praticamente) dois anos letivos de pesquisa e leitura bibliográfica que incorporaram a análise dos 18 números da revista *Almanaque*.

Esta, enquanto principal objeto de estudo, não tinha sido ainda explorada, sendo a bibliografia sobre a mesma bastante escassa e recaindo, *grosso modo*, sobre as inovações que traz a nível do seu grafismo. Procurou-se, então, analisar a estrutura interna e o próprio conteúdo da revista, destacando-se uma peculiar irregularidade ao nível das secções que a compõem, bem como a diversidade de temas presente em cada número. Mais ainda, a partir da devida contextualização teórica e estado da arte sobre as temáticas em estudo, pretendeu-se destacar a importância conferida pela publicação à crescente afirmação da nova cultura juvenil e às ruturas geracionais que emergiam à época, bem como a importância atribuída à música como instrumento de afirmação de uma nova estética e sensibilidade nos anos 60, além do papel inovador que a *Almanaque* deteve no processo de abertura ao exterior, alimentando e fomentando em Portugal um imaginário alternativo além-fronteiras. Uma investigação desta natureza justificou-se, também, pelo facto de, no contexto político-social em que o país vivia à época, estando este, bem como a sua produção cultural e jornalística, mergulhados num clima de repressão e censura que “não apreciava grandemente contratempos de inteligência” (Pires, 1995:16), indo de encontro a isto mesmo, definindo-se

---

<sup>1</sup>*Almanaque* / propriedade Grupo de Publicações Periódicas ; director J.A. de Figueiredo Magalhães, outubro 1959 - maio 1961. A referência à revista ao longo desta dissertação será feita através da abreviatura do título (A.), seguido do número do mês ou meses a que a edição citada diz respeito, seguindo-se, por último, a página de onde foi retirado o excerto, no caso de se tratar de uma citação direta.

<sup>2</sup>Incluída no plano de estudos da Discente como Seminário opcional no ramo de Investigação do Mestrado em Jornalismo e Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do qual se desenvolveu a presente dissertação.

como sendo o “órgão oficial das pessoas inteligentes” (A., 03-04/61, p.1) e enquanto o engenho e a arte assim o possibilitaram, a *Almanaque* contrariou o que era esperado de uma publicação generalista da época, ao longo de 18 extensas, sábias, satíricas, literárias, culturais e, sobretudo, ímpares edições, contribuindo, assim, para a construção de uma via inovadora em Portugal no que ao campo da escrita jornalística diz respeito.

De modo a alcançar os objetivos propostos, optou-se por dividir este trabalho em quatro capítulos, sendo os dois primeiros de enquadramento teórico, de reconhecimento das circunstâncias e de revisão bibliográfica e os dois últimos de apresentação e análise da revista em estudo. O primeiro capítulo debruça-se sobre o estudo do século XX no que ao jornalismo português diz respeito, incidindo, sobretudo, no exercício do mesmo nas décadas de 1950-1960. Uma das temáticas em análise é o jornalismo cultural: ainda que se procure abordá-lo de forma genérica mas indicativa, explorando-o ao máximo, mesmo que de uma forma nova, numa primeira e introdutória observação o que de mais relevante há a retirar é o facto de não existirem grandes dados e estudos sobre o tema, sobretudo em Portugal, falando-se numa explosão deste fenómeno apenas após o 25 de Abril de 1974. Procurar-se-á tornar claro em que consiste o jornalismo cultural e quais as suas marcas distintivas, problematizar o próprio conceito - onde se inclui a complexidade em definir o termo “cultura” mas, ao mesmo tempo, em definir “jornalismo” -, importando, por último, destacar a possibilidade de se considerar a *Almanaque* enquanto publicação cultural dada a sua diversidade de tipos de conteúdos e de artigos ligados às diferentes formas de arte e cultura. O primeiro capítulo também incluirá uma abordagem ao fenómeno do *New Journalism* americano, uma vez que a sua emergência é contemporânea da revista em análise, além de se denotar uma certa influência desta corrente no tipo de escrita que caracteriza alguns artigos da *Almanaque*. Lançar-se-á, ainda, uma reflexão no domínio da história da cultura, na importância dos *media* na difusão da mesma, focando-se com especial ênfase o momento de viragem no plano cultural e geracional, vivido, sobretudo, no ambiente estudantil e artístico português, à época, contexto no qual se vão afirmando os suplementos culturais e/ou literários.

No seguimento, o segundo capítulo procede a uma contextualização histórica dos valores, ideais e limites impostos pela repressão que marcou o primado salazarista, a uma caracterização da sociedade portuguesa e das décadas de 1950-1960 em Portugal, incluindo nela a condição das mulheres durante o período do Estado Novo, a par de uma abordagem sobre a mobilização feminina em prol do regime. Posto isto, procurar-se-á identificar os sinais centrais da formalização da chamada cultura de regime, problematizando criticamente a sua

existência. Para tal, pretende-se munir o capítulo com um enquadramento teórico que se debruce sobre alguns dos valores essenciais do salazarismo; a identificação da predominância do mundo rural contra o universo urbano que a *Almanaque* anunciava e descrevia; a afirmação de uma cultura nacional ou “oficial” contra a cultura cosmopolita e mais diversificada que então emergia; a valorização do passado e da tradição versus o interesse pelo presente e pela modernidade – confronto visível nas secções “Boémia destes” e de “outros tempos” da revista em análise; a subalternização do papel da cultura juvenil e do lugar das mulheres contra a valorização que estava a emergir – sendo os conteúdos da *Almanaque* prova disso. De notar, ainda, uma referência a mecanismos e organismos ligados ao regime, para além de uma abordagem mais desenvolvida ao SPN/SNI de António Ferro e à propaganda do Estado Novo. Por último, por oposição à mencionada cultura de regime, vêm os “longos” anos 60 (Bebiano, 2002; 2003): apesar do tardio desenvolvimento da cultura *sixtie* em Portugal, verifica-se a existência de uma crescente oposição juvenil ao regime salazarista, patrocinada por mudanças culturais, destacando-se os movimentos estudantis que se foram registando à época. A abordagem à rutura face à norma e ao rebuliço cultural e geracional de influência americana, britânica e europeia que se fez sentir, sobretudo, no contexto juvenil e estudantil, bem como a problematização do conceito de *sixties*, irá contextualizar e introduzir o estudo e análise da revista *Almanaque*.

É, precisamente, a partir do capítulo seguinte que a presente dissertação se irá centrar naquele que é o seu principal objeto de estudo: começando por uma genealogia referente às origens dos almanaques, bem como por uma explicitação do seu significado ao longo dos tempos, o terceiro capítulo dará a conhecer o projeto, as pessoas (redatores, colaboradores e principal *designer*), a vida da revista, os principais temas e interesses, o inovador grafismo e a inovação editorial. Pretende-se, assim, demonstrar o que a *Almanaque* traz de novo e de diferente. Procurar-se-á realizar uma primeira análise com base na estrutura interna da revista, nomeadamente a partir do estudo das suas principais e mais constantes secções e temáticas, analisar as notas de abertura de cada edição da revista, bem como conferir destaque a outras particularidades que advenham destas e se revelem pertinentes. Posto isto, partir-se-á para uma análise mais exaustiva de algumas secções, de artigos e temas em destaque, estabelecendo-se um paralelo com o enquadramento teórico dos dois primeiros capítulos, a partir de uma leitura atenta e comparada dos 18 números da *Almanaque*. Destaca-se a inovação na escrita jornalística, identifica-se o recurso a marcas distintivas do *New*

*Journalism* e estabelece-se relação entre os conteúdos da revista e os temas ligados ao contexto político e cultural dos anos 60.

Por fim, o quarto e último capítulo, de natureza “prática”, colocará em destaque alguns artigos e secções da revista nos quais se aborda o género feminino e os movimentos culturais que se afirmaram entre os jovens europeus e americanos - incluindo-se neste grupo a juventude feminina e a preocupação face às mudanças que no seio desta também começavam a emergir, a par da crescente atenção conferida aos jovens, sobretudo na América. Haverá espaço, ainda, para uma análise da importante inovação e contributo da revista *Almanaque* num processo de abertura ao exterior, tanto por oferecer latitudes de outras felicidades, como por possibilitar ao leitor construir o seu próprio imaginário, oferecendo-lhe inúmeras e distintas viagens a partir da leitura dos seus artigos.

Seguindo uma metodologia interdisciplinar, que articulará processos envolvendo a história do jornalismo e a história política e cultural, encerrar-se-á o trabalho com o confronto da análise feita nos dois últimos capítulos com as leituras e reflexões que a precedem na necessária revisão bibliográfica, numa conclusão que salientará os objetivos centrais que motivaram a sua execução, demonstrando-se, assim, que, à época, a revista *Almanaque* efetivamente funcionou, em Portugal, como um exemplo invulgar e um prenúncio de mudança.

## Capítulo 1: O estudo do século XX: o jornalismo cultural num país em mudança

### 1.1. O jornalismo no século XX: debilidade bibliográfica e pertinência do estudo

“O século XX pode ser guardado nas páginas da história de diversas formas” (Mazini & Rosa, 2012:103). Nas portuguesas, tal como se verifica em tantos outros contextos, encontram-se diversos e decisivos marcos políticos, científicos, culturais e sociais. Sem descurar os restantes, neste primeiro capítulo são os últimos que interessam particularmente, uma vez que o jornalismo se caracteriza como técnica de leitura do social, sendo sobre esta que recai a presente investigação. Ao longo da mesma, de forma inesperada, encontrou-se tanto por guardar em páginas por escrever, isto é, uma considerável debilidade bibliográfica no que toca à evolução do jornalismo português ao longo do século XX<sup>3</sup>, nomeadamente, no que ao período do Estado Novo e, em particular, aos anos 60 diz respeito, facto que justifica a pertinência do presente estudo. Por comparação, de facto, “à relevância do que se passou nestes anos não tem correspondido uma linha de investigação consistente dirigida para a história da imprensa e do jornalismo posterior à implantação da República” (Correia & Baptista, 2007:24). Destaque-se, porém, que, mais recentemente, têm surgido diversas investigações e trabalhos académicos sobre este mesmo período. Contudo, apesar desta falha ter vindo a ser reduzida, ainda permanece como tal.

Para colmatar esta lacuna bibliográfica sobre as referidas temáticas no contexto e tempo mencionados, uma vez que “nenhuma história contemporânea, e a portuguesa não é excepção, se compreende sem as páginas da imprensa que diariamente estamparam a notícia de tudo o que fez a vida das nações” (Sardica, 2012:295)<sup>4</sup>, procurar-se-á, sempre que possível, fundamentar a presente dissertação com exemplos concretos de publicações periódicas da época. De referir, por outro lado, que, devido a essa mesma lacuna, a evolução histórica da imprensa e do jornalismo em Portugal, desde a segunda metade do século XIX até ao 25 de Abril, tem vindo a ser dividida em dois grandes períodos: do fim de 1864 a 1933, e de 1933 a 1974 (Correia & Baptista, 2007:21)<sup>5</sup>. Aqui interessa o segundo, nomeadamente a importância

---

<sup>3</sup>Desde o caminho para uma profissionalização, as condições do exercício do jornalismo, a sua evolução, etc.

<sup>4</sup>Destacando-se, por isso, “a narrativa jornalística como complementar da construção da História” (Peixinho, 2016:557).

<sup>5</sup>Existem autores que dividem toda esta época em 3 (como José Tengarrinha) ou em 4 períodos (como Adriano Duarte Rodrigues). Por sua vez, Matos e Lemos usa a data do Golpe Militar de 1926 como marco de divisão entre dois períodos da imprensa periódica em Portugal (Correia & Baptista, 2007:21).

que os anos 60 tiveram na evolução do jornalismo em Portugal. Destaque-se, porém, que este período não tem uma delimitação temporal rígida, abrangendo as décadas de 1950 e de 1960 do século XX<sup>6</sup>. Por outro lado, na presente análise não se pode subalternizar o contexto político-social em que o país vivia, estando este mergulhado num clima de repressão política e controlo da imprensa que afetava as mais variadas publicações e formas de comunicação existentes.

## 1.2. Jornalismo cultural: onde jornalismo, literatura e cultura se encontram

Habitualmente associado ao jornalismo literário<sup>7</sup>, o jornalismo cultural<sup>8</sup> distinguir-se-ia pelo “estilo da narrativa, que esteve na origem da vertente ficcional das reportagens americanas a partir dos anos 60, vertente esta conhecida como “*New Journalism*”” (Silva, D.S., 2011:71). Contudo, Dora Santos Silva (2011) defende que esta conceção estilística não se adequa ao jornalismo cultural, uma vez que, apesar de este se caracterizar por um estilo discursivo próprio, não será aquilo que o distingue de forma exclusiva, dado que também é necessário ter em conta a natureza dos temas abordados. Na obra *Cultura & Jornalismo Cultural. Tendências e Desafios no Contexto das Indústrias Culturais e Criativas*, a autora concebe e descreve o jornalismo cultural como uma área de especialização dentro do jornalismo, área esta que, no geral, está submetida às suas regras e critérios<sup>9</sup>, juntando-se a estes certas particularidades, ao mesmo tempo que sofre influências advindas da evolução

---

<sup>6</sup>Os autores estudados tendem a incorporar as duas décadas numa só, falando-se numa “*década distorcida* que vai de 1956 a 1968, sem prejuízo de convocarmos o *antes* e o *depois*, já que o real significado dos anos 60 só será verdadeiramente entendido se o analisarmos à luz de um processo evolutivo” (Correia & Baptista, 2007:23).

<sup>7</sup>O Jornalismo Literário não tinha a notícia como principal preocupação e teve origem “nos folhetins franceses, os grandes atractivos dos jornais, que publicavam textos de [reconhecidos] autores” (Silva D. S., 2011:91). Foi assim que se deu a invasão das redações dos jornais pelos escritores e pela própria literatura, “movimento que conheceu o seu auge em meados do século XIX e continuou a crescer no século XX” (*Ibidem*).

<sup>8</sup>Segundo Dora Santos Silva (2011), numa afirmação que diz ser consensual entre autores, o Jornalismo Cultural é “produto da era pós-Renascimento, em particular do movimento iluminista que caracteriza o século XVIII”. Contudo, é de referir que a difusão da cultura sofreu um avanço considerável com a invenção da imprensa de Gutenberg, no século XVI, permitindo o acesso do público a obras literárias. De realçar, ainda, que também foi através da imprensa que nos séculos XVIII e XIX se verificou “uma promoção e difusão até então nunca vistas” de obras literárias da época (Silva, D. S., 2011:87). Mais ainda, como destacam diferentes autores, é em 1771 que surge o mais célebre marco do nascimento do Jornalismo Cultural, a revista londrina *The Spectator*, fundada por dois ensaístas ingleses, tendo como principal objetivo “popularizar os saberes dos gabinetes, das bibliotecas, das escolas e das faculdades, disseminando-os pelas casas de chá e cafés” (Pizza, 2004 *apud* Silva, D. S., 2011:88).

<sup>9</sup>Porém, no Jornalismo Cultural não são sempre usadas as técnicas de redação jornalística – como, por exemplo, a pirâmide invertida.

económica e política do contexto onde é praticada. Assim sendo, o jornalismo cultural vai beber “às práticas do jornalismo geral que conjuga com especificidades próprias do jornalismo especializado e, ainda, do cultural (...)” (*Ibidem*). Como defini-lo? Aqui reside a dificuldade e a complexidade do seu estudo, intimamente ligadas à complexidade em definir o termo cultura (Arruda, Oliveira, & Tavares, 2011; Carmo, 2006; Basso, 2006; Franco, 2013; Lopez & Freire, s/d; Melo, s/d; Silva, D. S., 2009; 2011; Siqueira & Siqueira, 2007; Strelow, s/d) mas, também, pela complexidade em definir jornalismo (Franco, 2013).

Dora Santos Silva (2009; 2011) traça um panorama da evolução do conceito de cultura ao longo do qual se podem identificar mais de uma centena de definições diferentes para o termo<sup>10</sup>, com vários contributos de diferentes áreas do saber – da Filosofia à Economia ou Semiótica -, tornando-se difícil refletir sobre o conceito de forma objetiva, sendo que esta reflexão dependerá da perspetiva adotada<sup>11</sup>. Ainda que, “à partida, [seja] impossível fixar o termo “cultura” numa definição que seja válida em todas as situações” (Silva, D. S., 2011:22), dependendo do tempo e espaço discursivos em que esteja inserido, sobretudo a partir do século XX, “o conceito foi ampliado, ganhando novas conotações e relacionando-se com os modos de vida e formas de pensamento de uma sociedade ou grupos sociais” (*Idem*:24). Esta evolução do termo e do próprio significado de cultura<sup>12</sup> importa, segundo a autora, para se entender o significado que os *media* lhe atribuem e qual das visões transportam para o seu meio (Silva, D.S., 2011). A par disto, é de destacar a quantidade de termos e contextos onde se emprega a palavra, bem como a defesa de que “tudo” é cultura, visão que não é partilhada pela autora. Contudo, por outro lado, “é possível, sim, afirmar que tudo pode ser analisado de um ponto de vista cultural” (Silva, D. S., 2011:22). Mais ainda, “(...) é unânime a assumpção dos *media* como factor determinante das alterações culturais” (*Idem*:26-27). Neste contexto, convém destacar que é com o aparecimento da cultura de massas<sup>13</sup> que surgem mais contributos para compreender o jornalismo cultural. Interligando as duas áreas, numa

---

<sup>10</sup>Cf. Silva, D. S. (2009; 2011).

<sup>11</sup>Na presente dissertação, a abordagem e referência ao termo centram-se, sobretudo, no ponto de vista da produção jornalística, nomeadamente da sua produção temática.

<sup>12</sup>“Etimologicamente a origem do termo “cultura” está associada ao cultivo do solo, mas ao longo do tempo a noção de “cultura” foi evoluindo – passando a aplicar-se também ao “cultivo intelectual e artístico” dos indivíduos e, mais tarde, ao desenvolvimento das civilizações ou a determinado conjunto de crenças e costumes de uma dada sociedade ou grupo – assumindo-se como um conceito extremamente complexo e multidimensional” (Inglis, 2005 *apud* Franco, 2013:14).

<sup>13</sup>O termo “massas” diz respeito ao conjunto das pessoas anónimas provenientes de diversos grupos sociais e culturais locais, possuindo uma organização frágil e agindo em função de um objectivo específico e transitório” (Ferin 2002 *apud* Silva, D. S., 2011:26). Por sua vez, “a cultura de massas é [...] o produto da eclosão dos meios massivos de comunicação, que, como afirma McLuhan, dará lugar a uma cultura globalizada” (Silva, D. S., 2011:26).



perspetiva mais atual sobre a evolução do termo cultura, Dora Santos Silva (2011) destaca que este se foi alterando “fundamentalmente em função da expansão dos *media*, primeiro com a rádio e a imprensa e depois com a televisão, os museus, as bibliotecas e outras indústrias culturais” (*Idem*:40). Por sua vez, a definição de jornalismo cultural foi evoluindo à medida que evoluiu a definição de cultura, “ajustando-se às suas duas concepções básicas: a “ilustrada” (que se restringia ao campo das belas-artes) e a antropológica, desenvolvida por E.B. Taylor, Richard Williams e outros estudiosos dos *Cultural Studies*”<sup>14</sup> (*Idem*:69). Quanto ao conceito de jornalismo, se também o pensarmos

“em termos antropológicos, como nos propõe Ana Teresa Peixinho na linha de pensamento de Rivera, chegamos à conclusão de que *todo o jornalismo é cultural, pois a imprensa é em si mesma uma atividade cultural que exerce a mediação entre os diversos setores da sociedade, construindo representações de práticas, costumes, rituais e mitos*” (Peixinho, 2011 *apud* Franco, 2013:28).

Por outro lado, Dora Santos Silva (2011) parte do pressuposto de que nem todo o jornalismo é cultural, reiterando que, de forma resumida, se entende “por jornalismo cultural [...] aquele que tem na sua essência práticas, bens ou perspectivas culturais” (Silva, D. S., 2011:70). Por conseguinte, distinguir-se-á por “um tipo específico de cobertura, lógicas diferenciadas, especificidades linguísticas e, naturalmente, uma amplitude temática” (*Ibidem*). Apoiando-se em J. S. Faro, a autora refere, a este propósito, a vertente subjetiva do jornalismo cultural, uma vez que “além da cobertura noticiosa das actividades artísticas editoriais, tem uma forte presença autoral, opinativa e analítico-conceptual, incluindo vozes exteriores ao universo do trabalho dos profissionais de imprensa” (*Idem*:72). Assim sendo, este poderá caracterizar-se como uma “zona” híbrida<sup>15</sup>, de reflexão e de crítica. Além disto, alberga diferentes temáticas: tanto se debruça sobre o que marca a cultura de massas, como foca as tensões históricas e/ou sociais em dado momento.

Destaque, ainda, para o carácter reflexivo – além de crítico – do jornalismo cultural: Dora Santos Silva (2011) relembra o contributo de Eliane Corti Basso (2006) que defende que o jornalismo cultural deverá levar a uma reflexão por parte de quem recorre aos seus

---

<sup>14</sup>“Nos anos 50 e 60, surge em Inglaterra um projecto que procura estudar as práticas culturais quotidianas, no contexto do protagonismo dos *media*. Nascido no *Center of Contemporary Cultural Studies* (CCCS) em Birmingham, é conhecido actualmente por *Cultural Studies* ou Estudos Culturais” (Silva, D. S., 2011:32).

<sup>15</sup>“Ao longo do século XX, a cultura de massas conjugou “os ideais de progresso iluminista oriundos da cultura iluminista” [Alzamora, 2005 *apud* Silva, D. S., 2011:93] e a diversidade de práticas e costumes da cultura popular, originando uma cultura a que Garcia Conclini intitulou de híbrida. Perante este cenário, o jornalismo cultural reflectiu este hibridismo e passou a interessar-se cada vez mais pelos produtos da cultura de massas” (Silva, D. S., 2011:93).

conteúdos. Mais ainda, uma vez que surgiu para tornar acessível a qualquer tipo de público as formas de arte, como os produtos da literatura, o jornalismo cultural poderá ser – e é desejável que o seja –, simultaneamente, “reprodutor e criador de cultura” (Silva, D. S., 2011:73-74). De facto, e apesar das mudanças que sofreu ao longo da história, o jornalismo cultural conseguiu ir mantendo algumas marcas distintivas. Dentro do que se mantém, Isabelle Anchieta de Melo (s/d) destaca “primeiro, a necessidade de democratizar o conhecimento<sup>16</sup> e, segundo, o seu carácter reflexivo<sup>17</sup>. São eles que definem o Jornalismo Cultural como uma prática singular e importante para a sociedade” (Melo, s/d:5). Não admira, pois, que este seja caracterizado por géneros textuais que são marcados “pela opinião e pelo posicionamento reflexivo sobre as práticas sociais” (*Idem*:6) - como a crónica. Por conseguinte, o jornalismo cultural também se diferencia pelos géneros jornalísticos que mais o caracterizam, pouco comuns no jornalismo em geral: “São estes a biografia, o perfil, a necrologia, as efemérides e a crítica” (Silva, D. S., 2011:74).

Quanto ao tipo de linguagem usada, há autores que defendem que no jornalismo cultural poderá existir uma maior liberdade estilística. Porém, há autores que criticam o que designam como “tratamento demasiado especializado que alguns temas culturais sofrem, repercutindo-se em vocábulos eruditos, que inviabilizam a compreensão do artigo, e numa abordagem pouco contextualizadora” (*Idem*: 77-78). Para Dora Santos Silva (2011), mesmo que certos géneros jornalísticos – como a crítica<sup>18</sup> ou o ensaio – possam ser sinónimos de uma maior liberdade linguística, mesmo que existam determinados temas mais complexos de abordar, no jornalismo cultural não se deve abdicar de certas características intrínsecas ao jornalismo, como é exemplo a clareza e a objetividade, até porque o jornalista cultural detém um papel semelhante ao de outro jornalista qualquer. Contudo, ainda que deva ter uma postura crítica e não fornecer meras definições ao leitor (Pastoriza, 2006 *apud* Silva, D. S.,

---

<sup>16</sup>O Jornalismo Cultural surge acarretando consigo uma função social que acaba por se tornar o que a autora chama de regularidade, isto é, “a função de mediar o conhecimento e aproximá-lo do maior número de pessoas” (Melo, s/d:5). Não o restringe, portanto, a uma dada elite ou a um dado tipo de público mais culto ou de um dado “nicho” intelectual. Daqui decorre, então, a sua regular tentativa de democratização do conhecimento e do acesso ao mesmo.

<sup>17</sup>Esta característica materializa-se no olhar crítico do Jornalismo Cultural desde a sua origem. Isto é, se dantes cabia à literatura ou a um dado tipo de artes fazer uma análise crítica sobre determinado assunto, uma vez que esta também passa a ser feita pelo Jornalismo Cultural, “é, portanto, a reflexividade que [o] distingue, efectivamente, [...] de outras editorias” (Melo, s/d:6).

<sup>18</sup>“É importante não confundir o jornalista cultural com o crítico: ao passo que o primeiro veicula notícias relacionadas com as diferentes actividades culturais, exige-se ao segundo uma interpretação acerca das expressões culturais sobre as quais exerce crítica” (Silva, D. S., 2011:84).

2011:84), o jornalista cultural é um “mediador”, logo, tem um “papel social”<sup>19</sup> (Melo, s/d:8; Silva, D. S., 2011:84).

No que toca à evolução do termo jornalismo cultural, parafraseando Jorge Rivera, Dora Santos Silva destaca que a primeira concepção procurava, sobretudo, privilegiar dados “meios específicos e selectivos, enquanto a segunda se infiltrou nos *media* em geral” (2011:69)<sup>20</sup>. Atualmente, porém, “a concepção de Jornalismo Cultural não é unânime nos *media* mundiais e portugueses” (*Ibidem*). Ainda assim, a que os autores mais citam é a de Jorge Rivera, definição que historicamente consagra o jornalismo cultural como

“uma zona muito complexa e heterogénea de meios, géneros e produtos que abordam com objectivos criativos, reprodutivos e informativos os terrenos das belas-artes, as ‘belas-letras’, as correntes de pensamento, as ciências sociais e humanas, a chamada cultura popular e muitos outros aspectos que têm a ver com produção, circulação e consumo de bens simbólicos, sem importar a sua origem e o seu destino” (Rivera, 1995 *apud* Lopes, 2010:48; Rivera, 2003 *apud* Franco, 2013:28-29; Silva, D. S., 2011:70).

Para esta complexidade e heterogeneidade contribuem vários fatores, como

“a coexistência de textos jornalísticos e exclusivamente literários ou ensaísticos nas páginas ou publicações onde “existe” jornalismo cultural, desde o suplemento de um diário a uma revista académica, e , por fim, as diferentes perspectivas de cultura que os media praticam (elite vs. massa, cultura especializada vs. cultura popular, tradição vs. modernidade, etc.)” (Silva, D. S., 2011:70-71).

Na qualidade de campo de múltiplas abordagens, o jornalismo cultural pode, também, ser entendido como prática circunscrita ao exercício do jornalismo enquanto atividade profissional. Partindo do pressuposto de que o jornalismo é cultural a todos os níveis, uma vez que a interpretação dos factos por parte do jornalista tem por base a bagagem e grelha no que à sua perspetiva cultural diz respeito, na presente dissertação encara-se o jornalismo cultural como o trabalho no âmbito das editoriais e secções designadas como cultura, artes e/ou sociedade. Posto isto, importa destacar a possibilidade de se considerar a *Almanaque*

---

<sup>19</sup>O jornalista cultural é entendido como um mediador, detendo um papel social, ou seja, o “de um mediador cultural. É o jornalista a pessoa responsável por pesquisar, entrevistar, apurar, seleccionar e codificar de forma clara as informações que envolvem o fato em questão” (Melo, s/d:8). Como tal, é determinante que ele consiga ter a capacidade de compreender a obra cultural em causa, expondo ao seu público, de forma simples e clara, todo o emaranhado de “nós” que envolve dada temática ou acontecimento, desmistificando qualquer complexidade associada aos mesmos.

<sup>20</sup>Sendo o que acontece na atualidade, com a diversa panóplia de produtos/ofertas culturais provenientes dos meios de comunicação social, afirmando-se a existência de várias culturas e de diferentes práticas culturais, ao invés de existir “a cultura” para uma dada elite.

enquanto revista/publicação cultural, perante todas as evidências, apesar da sua diversidade de conteúdos e tipos de artigos/reportagens. Por agora, justifica-se uma contextualização histórica e política do período em estudo, devido ao seu papel determinante enquanto entrave ao desenvolvimento do jornalismo português.

### **1.3. O Estado Novo: a influência do contexto histórico-político para o desenvolvimento do jornalismo em Portugal**

A existência de censura durante o Estado Novo, enquanto meio e forma de repressão das liberdades, teve um efeito determinante no exercício e função social do jornalismo. Contudo, não se verificou uma estagnação do mesmo ao longo das décadas do regime de ditadura vigente: foi evoluindo, foi-se adaptando e “transformando, de forma mais ou menos rápida, mais ou menos profunda, e a cultura profissional e a constituição da profissão iam avançando e ganhando novos contornos, cujos reflexos viriam a perdurar no tempo [...]” (Correia & Baptista, 2005: 1201). Mas, mais ainda, pode concluir-se que “Portugal, com mais ou menos vicissitudes, acompanhou genericamente o desenvolvimento formal do jornalismo no mundo ocidental (...)” (Sousa, s/d:83), embora este tenha sido condicionado pelos entraves impostos pelo Estado Novo. Assim sendo, tardavam em surgir as novidades jornalísticas que marcaram os anos 60. Por outro lado, não se fundou um único jornal diário no país em 23 dos 36 anos (1932-1968) que durou o longo consulado de Salazar na Presidência do Conselho de Ministros (Sardica, 2012:300). Porém, apesar do primado salazarista e do conseqüente clima repressivo, “a imprensa foi-se agitando, incorporando as inovações que vinham sobretudo de dois campos: o social e o cultural”<sup>21</sup> (Correia & Baptista, 2007:296). Mas, mais ainda, “o final da década de 50 e, principalmente, os dez anos seguintes, trouxeram mudanças importantes nos modos de pensar, sentir e fazer jornalismo” (Correia & Baptista, 2010:10). Além disto, verificam-se avanços, mudanças importantes nomeadamente um “rejuvenescimento da classe profissional dos jornalistas, provocado pelo ingresso de jovens na profissão” (Sousa, s/d:82), com melhores habilitações académicas comparativamente com a geração anterior<sup>22</sup>, contribuindo para uma maior credibilidade da classe e dos seus profissionais. Estes passavam a ser vistos como tal “e cada vez menos como boémios “desenrascados” que exerciam o

---

<sup>21</sup>Constituindo-se, *inclusive*, como forma de oposição ao regime, sobretudo na viragem para os anos 60 – consultar o segundo capítulo desta dissertação.

<sup>22</sup>De referir que iam surgindo apelos a uma “institucionalização do ensino do jornalismo (algo que, de resto, a classe já reivindicava desde o final do século XIX) e alguns jornalistas foram mesmo fazer licenciaturas em Jornalismo noutros países (...)” (Sousa, s/d:82).

“sacerdócio” jornalístico a par de outras profissões (...)” (*Ibidem*). Por outro lado, à época, também se verificam “sólidas iniciativas empresariais” (Rodríguez, 1994:365) que, conseqüentemente, despertaram novas visões comerciais e políticas – pontos de vista que o regime salazarista não tinha facilidade em controlar -, bem como contribuíram para uma “modernização tecnológica das empresas jornalísticas” (Sousa, s/d:82).

De facto, na primeira metade do século XX, sobretudo nas primeiras décadas de ditadura, verificou-se uma estagnação ao nível dos jornais, fruto não só da ação da censura como de uma falta de iniciativa dos empresários da imprensa no sentido de estimular uma oposição ao Estado Novo. Desta feita, “nos anos 50, o regime e a Censura mantinham-se, os jornais continuavam a ser propriedade de famílias tradicionais, a *desconfiança* dos jornalistas mais antigos pelos mais novos continuava a ser visível” (Correia & Baptista, 2007:108). Contudo, é nos anos 60 que a situação se altera, nomeadamente com a compra do *Diário de Lisboa* (1921-1990)<sup>23</sup>, pela família Ruella Ramos, “que rapidamente se tornou a voz mais importante da oposição liberal, com comunistas clandestinos infiltrados entre os trabalhadores. Por outro lado, a família Balsemão<sup>24</sup> ficou com o *Diário Popular*<sup>25</sup> (...)” (Rodríguez, 1994:365). Destacam-se estes diários por terem sido dois dos jornais da tarde – os chamados vespertinos - que mais impulsionaram uma mudança<sup>26</sup>, através da introdução e desenvolvimento de alterações a nível jornalístico, empresarial e tecnológico<sup>27</sup>. A este grupo é

---

<sup>23</sup>“Jornal de referência do século XX português [...]. Segundo Tengarrinha (2006, p.209) “desde logo se destacou na Imprensa portuguesa pelo seu nível literário, a qualidade dos seus redactores e colaboradores e a atenção que dedicava a temas culturais. (...) O que singulariza o *Diário de Lisboa* comparativamente à imprensa do seu tempo e ao mesmo tempo constituiu a chave do seu rápido êxito, além da sua qualidade jornalística e independência política, foi o seu eclectismo, o espírito novo, aberto e tolerante que introduziu no jornalismo português, dando espaço livre, em contraste com a imprensa do tempo, às mais diversas correntes políticas e estéticas” (Fragoso, 2009: 182). “ (...) Aquilino Ribeiro evocaria assim, depois do aparecimento do primeiro número: «Tratava-se do mais pequeno jornal de Lisboa que fazia, ao pé dos periódicos de tipo clássico, a figura de um esquilo ao pé de cangurus. Vinha cheio de ralé, bisbilhoteiro, a impar de sério e, ao mesmo tempo, de tão bom humor» ” (*apud* Tengarrinha, 2006 *apud* Correia & Baptista,2007:106-107).

<sup>24</sup>Em 1973 surgiria o semanário *Expresso*, fundado por Francisco Balsemão, que também se caracterizava por ser um órgão de oposição ao regime (Rodríguez, 1994:365).

<sup>25</sup>Publicado de 1942 a 1991. Tal como o *Diário de Lisboa*, era um jornal diário, vespertino e publicado na capital portuguesa. Ambos marcaram o panorama jornalístico dos anos 50 e 60 do século XX.

<sup>26</sup>Conjunto ao qual se pode juntar o *Diário Ilustrado*, fundado em 1956, “com uma administração pouco interventiva, que deu a Miguel Urbano Rodrigues carta branca para formar uma redação a partir do zero, composta maioritariamente por uma série de jovens, alguns estreados na profissão, desejosos de *fazer coisas novas* no jornalismo” (Correia & Baptista,2007:110). Na voz do próprio, Miguel Urbano Rodrigues (1925-2017), à época um jovem jornalista que deixou o *Diário de Notícias* e que, em poucos dias, passa de colaborador a chefe de redação do novo vespertino, este foi o “aparecimento de um jornal cuja breve existência agitou então as águas paradas da imprensa portuguesa” (Rodrigues, 2002:98).

<sup>27</sup>“A criação, em 1921, do *Diário de Lisboa*, o primeiro vespertino em formato tablóide publicado em Portugal, assim como, duas décadas mais tarde, do *Diário Popular*, igualmente vespertino e tablóide, constituem precedentes incontornáveis, ainda que tenham nascido em contextos diferentes e protagonizados por pessoas

importante e justo acrescentar um outro vespertino marcante na resistência ao Estado Novo: o jornal *República*. Fundado em 1911 por António José de Almeida, dirigente republicano que viria a ser Presidente da República poucos anos depois (1919-1923), abandonando o cargo de diretor do diário, o *República* esteve desde o início ligado a figuras de relevo da maçonaria portuguesa. Soube sobreviver à instauração do Estado Novo e, em parceria com o *Diário de Lisboa*, destacou-se na luta contra a ditadura, uma vez que, “durante o Salazarismo, o jornal *República* simbolizava (juntamente com o *Diário de Lisboa*), na imprensa legal, a resistência possível ao regime” (Amaral & Pereira, 2012:5). Por conseguinte, “o *República* chegou ao 25 de Abril [...] com o prestígio de ter sido o único diário português que se assumia, explicitamente, como órgão da oposição democrática, embora outros, como o *Diário de Lisboa*, comungassem de uma atitude de crítica face ao regime” (Mesquita, 1994:510). Desta feita, segundo Fernando Correia e Carla Baptista (2006; 2007), as mudanças ocorridas no jornalismo, à época, deveram-se, sobretudo, ao papel desempenhado pelos diários vespertinos, que contribuíram para uma renovação do jornalismo da segunda metade da década de 1950 mas, com mais ênfase, da década seguinte, influenciando, então, a restante imprensa (diária e não diária).

“Os matutinos caracterizavam-se por uma escassa e lenta renovação das redações, enquanto os vespertinos, precisamente na segunda metade da década de 50 (no caso do *Diário Ilustrado*) e no decorrer da de 60 (nos casos do *Diário Popular*, do *Diário de Lisboa* e, mais tarde, de *A Capital*) integraram nos seus quadros jornalísticos muitos jovens, incluindo, ainda que moderadamente, mulheres, em grande parte vindos das universidades. Tinham da profissão uma perspectiva mais próxima do que de novo se ia fazendo lá fora, nomeadamente em França, partilhando um certo idealismo sobre a *missão da imprensa* a que os velhos (mesmo que o não fossem na idade) habitantes das redações eram, de uma maneira geral, alheios – alguns não por convicção mas por um desencanto amargo alimentado na experiência” (Correia & Baptista, 2007:110).

Em suma, apesar de uma “superfície de aparente lineariedade” (*Idem*:22) que marca os anos 60 em Portugal, “também no contexto dos media e do jornalismo [existiam] correntes e contracorrentes diversas” (*Ibidem*), isto é, “sinais de mudança que vão alterando as formas de o praticar e de o conceber, contribuindo decisivamente para a conquista de uma identidade e a evolução da cultura, da prática e do estatuto profissionais dos jornalistas” (Correia & Baptista, 2005:1191). Por este significativo conjunto de pistas se revela pertinente traçar um breve panorama da evolução do jornalismo português e, em especial, das transformações ocorridas

---

diferentes – o *DL* na linha de uma tradição republicana e democrática, o *DP* mais de direita e próximo do regime” (Correia & Baptista, 2007:106).

nos anos 60 do século XX – sendo este o “microcosmos” e o hiato temporal nos quais se centra a presente investigação e caso de estudo: a análise da inovadora revista *Almanaque*.

#### **1.4. Os anos 60: (des)continuidades e sinais de mudança**

Os anos 60 poderão ser interpretados de variadas e distintas formas: de “longos” a “excessivos” (Bebiano, 2002; 2003), estes foram, sobretudo, anos de resistência, tanto cultural como política, na qual a juventude ganha particular importância. Constituída, sobretudo, por jovens urbanos e universitários, bem como por aqueles que depois do curso superior entravam no mercado de trabalho, esta era uma geração que se encontrava em rutura com o sistema e sob influência americana no que tocava a formas de vida um tanto alternativas, em especial no que à cultura, cinema e estilos musicais dizia respeito. Mais ainda, estes jovens faziam parte dos principais protagonistas nos “pequenos e grandes combates travados contra um regime autoritário que resistia tanto quanto podia a qualquer mudança” (*Idem*: 12). Esta estava associada à afirmação de novas práticas culturais, de novos valores e comportamentos, num longo período de transição que teve início em meados da década de 1950 e que se prolongou até ao derrube da ditadura. Não esqueçamos, pois, que

“o contexto cultural e político dos anos 1960 retrata as várias possibilidades abertas com o final do pós-guerra, cuja causalidade e explicação não permitem estabelecer apenas uma relação de causa e efeito – justamente porque muitos efeitos se tornam causas de efeitos seguintes” (Marwick, 1998 *apud* Almada, 2012:4).

E é aqui que entra o papel da imprensa e dos diferentes tipos de publicações periódicas como importantes canais de difusão das tentativas de mudança e de novos ventos que soprariam a favor daquele que era um momento de viragem a nível cultural, geracional<sup>28</sup> e jornalístico. Eleva-se, pois, a relevância e o valor da imprensa portuguesa como “um dos aspetos mais vivos e expressivos da [...] história da nossa cultura” (Tengarrinha, 1989:263). Mais ainda, “pela relação directa com a sociedade, os jornais e os seus suplementos, e as revistas constituem um testemunho inigualável da nossa memória colectiva e são uma fonte histórica de extrema importância [...]” (Fragoso, 2009: 217).

---

<sup>28</sup>Incluindo uma mudança relacionada “com a afirmação de novas atitudes culturais, estabelecidas entre uma juventude urbana cujo processo de construção identitária, enquanto grupo social, era ainda recente” (Bebiano, 2002:169).

### 1.4.1. A evolução do jornalismo português durante o salazarismo

Ao longo da ditadura salazarista, parafraseando Jean Seaton e Bem Pimlott (1983), a polícia política “tratou a imprensa de modo autoritário mais do que totalitário, porque era considerada como uma arma poderosa que a oposição podia utilizar contra o Estado e não como parte do aparelho ideológico do regime” (*apud* Rodríguez, 1994:364). Neste contexto, destaque-se que a censura prévia à imprensa<sup>29</sup> desempenhava três funções em simultâneo: era “instrumento de repressão cultural e condicionamento intelectual; veículo de coacção administrativa e constrangimento económico e coacção e componente do aparelho político-ideológico do regime” (Cândido de Azevedo, 1999 *apud* Correia & Baptista, 2007:77).

De referir, porém, que a ação da censura, isto é, o seu funcionamento, a forma como deveria atuar, não estava regulamentada<sup>30</sup>, mas tal não impediu que tivesse sido “um decisivo factor de travagem ao desenvolvimento da imprensa e do jornalismo, à afirmação da autonomia jornalística e ao processo de construção do profissionalismo jornalístico” (Correia & Baptista, 2007:46). De destacar, ainda, que o próprio regime se encarregou de anular certas liberdades – como as de associação, de reunião e/ou de manifestação -, ao mesmo tempo que vigiava, reprimia e punia toda e qualquer criação e inovação de índole cultural e/ou artística. A par disto, instaurou-se uma política de ensino de forma a moldar o povo português e as mentes deste segundo os seus princípios e ideologias, sobretudo no que tocava à nação e à importância da nação.

Até à década de 1950 Portugal foi-se mantendo estável na sua estrutura tripartida de setores<sup>31</sup>, sem o devido desenvolvimento da indústria<sup>32</sup>, o que significava que “a emigração era a única solução para aqueles que estavam a mais (leia-se, passando fome) nos campos” (*Idem*:61). A partir de 1950 denota-se um crescimento do setor secundário, crescimento este que permitiu a existência de condições favoráveis a uma maior mobilidade social. A par desta, a década fica marcada por contradições: por um lado existia uma defesa tradicionalista do meio rural e, por outro, o incentivo ao progresso e ao desenvolvimento do meio urbano, pelo

---

<sup>29</sup>“A Constituição de 1933 dotou [...] o Estado Novo de um instrumento jurídico que lhe permitiu a institucionalização da censura prévia. Esta foi materializada através de um decreto de 11 de Abril desse mesmo ano, data em que entrou em vigor a nova Constituição portuguesa. Assim, a censura à imprensa (que nunca tinha deixado de existir) continuou, desta vez alicerçada na Lei Fundamental” (Sousa, s/d:57).

<sup>30</sup>“Os censores agiam discricionariamente, pois o único documento com instruções era uma carta de 28 de Agosto de 1931 da Direcção-Geral dos Serviços de Censura às delegações” (Sousa, s/d:58) da mesma.

<sup>31</sup>Primário, secundário e terciário.

<sup>32</sup>Que deveria “alimentar” os setores secundário e terciário.



regime e pela burguesia, assim respetivamente. Destaque, ainda, para “uma evolução positiva no campo cultural, com a redução do analfabetismo (de 55% em 1950 para 35% em 1969) e o crescimento da população estudantil universitária (de 14 000 em 1950 para 20 000 em 1960 e 35 000 em 1968)” (*Ibidem*). Mas isto não é tudo<sup>33</sup>. Não era apenas a nível da sociedade, da educação ou a nível económico que se verificavam mudanças:

“É verdade que os anos 60 foram um tempo de rápida transformação económica, cultural e mental da sociedade portuguesa, que trouxe a sua dose de mutações ao meio jornalístico, com a modernização tecnológica e uma certa profissionalização e rejuvenescimento das redações. O cenário mediático também estava a mudar, com a crescente popularização ou massificação da rádio e com os primórdios da habitação dos portugueses à televisão, introduzida em Portugal com o início das emissões da RTP, em 1957” (Sardica, 2012:301).

De facto, os anos 60 - que se delimitam desde os meados da década anterior (1950) aos da década seguinte (1970) (Bebiano, 2007) - ficaram marcados por importantes, se não decisivas, inovações: foi um período de uma viragem no jornalismo que se fazia em Portugal, viragem esta intimamente ligada às transformações ocorridas na sociedade portuguesa. Porém, não se pode afirmar que se desencadearam situações de total rutura face ao que era praticado até então: o jornalismo e os próprios jornalistas foram-se transformando e adaptando às inovações que iam surgindo, mas estas coexistiam com práticas e características do passado, ilustrando aquele que foi um período de avanços e recuos, de continuidades e descontinuidades (Correia & Baptista, 2007; 2010).

No que ao panorama jornalístico propriamente dito diz respeito, “o jornalismo português começou o século XX sob o signo da intensificação da censura à imprensa e da repressão sobre os jornalistas e os jornais que desafiavam o poder, em particular sobre os republicanos” (Sousa, s/d:50). Até à década de 1940, *grosso modo*, existiram jornais “pouco interessantes” e de “baixa qualidade” (Correia & Baptista, 2007:51). Para se ser jornalista não eram exigidas competências específicas ou, sequer, formação profissional – não existente no país, de qualquer modo<sup>34</sup>. Trabalhar na redação era, muito frequentemente, conjugado com outra profissão não ligada ao jornalismo<sup>35</sup>, não existindo quaisquer “obstáculos patronais às

---

<sup>33</sup>Os mais variados dados relativos às décadas de 1950 e 1960 encontram-se no segundo capítulo da presente dissertação.

<sup>34</sup>“O ensino do jornalismo e das ciências da comunicação em geral estava banido das escolas portuguesas – tal como acontecia, aliás, com a generalidade das ciências sociais” (Correia & Baptista, 2007:52).

<sup>35</sup>“Muitos profissionais trabalhavam simultaneamente num matutino e num vespertino. Horários de trabalho relativamente curtos e de durabilidade instável tornavam esta opção possível, permitindo aumentar o rendimento mensal” (Correia & Baptista, 2007:53).

acumulações de empregos, que [eram] muito comuns” (Correia & Baptista, 2005:1192). Para se integrar as redações, o mais frequente era conseguir o acesso às mesmas através do contacto direto de amigos e/ou conhecidos, sendo que, depois de se conseguir entrar nelas, a permanência era por longos anos. Por conseguinte, verificava-se uma grave lacuna no que ao estabelecimento de regras e de critérios (ou à falta deles), para a admissão de novos/as profissionais nas redações, dizia respeito<sup>36</sup>. “A par disto, os jornalistas detinham, à época, um “débil estatuto social” (Correia & Baptista, 2007:54), sendo tratados com algum desprezo, além do facto de não serem vistos como figuras socialmente significativas.

“Para além dos aspectos financeiros, a distância em relação ao poder era grande, o contacto com as camadas dirigentes, públicas ou privadas, quando existia, era marcado por um ostensivo paternalismo, patente na expressão «os rapazes dos jornais», ao mesmo tempo que a quotidiana sujeição à Censura era frustrante e causadora de uma sensação de espartilho, impotência e subalternidade” (*Ibidem*).

A par disto, o papel do jornalista reduzia-se à função de “transcrever ou sumarizar discursos produzidos pelos departamentos e gabinetes ministeriais” (Figueira, 2007:40). Mais ainda, eram tempos em que o jornalismo era entendido como “uma ocupação com pouco orgulho profissional, produzindo um produto medíocre e enfadonho”<sup>37</sup> (Seaton & Pimlott, 1983 *apud* Figueira, 2007: 40). Por conseguinte, o “fazer” notícias – género jornalístico mais comum à época<sup>38</sup> - era um trabalho “pouco criativo, rotineiro e praticado por profissionais geralmente acomodados, muitas vezes medíocres, com uma escolaridade baixa” (Correia & Baptista, 2007:57-58), além de possuírem poucos recursos financeiros.

“À completa ausência de liberdade de expressão juntava-se, então, a escassez de formação e o pagamento de baixos salários, o que obrigava muitos jornalistas a acumular uma segunda ocupação” (Figueira, 2007:41). Mais ainda, de realçar que a deontologia da profissão estava muito longe de ser implementada nas redações, vigorando “um código de conduta masculinizado (a presença de mulheres era escassíssima), assente em noções de honra, coragem e integridade moral” (Correia & Baptista, 2007:58). Apesar da existência de algumas normas éticas que eram valorizadas, estas diziam mais respeito à “convivência social do que

---

<sup>36</sup>Um exemplo diferente do método “habitual” de entrada nas redações foi a iniciativa do *Diário Popular*: “Contrariando as velhas lógicas dos conhecimentos e recomendações pessoais, o jornal organizou, em 1966, um curso de iniciação jornalística destinado a contratar novos profissionais” (Correia & Baptista, 2010:14).

<sup>37</sup>Esta ideia de jornalismo marcou o período do Estado Novo. Apenas no pós-25 de Abril, fruto dos novos ventos e das novas liberdades, em particular da liberdade de expressão, o jornalismo por fim ganhou “um novo fôlego e uma nova forma de praticar a informação” (Figueira, 2007:40).

<sup>38</sup>“Após a implementação do regime de censura, em 1926, a entrevista e a reportagem perderam a importância que tinham readquirido com o rejuvenescimento do jornalismo verificado na década de 20 e simbolizado pelo aparecimento, em 1921, do *Diário de Lisboa*” (Correia & Baptista, 2007:57).

[...] [à] especificidade da profissão” (*Ibidem*). Não esqueçamos, pois, que, mesmo existindo algumas exceções à (margem da) regra, a censura condicionava toda a sua conduta. Assim sendo, “os jornalistas portugueses, desde o final do século XIX até 1974, estiveram incontestavelmente envolvidos num processo de profissionalização” (Sobreira, 2003:165), processo este muito difícil e demorado.

O cenário anteriormente descrito e respetivas características associadas ao jornalismo e aos jornalistas não desapareceram ou mudaram rapidamente, permanecendo até às décadas de 1950 e 1960 do século XX, período em que ainda “estava em curso a construção de uma profissão” (*Idem*:166). De referir, por outro lado, que algumas características perduraram mesmo após a Revolução de Abril de 1974, sobretudo na imprensa regional, ainda que a tendência fosse para o seu desaparecimento. Acrescente-se, ainda, que “o panorama jornalístico acima traçado só pode ser compreendido no contexto histórico em que se insere, nas suas dimensões políticas, económicas, sociais e culturais” (Correia & Baptista, 2007:60). Posto isto, destacam-se os anos 50 e 60 por se caracterizarem por “um contexto histórico favorável à mudança” (*Ibidem*), nomeadamente no que a alterações da sociedade portuguesa dizia respeito, verificando-se “sinais ténues e contraditórios, mas cuja existência nos parece indissociável das alterações que vieram a ocorrer no campo jornalístico” (*Ibidem*). Assim sendo, importa destacar a relação entre História e Jornalismo<sup>39</sup>, não só enquanto áreas, mas também como “narrativas fundamentais para a compreensão do passado e do presente” (Peixinho, 2016:557).

#### **1.4.2. O que mudou no campo dos *media***

Ainda que, nos primeiros tempos de existência como emissora de televisão, a linguagem da RTP<sup>40</sup> fosse bastante conservadora, pouco diferenciada, então, da usada na

---

<sup>39</sup>O que têm em comum o discurso historiográfico e o discurso jornalístico? Segundo Ana Teresa Peixinho, é “ (...) o facto de ambos se traduzirem publicamente pela divulgação de textos [...] por um lado; por outro lado, o facto de ambos terem como principal objetivo a legibilidade do passado, do tempo e da experiência humana” (2016:563). Esta relação entre História e Jornalismo levanta, porém, várias questões - cf. Celestino (2011).

<sup>40</sup>“O telejornalismo português iniciou-se com o começo das emissões regulares da Radiotelevisão Portuguesa (RTP), empresa de capitais mistos (públicos e privados), em 1957. Tratava-se de um telejornalismo ao mesmo tempo formal [...] e propagandístico [...], ferozmente vigiado pelo Estado, que controlava a RTP, a exemplo do que acontecia, de resto, um pouco por toda a Europa, que implementava sistemas televisivos públicos ou mistos (capital estatal e privado). Por isso, ao contrário do que sucedeu nos Estados Unidos, cujo sistema televisivo assenta na televisão privada com intuítos comerciais, a televisão europeia viveu sempre na sombra do Estado, em especial até aos anos Noventa” (Sousa, s/d:74-75).

rádio e não gozasse de todas as suas potencialidades, sofrendo algumas limitações, “foi obrigando a imprensa a adaptar-se à nova situação e a recorrer a formas inovadoras de produzir informação, ao nível das abordagens, do grafismo e das próprias temáticas”<sup>41</sup> (Correia & Baptista, 2007:69). A par disto, o noticiário radiofónico passa a distanciar-se e a ser mais autónomo face à informação que era divulgada pela imprensa. De referir, a este propósito, que “apesar dos constrangimentos, a partir dos anos sessenta a informação radiofónica portuguesa foi-se adaptando gradualmente aos novos tempos” (Sousa, s/d:71)<sup>42</sup>. Além destas mudanças,

“o surgimento de novos empresários e gestores mais abertos à modernização (Francisco Balsemão no *Diário Popular*, Ruela Ramos no *Diário de Lisboa*, Eugénio Martins em *O Século*<sup>43</sup>) introduzem uma certa brisa de mudança nas empresas e nas salas de redacção” (Correia & Baptista, 2007:69).

Mas, mais ainda, o relativo crescimento económico ocorrido na década de 1960 desencadeou um aumento da existência de publicidade nos jornais, tanto em quantidade como em qualidade, a par de uma maior visibilidade e atracção da mesma, potenciadas pela melhoria das técnicas tipográficas, sobretudo no que tocava à impressão. Verificaram-se, também, avanços tecnológicos importantes para um aumento da velocidade e da facilidade da execução de tarefas diárias, tanto daquelas que eram desenvolvidas nas redacções, como tarefas associadas ao trabalho individual dos próprios jornalistas<sup>44</sup>. Já no final da década de 1960, a introdução do *offset* possibilitou uma melhor qualidade de impressão e uma melhoria no aspeto gráfico<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup>“Há que dizer que Salazar sempre foi refractário à televisão. O regime era discursivamente representado nos telejornais pela omnipresente cobertura subserviente, burocratizada e enfadonha das cerimónias protocolares, protagonizadas pelos ministros e secretários de Estado, mas não pelo presidente do Conselho, um pouco, aliás, à semelhança do que acontecia na rádio” (Sousa, s/d:75).

<sup>42</sup>“A partir de 1957, a rádio começou a perder na capacidade de atracção de audiências para a televisão, sobretudo naquele que era o seu horário nobre (19 horas – 23 horas), pelo que teve de apostar na “flexibilidade que lhe permitia uma rapidez impossível de obter pelos outros meios de comunicação” (Cristo, 2005 *apud* Sousa, s/d:73).

<sup>43</sup>Publicado de 1880 a 1977. Nos anos 50 e 60 era publicado em “formato *broadsheet*, como todos os matutinos”, uma vez que, ao longo destas décadas, “em Portugal a imprensa diária editava-se em dois formatos: os matutinos em «formato grande» - *broadsheet* -, os vespertinos em formato mais pequeno – tablóide” (Correia & Baptista, 2007:262). *O Século* era um dos dois maiores diários nacionais após o 25 de Abril, completamente identificado com as orientações do MFA e com o PCP (Figueira, 2012). Fechou em 1977 por determinação do Governo, uma vez que era um dos diários nacionalizados, mas regressou nos anos 80. Foi, ainda, o primeiro jornal de distribuição gratuita, então sob a direção de Artur Albarran, mas voltou a encerrar.

<sup>44</sup>Como exemplos, destaque para a introdução do gravador portátil, do telex e da máquina de escrever - instrumentos de trabalho raros durante os anos 50, aos quais apenas uma pequena minoria de jornalistas da época tinha acesso (Correia & Baptista, 2007:70).

<sup>45</sup>“A mudança da tipografia para o *offset*, ou seja, do “sistema de composição a chumbo e de gravura de zinco [...] para os sistemas fotográficos, flexíveis e de composição electrónica, fotocomposição, paginação, película, ou sem ser em película mas a frio” correspondeu a uma melhoria e a um grande *boom* das publicações periódicas. Começa a democratizar-se a informação” (Ramos *apud* Fragoso, 2012:288).

(Correia & Baptista, 2007), bem como “abriu um largo campo de possibilidades ao permitir novos formatos e nomeadamente a introdução da cor” (Fragoso, 2012:288)<sup>46</sup>.

No que à composição das redações diz respeito, passa a fazer parte integrante destas um maior número de “jovens jornalistas<sup>47</sup> com licenciaturas ou frequência universitária, ao mesmo tempo que o número de mulheres aumentou, ainda que de uma forma lenta e limitada”<sup>48</sup> (Correia & Baptista, 2007:70). De referir que muitos dos jovens vinham com a experiência do meio e/ou da escrita da imprensa académica, além de uma maioria ter participado nas lutas estudantis, o que “favoreceu as condições para uma intervenção sindical (e também política) em defesa dos interesses dos jornalistas [...]” (*Ibidem*). A este propósito, é de referir que “[...] os anos 60 marcam de uma forma mais notória a mudança de concepções sobre a profissão de jornalista” (Sobreira, 2003:167), ainda que esta evolução se viesse a sentir desde os anos 30, ao longo de um complexo caminho para uma profissionalização.

Todos os fatores descritos – quer históricos, políticos e/ou sociais, quer referentes ao próprio campo do jornalismo e dos *media* -, trouxeram consequências várias, tanto na forma de produzir a informação, como a nível das próprias concepções que os jornalistas tinham sobre a profissão, importando perceber “quais os reflexos de toda esta dinâmica sobre a cultura profissional, as rotinas e as práticas jornalísticas [...]” (Correia & Baptista, 2007:70). Verificou-se, em especial, “uma mudança de linguagem, que se torna mais agressiva e mais reivindicativa, sobretudo em relação a duas questões muito importantes na construção de uma identidade e cultura profissional: o *ensino* e a *deontologia* profissional” (Sobreira, 2003:167). Tais consequências levam Fernando Correia e Carla Baptista “a valorizar, precisamente, as características muito próprias e a importância deste período para a história do jornalismo no nosso país” (2007:71). Tal investigação colmata, de certa forma, a grave debilidade bibliográfica sobre a temática no período em causa, hiato temporal esmiuçado pelos autores, uma vez que o destacam como sendo “o período mais sombrio da história do jornalismo português” (Correia & Baptista, 2007:45) - que se inicia com o golpe militar de 1926, uma

---

<sup>46</sup>“Nos jornais, o *offset* apareceu apenas em 1969 com o caso pioneiro do *Diário de Lisboa*” (Ramos *apud* Fragoso, 2012:288).

<sup>47</sup>“(...) com consumos culturais (revistas estrangeiras, livros, filmes, música) mais cosmopolitas que a geração anterior (...)” (Correia & Baptista, 2007:298).

<sup>48</sup>A este propósito, de referir que em 1968 o *Diário Popular* realizou um concurso destinado a mulheres, com o objetivo de selecionar 3 para ingresso na redação. Ainda que esta fosse uma seleção muito reduzida, de destacar que na capital, à época, o número de mulheres na imprensa “se contava pelos dedos de uma mão [...]” (Correia & Baptista, 2010:14).

vez que dois meses depois é oficialmente instaurada a censura à imprensa, “legalizada” em 1933 através da Constituição salazarista. Apesar dos mecanismos repressivos se prolongarem até ao 25 de Abril de 1974, os autores destacam o surgimento de

“alguns importantes sinais de mudança no panorama da imprensa, quer no plano empresarial, quer no plano propriamente jornalístico, devido, principalmente, a factores de natureza política, económica, social e cultural exteriores aos *media* mas com reflexos significativos na produção de informação e mesmo nas formas de encarar a sua função” (*Ibidem*).

Contudo,

“durante as décadas de 50 e 60 do século XX, apesar do vigor dos acontecimentos na cena internacional e das importantes mudanças sociais e culturais que se produziram também internamente, os jornais continuavam a reflectir uma realidade que informava muito pouco sobre a agitação do mundo”<sup>49</sup> (*Idem*:77).

Relembre-se, pois, que a censura prévia, enquanto arma do regime, recaía sobre todas as formas de comunicação, da imprensa periódica nacional a telegramas, telefonemas para fora do país nos quais se abordassem certos assuntos e, ainda, notícias oriundas de agências noticiosas internacionais com representação em Portugal.

Assim sendo, entende-se que “nos jornais<sup>50</sup> reside uma «fonte» privilegiada e indispensável de conhecimento geral, do que lá está e também do que alguém impediu que lá estivesse (...)” (Sardica, 2012:295). A importância desta fonte também se justifica pelo facto de, relativamente às décadas de 1950 e 1960, não ser “fácil encontrar textos de natureza teórica sobre jornalismo”<sup>51</sup> (Correia & Baptista, 2007:87). Por outro lado, existia um número muito reduzido de revistas, que eram, também, pouco diversas entre si, tendo “tiragens inferiores às dos principais diários (exceptuando a *Crónica Feminina*, antecessora da *Maria*)” (*Idem*: 274). Além disto, o seu aspeto gráfico não era atrativo o suficiente. Deste modo, não aliciava potenciais anunciantes, pelo que a presença de publicidade em publicações periódicas

---

<sup>49</sup>Destaque-se o exemplo de Miguel Urbano Rodrigues, que descreve a angústia de um jovem jornalista que pouco sabia sobre o que se ia passando lá fora: “O mundo fervia no segundo semestre do ano de 56, quando o jornal nasceu. Tudo estava em movimento. [...] Naquele ano [...], a riqueza da experiência política e humana do *Diário Ilustrado* não foi acompanhada do alimento espiritual que deveria ter sido o seu complemento. As revistas e jornais estrangeiros apressadamente lidos não me ajudaram muito a compreender o grande espectáculo que estava então em cena em múltiplos palcos do mundo” (Rodrigues, 2002:102-103).

<sup>50</sup>Bem como nas revistas e noutras formas de comunicação.

<sup>51</sup>Os autores acrescentam que “se isto se compreende em relação a autores pertencentes à oposição à ditadura, impedidos de o fazer devido à acção da Censura, a verdade é que igualmente se aplica aos que estavam do lado do regime” (Correia & Baptista, 2007:87).

era escassa, cenário este que apenas viria a sofrer as alterações necessárias muito depois da Revolução dos Cravos, em meados dos anos 80 (*Ibidem*).

### 1.4.3. A importância dos suplementos

No contexto jornalístico, nomeadamente no que à imprensa diz respeito, os anos 60 ficam marcados, entre muitos outros aspetos, pela “afirmação e, em alguns casos, a consolidação dos suplementos” (Correia & Baptista, 2007:273) – culturais e literários, sobretudo. De forma breve, estes podem ser “entendidos como cadernos temáticos, de periodicidade regular, com uma autonomia gráfica relativamente ao caderno principal do jornal, distinguindo-se assim das «páginas»<sup>52</sup> [...] ou rubricas temáticas incluídas no corpo do jornal” (*Ibidem*). Era na primeira página do jornal que se indicava que aquele número continha dado suplemento, anúncio este feito, por norma, numa “caixa”: “«Esta edição [indicando-se ou não o número total das páginas] inclui o Suplemento X, que não pode ser vendido separadamente»” (*Ibidem*). A título de exemplo, destaque para os vários suplementos publicados pelo *Diário de Lisboa (DL)* no final da década de 1950 e, em especial, para o “Vida Literária”<sup>53</sup>: ainda que na capa do jornal não seja indicado em todos os números que este está incluído nas suas páginas<sup>54</sup>, a par do aviso que anuncia que este foi “Visado pela Comissão de Censura”, a partir do mês de fevereiro de 1959 encontramos no canto inferior esquerdo ou direito uma pequena caixa que indica que no número (alargado) de páginas que naquele dia o *DL* publica “se inclui a Vida Literária”<sup>55</sup> ou, então, uma caixa com informação mais detalhada ainda – “Diário de Lisboa Publica Hoje 20 páginas, oito das quais incluem o «Suplemento Literário» e a secção desportiva”<sup>56</sup>. Outro exemplo a destacar pelo “número de suplementos” (Correia & Baptista, 2007:269), além da forma como organizava as suas páginas e como se apresentava graficamente, é o *Diário Popular*: “Apresentava-se como «jornal da tarde de grande informação», tendo como objectivo essencial «procurar avivar a

---

<sup>52</sup>Sendo que estas podiam incluir uma ou mais páginas.

<sup>53</sup>“A quinta-feira (24 páginas) era o dia do «Suplemento Literário», constituído por quatro páginas separáveis, coordenado por Álvaro Salema – que era jornalista de outro diário, o *Jornal do Comércio* – e continha, para além de textos de análise e contos, Livros e Autores, comentários críticos com assinatura do próprio coordenador” (Correia & Baptista, 2007:269).

<sup>54</sup>Como acontece nas várias edições do ano de 1959.

<sup>55</sup>(1959), “Diário de Lisboa”, n.º 12989, Ano 39, Quinta, 5 de Fevereiro de 1959, CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_17554](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17554) (2016-12-29)

<sup>56</sup>(1959), “Diário de Lisboa”, n.º 13051, Ano 39, Quinta, 9 de Abril de 1959, CasaComum.org, Disponível HTTP: [http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_17018](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_17018) (2016-12-29)

consciência nacional», entendendo [que] «o nacional é o social por excelência»” (Fragoso, 2009: 194).

Segundo Acácio Barradas (2005), nos anos 60 este “era um jornal com uma grande influência, vendia cento e tal mil exemplares por dia, era mesmo popular. É difícil hoje nós encontrarmos uma redação com as características que tinha o *Popular* desse tempo!” (*apud* Correia & Baptista, 2010:73). Em cada edição, “tinha em geral 28 páginas, mas 32 nos dias de suplemento – sendo 16 do caderno principal e outras tantas do suplemento, sempre com muita publicidade” (Correia & Baptista, 2007:269-270). “Os seus suplementos diários tinham grande aceitação” (Fragoso, 2009: 194), sendo que estes podiam incluir secções tão diversas como notícias – nacionais e internacionais -, assuntos como espectáculos, desporto, contos de autores portugueses, temas regionais, científicos, culinária e conselhos de beleza feminina, curiosidades, adivinhas, rubricas sobre famosos, uma “Páginial Infantil”, etc. (Correia & Baptista, 2007: 270). Tal como no *DL*, era também às quintas que o jornal, “com coordenação (não mencionada) de Jacinto Baptista, era dedicado às letras e às artes, com crítica de livros e artigos sobre literatura, música, etc., de autores portugueses e estrangeiros”<sup>57</sup> (*Idem*:272).

Um último suplemento a destacar pelos temas importantes da cultura portuguesa que abordava é o *Cultura e Arte* do jornal *O Comércio do Porto*<sup>58</sup>. Normalmente ignorado, porque não era de Lisboa, este suplemento literário “tornou-se um espaço de participação de intelectuais opositores ao regime salazarista” (Malva, *s/d*), sendo que neste colaboraram figuras tão distintas como Alexandre O’Neill, Eduardo Lourenço, Adolfo Casais Monteiro, José Régio, Óscar Lopes, Jacinto Prado Coelho, Jorge de Sena, entre muitos outros. Contudo, o que de mais relevante há a referir é o facto de a grande parte dos responsáveis das secções deste suplemento serem opositores ao regime salazarista (Malva, *s/d*). Como estava incluído num jornal de cariz conservador, foi conseguida uma desatenção da censura, permitindo a sua sobrevivência. Este era um suplemento quinzenal, publicado, por norma, às terças-feiras. A literatura era o seu principal tema, resultando em muitos artigos de crítica literária e análise de

---

<sup>57</sup>“Mas neste suplemento apareciam também o Só para Si, Minha Senhora, e ainda, Filatelia, Charadismo e na página 16 Humor, com anedotas ilustradas geralmente retiradas de publicações de diversos países” (Correia & Baptista, 2007:272).

<sup>58</sup>“Este jornal foi fundado com o objectivo claro de ser uma alternativa à oferta existente na altura. Numa cidade de 85 mil habitantes, servida por onze jornais francamente politizados, haveria, por certo, lugar para um periódico alternativo, livre e inovador, atento às reais necessidades económicas, históricas e instrutivas daquela praça” (*O Comércio do Porto*). Publicado de 1854 a 2005, constituindo, à data da sua suspensão, o jornal mais antigo de Portugal continental, no contexto pós-25 de Abril, “(...) a sua escrita informativa e de opinião [se] [mostravam] mais exuberantes para com os ventos revolucionários daqueles dias, que a prosa mais cautelosa e contida dos seu vizinho *O Primeiro de Janeiro*” (Figueira, 2012:35). Este matutino portuense de cariz conservador, foi “o primeiro jornal português a dispor de uma redacção completamente informatizada (1986)” (*Ibidem*).



obras. Para além de temas estritamente literários, também continha artigos sobre cultura, teatro, música, artes plásticas, cinema, história, filosofia, entre outros temas, incluindo questões ligadas à televisão (Malva, s/d). Ainda que existissem jornais que dedicavam com frequência boas páginas à cultura, como era exemplo o *Diário de Notícias* e os já mencionados *Diário de Lisboa*, *Diário Popular* e *Diário Ilustrado*, segundo Vasco Graça Moura, estes

“estavam mais interessados na novidade editorial, em acompanhar o que ia saindo, do que num mergulho variado, embora sistemático, na nossa tradição cultural, que todavia reverberava em muitos textos. E isso faz do suplemento “Cultura e Arte” um caso ímpar na vida cultural do nosso país” (Moura, 2014).

Tendo por base este tipo de suplementos podemos afirmar que existia como que uma fuga – do ponto de vista cultural e/ou literário – face ao clima repressivo em que se vivia, funcionando como uma quebra e um escape em relação aos assuntos que marcavam a atualidade política. Contudo, uma vez que à época a taxa de analfabetismo ainda era elevada, esta fuga era, *grosso modo*, destinada e consumida por uma pequena minoria de leitores, por uma dada elite. Todavia, a proliferação dos suplementos reflete certas características próprias dos anos 60, bem como ilustram e são exemplo das transformações que ao longo destes foram ocorrendo. Mas, mais ainda, “enquadra-se na procura de caminhos para o enriquecimento e a diversificação dos diários<sup>59</sup>, indo ao encontro da progressiva diversificação e aumento de exigência por parte dos leitores” (*Idem*: 273). Por outro lado, pode resultar num esforço de autonomização, criando-se um “caderno próprio” (*Ibidem*) no qual se integram certas rubricas que dantes faziam parte do corpo principal do jornal em causa. De destacar, ainda, que o aumento do número de suplementos no período em análise está associado a outros dois fatores determinantes:

“Em primeiro lugar, o melhor apetrechamento das redações em recursos materiais e humanos. Por um lado, acompanhando as melhorias técnicas e os avanços tecnológicos [...]. Por outro lado, tirando partido da renovação da composição social das redações, com a entrada [...] de jovens com mais elevada formação escolar e maior conhecimento das novas realidade sociais” (*Idem*: 273-274).

Em segundo lugar, ao contrário do que acontecia nas revistas, “verifica-se um aumento da publicidade na imprensa, nomeadamente por parte de grandes empresas entretanto surgidas ou instaladas em Portugal [...]” (*Idem*:274), o que resultava numa luta por este tipo de

---

<sup>59</sup>Com a criação de novidades, quer temáticas – novas secções –, quer na forma como são abordadas.

publicidade e num espírito crescente de concorrência e de competição para se alcançar um maior número de tiragens.

A grande maioria dos suplementos e das suas respetivas secções não eram escritos por jornalistas do diário em que se encontravam inseridos: por norma, eram antes colaboradores externos que os redigiam<sup>60</sup>. De acrescentar que até os próprios responsáveis pelo suplemento podiam não fazer parte integrante dos “quadros” desse jornal<sup>61</sup>. A par disto, sobretudo nos suplementos “que tinham um carácter mais magazinesco, os textos e as ilustrações resultavam de acordos com jornais e revistas estrangeiros” (*Idem*:279). Contudo, muitas vezes, os conteúdos eram “pura e simplesmente *adaptados* ou *extraídos* [...] de revistas lá de fora, sem autorização das publicações de origem” (*Ibidem*). Mais ainda, era raro o recurso a géneros jornalísticos como a reportagem e a entrevista, realidade esta que apenas conhece alterações com o decorrer da década de 1960. Por último, de destacar que os jornalistas não costumavam assinar os textos que produziam, exceto quando se tratava de enviados especiais (*Ibidem*). Os anos 60 do século XX ficam marcados, também, pelo surgimento de uma corrente nos Estados Unidos da América (EUA) que se vai afirmar em publicações não diárias. O fenómeno, mais do que uma novidade ou reinvenção do que já no século anterior se ia verificando, expressa e ilustra, sobretudo, a estreita relação entre jornalismo e literatura<sup>62</sup> e, por conseguinte, entre jornalistas e escritores<sup>63</sup>.

### **1.5. *New Journalism*: onde o jornalismo se encontra com a literatura**

“O aprofundar dos factos e o contornar da narrativa telegráfica, bastante abreviada, que se tentava impor nas redacções foram ideias que estiveram na base antes de toda a corrente crescente do *New Journalism* nos Estados Unidos” (Mesquita, 2010:83). Este não chegou a ser um movimento, uma vez que não surgiu no seio de um dado grupo de ideias e

---

<sup>60</sup>Sobretudo no que tocava a “colonistas culturais”.

<sup>61</sup>Destaque-se o exemplo (já referido) do “caso de Álvaro Salema, redactor do *Jornal do Comércio* e responsável pelo suplemento literário do *Diário de Lisboa*” (Correia & Baptista, 2007:274).

<sup>62</sup>Relação esta já muito antiga, “mas na tentativa de encontrar um ponto de referência podemos dizer que tudo começa no século XVIII” (Mesquita, 2010:32). De realçar, ainda, que, “desde as primeiras publicações de jornais, as notícias dividem espaço com a literatura” (Ritter, 2011:1) – como era exemplo o caso do romance-folhetim.

<sup>63</sup>“Essa relação entre jornalismo e literatura, que foi marcada por grandes escritores-jornalistas, como Ernest Hemingway, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Honoré de Balzac, Jack London, Hunter Thompson, Gay Talese, Jorge Luís Borges e tantos outros, persiste até aos dias de hoje, acompanhando o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação” (Ritter, 2011:1).

seus respectivos representantes ou, por outro lado, chegou sequer a elaborar um certo número de princípios que definiriam esse (suposto) movimento (Bulhões, 2007 *apud* Ritter, 2011:9; Wolfe, 1992:38). Assim sendo, é encarado, sobretudo, como uma “atitude” (Ritter, 2011:9) associada à prática jornalística norte-americana, nomeadamente a algumas revistas, a alguns jornais e a certos jornalistas que, de alguma forma e *grosso modo*, estavam, também, ligados à literatura. De destacar, porém, que os seus precursores não tinham a “mínima intenção de criar um «novo» jornalismo, um jornalismo «melhor», ou uma variedade ligeiramente evoluída”<sup>64</sup> (Wolfe, 1992:9). Por outro lado, não imaginavam a agitação que iriam causar no mundo literário em consequência do que foram escrevendo e publicando nos *media*. Mais ainda, Tom Wolfe destaca que através deste tipo de publicações<sup>65</sup> se foi oferecendo à literatura norte-americana uma primeira orientação a meio do século (*Ibidem*). De referir, ainda, que o *New Journalism* se afirma numa altura em que os EUA e o mundo, em geral, assistiam a grandes mudanças culturais, onde se incluía a afirmação de (futuros) ícones do mundo da música:

“Retrospectivamente, o advento do *New journalism* revela uma admirável consonância com o espírito transgressor da década de 1960. De fato, é compreensível e ao mesmo tempo revelador situar seu desabrochar no início de um período de profunda transgressão de valores, quando já se ouviam os primeiros *hits* - dos Beatles, dos Rolling Stones, de Bob Dylan - que embalariam um período fascinantemente movimentado, marcado por profundas transgressões comportamentais”<sup>66</sup> (Bulhões, 2007 *apud* Ritter, 2011:9).

Posto isto, convém realçar que para o surgimento do *New Journalism* contribuiu tanto o contexto que se vivia a nível da sociedade, como da imprensa norte-americana à época. Contudo, é necessário recuar à passagem do século XIX para o século XX para uma contextualização do fenómeno<sup>67</sup> (Carta, 2003; Maia, 2003; Mesquita, 2010; Ritter, s/d; 2011; 2013). Por outro lado, Carlos Rogé Ferreira (2004) destaca que a primeira vez que o termo *New Journalism* terá sido usado não foi nos EUA mas, sim, em Londres, “por Mathew

---

<sup>64</sup>Tradução livre.

<sup>65</sup>“(…) que inicialmente era[m] chamada[s] de reportagens especiais, consagradas por autores como Truman Capote, Gay Talese, Norman Mayler, entre outros” (Ritter, 2011:2).

<sup>66</sup>Em Portugal também se fizeram sentir essas mudanças (culturais, comportamentais, geracionais…) – consultar o segundo capítulo desta dissertação -, ainda que camufladas e “clandestinamente” apropriadas, fruto da repressão do Estado Novo. As novidades (musicais, estilos de vida…) eram divulgadas, sobretudo, através de certas publicações periódicas, como é exemplo a *Almanaque* (1959-1961) – consultar o terceiro e quarto capítulos desta dissertação.

<sup>67</sup>Segundo Gianni Carta, é importante destacar que “o novo jornalismo era, na verdade, velho jornalismo quando Tom Wolfe, nos anos 60, estava certo de que fazia parte de um novo movimento literário”. Isto porque, como destaca, já antes Truman Capote, Gay Talese, Ernest Hemingway, entre outros, ao longo do século XX, se intitulavam como “novos jornalistas” (Carta, 2003:40).

Arnold, em 1887, para descrever o estilo da revista *Pall Mall Gazette de Stead*, que era mais atrevido e pessoal, sendo que esse termo reapareceria anos mais tarde com a geração norte-americana” (Ferreira, 2004 *apud* Ritter, 2011:12).

Na viragem para o século XX uma prática jornalística que se ocupava, sobretudo, com a “cobertura de escândalos e reportagens humanísticas em defesa das minorias, começa a ganhar destaque na imprensa dos Estados Unidos” (Ritter, s/d:2). Os jornalistas que publicavam este tipo de reportagens focadas, *grosso modo*, em questões sociais, ficaram conhecidos como “*muckakers*”<sup>68</sup> (*Ibidem*; Ritter, 2013:65). Após o surgimento deste fenómeno, as práticas jornalísticas norte-americanas ficaram marcadas por uma busca pela objetividade na narração dos factos. As técnicas adotadas no contexto do jornalismo norte-americano iriam, por conseguinte, ficar conhecidas no mundo ocidental e acabariam por marcar a prática jornalística ao longo de todo o século XX (Ritter, s/d:3). O início deste nos EUA fica marcado por uma instabilidade sentida pela sociedade norte-americana: em 1920 verifica-se um crescimento económico mas o conservadorismo reconquista o seu lugar nesta mesma sociedade. Já na década seguinte, dá-se a maior crise económica da história do capitalismo (*Ibidem*). No que toca ao contexto jornalístico propriamente dito, verifica-se uma estabilidade na circulação de jornais entre 1930 e 1960 – década em que estabiliza.

Contudo, apesar deste contexto favorável aos jornais, muito graças à pretensa “objetividade e [à] propagação do profissional de relações públicas<sup>69</sup> mexendo com as redações, as revistas<sup>70</sup> tornaram-se o meio ideal para a publicação de grandes matérias, antecedendo a prática que ficaria marcada pelo estilo do *New Journalism*” (*Idem*:5)<sup>71</sup>. As

---

<sup>68</sup>Segundo Eduardo Ritter, “o termo foi criado pelo então presidente norte-americano Theodore Roosevelt durante um discurso proferido em 14 de abril de 1906, em uma referência à imprensa popular que estava realizando uma série de denúncias e investigações contra a elite norte-americana” (s/d:2).

<sup>69</sup>Em 1930 Theodore Roosevelt torna-se o primeiro Presidente americano a criar “uma sala de imprensa na Casa Branca” (Ritter, s/d:4), com pessoas designadas especificamente para falar com os *media*. Assim sendo, os jornalistas passavam a ter de lidar com o(s) relações públicas do Governo, ao invés de contactarem diretamente com as fontes. Contudo, precisamos de recuar ao final do século XIX e a William McKinley: este foi o primeiro presidente a criar uma sala para os jornalistas na Casa Branca. A Theodore Roosevelt deve-se, assim, a criação do que hoje chamamos de “balão de ensaio” - *Trial balloon* - no jogo entre políticos e *media* - Cf. *The Press: White House Press Conference* (1945), artigo *online* (URL disponível na bibliografia desta dissertação). Mais tarde, Franklin D. Roosevelt criou as famosas “conversas à lareira” - *fireside chats* - através da rádio, como nos anos 60 (1969 a 1974), em Portugal, Marcelo Caetano fazia com a televisão na sua semanal “conversa em família”.

<sup>70</sup>Destaca-se o surgimento da revista *Time* (1923), sendo considerada “o primeiro semanário de notícias dos Estados Unidos” (*Idem*:5).

<sup>71</sup>De destacar que, segundo Raquel Mesquita “(...) para uma obra poder ser categorizada como pertencente [...] ao género era, no mínimo exigido como requisito primordial, a sua publicação quer em jornal ou em revista” (2010:83).

reportagens passam, então, a ter mais espaço em revistas e/ou através da publicação de livros<sup>72</sup>. Neste contexto, a par do surgimento de alguns semanários de notícias, “outras revistas apostavam em um jornalismo mais interpretativo e de profundidade” (*Ibidem*). Como exemplo, Eduardo Ritter (s/d; 2013) destaca a revista *The New Yorker*, fundada em 1925, na qual é publicada a famosa reportagem de John Hersey intitulada *Hiroshima* (1946)<sup>73</sup> - que reitera ser “o texto mais marcante publicado pelo semanário e que apresenta características que viriam a ser exploradas durante o *New Journalism*, com a mescla do jornalismo com a literatura” (Ritter, s/d:5-6). A reportagem recaía sobre a trágica e emblemática explosão atômica na capital da província japonesa de Hiroshima, sendo que os leitores tinham acesso ao lado humano da história, uma vez que o autor deu vida às personagens de quem falava, expondo as emoções que estavam em jogo. Procedeu, assim, a uma “humanização das vítimas” (*Idem*:7), prática que não era comum na imprensa americana até então<sup>74</sup>: há como que um apelo, por um lado, ao humanismo e, por outro, ao imaginário do leitor, conferindo-se muito realismo ao texto narrado, prática esta que seria, de resto, “uma das principais características dos jornalistas que assumiriam o caráter literário de seus textos a partir dos anos 1960 com o estilo que ficou conhecido como *New Journalism*” (*Idem*:8).

É, portanto, nos anos 60 do século XX que se inicia “um novo e curioso conceito” (Wolfe, 1992:18) no mundo da reportagem jornalística: há um abandono das práticas associadas ao chamado jornalismo tradicional (Maia, 2003; Mesquita, 2010), com o uso de “recursos literários e jornalísticos” (Ritter, 2013:59) em simultâneo, numa “tentativa de busca da realidade, sem deixar de lado as impressões de quem escreve” (Carta, 2003:39). No seguimento, é de referir que na escrita tanto podiam optar por (tentar) ser o mais imparciais possível, como, quando assim o entendessem, emitir opinião sobre um dado assunto,

---

<sup>72</sup>Como é exemplo o célebre *A Sangue Frio* (1966) de Truman Capote, considerado um marco representativo do *New Journalism*, sendo um dos seus ícones. Porém, Tom Wolfe destaca que “o próprio Capote não lhe chamou jornalismo; muito pelo contrário; afirmou que tinha inventado um novo género literário, «a novela de não-ficção». Apesar disto, o seu êxito deu ao Novo Jornalismo, como em breve assim se chamaria, um impulso esmagador” (Wolfe, 1992:43).

<sup>73</sup>Surge no contexto de um pedido do fundador da revista, Harold Ross, dirigido a John Hersey – seu colaborador – que deveria escrever sobre a bomba atômica que tinha destruído a cidade de Hiroshima em 1945. Esta foi “uma das principais reportagens da história do jornalismo” (Ritter, s/d:6), sendo de tal forma marcante que, não só acabou por ocupar toda a edição de 31 de agosto de 1946 da revista *New Yorker*, como Hersey recebeu vários pedidos para que o trabalho fosse publicado em frações diárias por outros jornais. Além disto, diversas estações de rádio leram o texto em programas de quatro horas. Por ocasião do 40º aniversário do lançamento da bomba sobre Hiroshima, Hersey voltou ao Japão, procurando saber que rumos tinham, entretanto, tomado as seis pessoas cujas histórias descreve na sua reportagem, acabando por escrever uma nova peça jornalística.

<sup>74</sup>Para mais informação consultar: Hersey, John (1946). *Hiroshima*. New York: Modern Library; Hersey, John (1997). *Hiroshima*. Lisboa: Antígona (edição em Língua Portuguesa).

podendo, então, empregar um olhar mais subjetivo e produzir uma narrativa mais pessoal, envolvente e descritiva.

“É a ideia de jornalista encarado como criador, em que só existe uma diferenciação deste para com o escritor de ficção devido ao conteúdo [que] sustenta a sua narração, que há-de ser marcadamente informativo, o tal elemento essencial de que o jornalista literário não abre mão” (Mesquita, 2010:83).

Assim sendo, “continua a poder-se falar de facto jornalístico e de uma mensagem produzida que tem como fio condutor a objectividade” (*Idem*:84), que não impede o jornalista de criar o seu próprio estilo de escrita e de construção das narrativas, estando, por isso, a subjetividade presente, de alguma forma, nas suas criações. Mas, mais ainda, no *New Journalism* vive-se a experiência para se poder falar sobre ela. Uma vez que, *grosso modo*, se trata de reportagens de grande fôlego, estas precisam “de uma voz, de um ritmo e, claro, de uma boa história. E linguagem e estrutura repletas de imaginação. E de imagens” (*Ibidem*). Assim sendo, com estes ingredientes produziam-se narrativas em que o leitor era como que convidado pelo narrador a imergir no enredo, a falar com as personagens e a envolver-se com estas (Wolfe, 1992:29). “A reportagem foi transformada numa espécie de novela realista” (Maia, 2003:5), na qual se pretendia “dar a descrição objetiva completa, e um algo mais que os leitores sempre tiveram de buscar nos romances e contos, ou seja, a vida subjetiva ou emocional das reportagens” (Wolfe, 1993 *apud* Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003:6). Em suma, destaca-se o facto de o *New Journalism* não visar a notícia ou ser, pura e simplesmente, informativo mas, sim, procurar oferecer a compreensão dos fenómenos e das pessoas, sempre através de uma escrita envolvente, na qual a presença do olhar e da perspectiva do jornalista são notórios.

Segundo Eduardo Ritter, em 1973, Tom Wolfe – como principal representante do *New Journalism* – redige “um manifesto, assumindo a nomenclatura do estilo como sendo realmente *New Journalism*” (Ritter, s/d:8-9). Este documento revelava a ambição de destronar o romance ficcional “como o gênero mais importante da literatura norte-americana da época. Ou seja, o *New Journalism* tinha objetivos mais voltados para a literatura, do que para o jornalismo propriamente dito” (*Idem*:9).

Posto tudo o que foi dito anteriormente, tendo em conta o contexto jornalístico dos anos 60 em Portugal, em especial no que toca ao fenómeno do *New Journalism*, não esquecendo a mencionada consolidação de suplementos – sobretudo literários e culturais –, além da viragem no plano cultural e geracional - vivida, sobretudo no ambiente estudantil e

artístico em Portugal, à época, o que também acontecia no campo da imprensa -, destaca-se o contributo do jornalismo cultural para a história do jornalismo, para a história da cultura e sua divulgação pelos *media*. Pelas palavras de Kathryn Olmstead, “o jornalismo cultural pode constituir um meio de reflexão sobre a atualidade, uma vez que quanto mais informações detivermos sobre outras culturas mais facilmente poderemos compreender determinados acontecimentos políticos, económicos e sociais a nível global” (Olmstead, 1991 *apud* Franco, 2013:30). Dado que para se compreender o presente é preciso conhecer o passado, de seguida, procurar-se-á contextualizar histórica, social e culturalmente a época em análise, sobretudo no que à cultura de regime e à cultura de oposição ao Estado Novo diz respeito, sem esquecer o papel e o lugar das publicações periódicas neste confronto.

## Capítulo 2: Cultura de regime e cultura de oposição em Portugal na viragem para os anos 60

### 2.1. O Estado Novo: ideais, repressões e valores incutidos

Em 1949 escrevia-se num relatório da CIA<sup>75</sup>: “O Governo português é um exemplo típico de paternalismo político e, embora escape à definição técnica de fascismo, contém muitos dos aspectos totalitários do fascismo” (*apud* Antunes, 1991:70). De facto, o Estado Novo era marcado por um forte ideário nacionalista<sup>76</sup>, não se discutindo a pátria nem a fé. Além disto, era influenciado por ideários integralistas<sup>77</sup>, ideários católicos, além de pautado por influências do tradicionalismo e de Benito Mussolini<sup>78</sup>, de quem Salazar era um admirador confesso. O Estado Novo foi, também, crescentemente marcado por um profundo conservadorismo, sobretudo após a Segunda Grande Guerra, sendo que predominavam valores como “tradição, ordem, estabilidade e paternalismo” (Medina, 1994:222). Estes estavam subentendidos na trilogia que marcava o ensino nas escolas a nível nacional e que estava patente na divisa “Deus, Pátria, Família”<sup>79</sup>. Esta expressava um regime sem ideais modernistas, que admirava o mundo rural, venerava a agricultura e impunha uma ordem social e económica. Daqui se depreende, portanto, o tardio desenvolvimento da sociedade portuguesa e do próprio país, sendo que, tanto a nível político, como a nível social, Portugal foi “um país assim fossilizado na sua vida e até no seu pensamento” (*Ibidem*).

Para a solidez e a persistência do regime ditatorial a este estavam associados importantes mecanismos repressivos: além da censura, que, como referido, incluía a censura

---

<sup>75</sup>Central Intelligence Agency.

<sup>76</sup>“Este nacionalismo exacerbado exercitava-se sobretudo no seio de organizações paramilitares – como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa – e militares. Subia de tom nos períodos críticos, como na década de 40, no tempo da guerra, e depois da década de 60, com a guerra colonial, mas, mesmo fora deles, sempre se manteve como uma constante do discurso do poder” (Torgal, 1989:173).

<sup>77</sup>O integralismo surge no meio intelectual coimbrã. As suas características aproximam-se do fascismo por causa da sua dimensão política. O núcleo do pensamento integralista tinha por base a ideia de Nação de forma íntegra, além da fé, da importância da via rural e da raça – tal qual se caracterizava o salazarismo que, de forma simplista, costuma ser associado ao fascismo. Contudo, de forma mais pura, o regime português estava associado ao nacionalismo.

<sup>78</sup>Uma das personalidades-chave na criação do fascismo e ex-líder do Partido Nacional Fascista em Itália, do qual Salazar tinha uma fotografia na sua secretária de trabalho, fotografia esta autografada por Mussolini e que desaparece aquando da queda do regime italiano.

<sup>79</sup>Esta foi proclamada no “Discurso de Braga”, de 28 de Maio de 1936, no X aniversário do 28 de maio, comemoração na qual Salazar aclamou as “«grandes certezas da Revolução Nacional»” (Torgal, 2009:151).



prévia à imprensa<sup>80</sup>, estava munido de uma polícia política eficiente – que foi crescendo e evoluindo ao longo dos mais de quarenta anos de ditadura -, uma “União Nacional”<sup>81</sup>, que funcionava como partido único, um sistema económico-social baseado no corporativismo<sup>82</sup>, além de “uma doutrina política que tinha na nova Constituição, plesbicitada em Março de 1933 [...] [um] regime erguido segundo a bitola do tradicionalismo católico integralista e republicano-conservador” (*Idem*:224). Posto isto, de forma sucinta, pode descrever-se o regime português como um fascismo de sacristia, de secretária, combinado atrás da porta, sem arruadas ou grandes aparatos<sup>83</sup>. A Educação era usada para persuadir e incutir os ideários pretendidos, apostando-se num jogo do medo, devido às represálias que iria sofrer quem ousasse tomar partido face à atuação do governo. A liberdade de expressão e de informação eram uma miragem; a igualdade de género uma vitória que parecia inalcançável... E assim se viveu em Portugal ao longo de mais de 4 décadas de mordaza e lápis azul<sup>84</sup>.

A este propósito, acrescenta-se que

“os aspectos mais salientes desse quase meio século de história portuguesa são, no plano interno, a reorganização geral da administração e o exercício do governo em termos autoritários e os planos de obras públicas e de fomento económico; no plano externo, a enérgica imposição da independência política e económica de Portugal perante o jogo de interesses externos e a luta militar e diplomática pela defesa do Ultramar” (Saraiva, 1998:359).

---

<sup>80</sup>“A censura prévia é [...] legalmente instituída no nosso país pelo Decreto n.º 22 469, de 11 de abril d 1933 (*nota XII, no final do volume*), no qual se determina que «continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de imprensa, e sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social» (artigo 2º). Considerando que «a censura prévia é o meio indispensável a uma obra de reconstrução e saneamento moral», é estabelecido no artigo 3º que «a censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defender-se de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade» ” (Tengarrinha, 1989:262).

<sup>81</sup>O Estado Novo ou manipulava a massa eleitoral ou a travava quando lhe interessava camuflar algum tipo de desvio ao que era defendido por Salazar. Precisamente de modo a mobilizar a opinião eleitoral, foi criada a “União Nacional”. Esta tinha como propósito enquadrar todos os que quisessem intervir nas atividades políticas. Contudo, como durante vários anos não se realizaram atos eleitorais, este mecanismo deixou de ter adesão e de estar politicamente ativo. Cf. Oliveira, A. Á. (1938).

<sup>82</sup>Um dos aspetos mais representativos da ideologia do Estado Novo.

<sup>83</sup>“[...] a nossa Ditadura, desde 1926 e sobretudo a partir de 1932, guiou-se mais por um tradicionalismo autoritário, corporativista e tradicionalista, medularmente antiliberal e antidemocrático, com raízes em modelos ou tendências históricas portuguesas anteriores ao aparecimento na Europa do fenómeno fascista, além de ser mais preocupado em estabilidade do que em crescimento” (Medina, 1994:215).

<sup>84</sup>Muito brevemente, de destacar que já existiam vários mecanismos/organismos ao serviço do regime desde os anos 30, tais como: a Fundação para a Alegria no Trabalho (1935), a Junta Nacional de Educação (1936), a Obra das Mães pela Educação Nacional e Mocidade Portuguesa Feminina (1936), entre outras. As publicações destes organismos revela, em estado bruto, aquilo que mais tarde os jornais e revistas oficiosas – próximos do regime ou, pelo menos, respeitadores do mesmo mas não oficiais – irão definir como modelo, como norma.

Além disto, a ideologia salazarista ia mais longe na sua busca incessante de uma construção cultural e histórica de modo coletivo:

“O Estado Novo, detentor de um sistema ideológico bem organizado, procurou reproduzi-lo através de variados meios e das mais diversas estratégias. Um dos objectivos dessa reprodução foi a construção de uma “cultura nacional” e de uma consciência histórica colectiva” (Torgal, 1989:171).

Estes objetivos passavam pelo estabelecimento daquilo a que se pode chamar de uma cultura de regime, cujos sinais da sua formalização passavam, desde logo, pela afirmação de uma cultura nacional (ou clássica), como referido, contra uma cultura cosmopolita e mais diversificada<sup>85</sup> (Bebiano, 2005); por conseguinte, havia uma clara predominância do mundo rural – contra o universo urbano que a revista *Almanaque* anuncia e caracteriza<sup>86</sup>; existia, ainda, uma valorização do passado e da tradição, menosprezando-se o presente e a modernidade; por outro lado, o Estado Novo subalternizava o papel da cultura juvenil e o lugar das mulheres na sociedade, ignorando a rutura e oposição que começavam a emergir. De destacar, por último, que, como referido, a liberdade de informação dos *media* existentes era muito limitada, uma vez que a sua atividade era constantemente acompanhada e travada pela existência de censura prévia à imprensa. Porém, tanto quanto possível, as editoriais dos jornais, dos seus suplementos e das publicações periódicas autónomas procuravam abranger um público muito diversificado, oferecendo conteúdos informativos, culturais, políticos, artigos de opinião, divulgação das artes e letras, além de conteúdos desportivos ou mero entretenimento<sup>87</sup> (Fragoso, 2012).

### **2.1.1. Caracterização da sociedade portuguesa**

Em 1933 entra em vigor uma nova Constituição portuguesa, pondo fim à Ditadura Militar e dando início ao Estado Novo, período ao qual se pôs termo através da revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974. No período pós-Segunda Guerra Mundial verificava-se um regresso à normalidade que oferecia “a ilusória imagem do imobilismo e da estagnação” (Rosas, 1998:371). Ainda que esta se fizesse adivinhar, na verdade, não se concretizou, uma vez que, apesar da repressão e censura existente, “a sociedade portuguesa iniciava um dos mais profundos processos de mudança da sua história” (*Ibidem*), alterações estas que ao

---

<sup>85</sup> Sendo esta a cultura que a revista *Almanaque* elogiava e “defendia”.

<sup>86</sup> Consultar o terceiro e quarto capítulos desta dissertação.

<sup>87</sup> Como são exemplo os conteúdos oferecidos pela revista *Almanaque*.

regime de Salazar interessava camuflar e que este procurava ignorar. De facto, quando comparada com a de outros países europeus, a sociedade portuguesa assistiu, naqueles anos, a um processo de desenvolvimento de extrema rapidez, sobretudo no que a uma evolução social e demográfica diz respeito (Barreto, 1996). Tal ficou a dever-se a distintos acontecimentos políticos cruciais - como são exemplo as eleições de 1958, a Guerra Colonial e, logo de seguida, a abrilada, ambas em 1961, que denunciam claras contradições dentro do próprio regime -, mas, também, devido a outros fatores com igual peso, como é exemplo “a abertura ao exterior (comércio livre, emigração, turismo e integração europeia) [que] está na origem das mais importantes transformações, incluindo o crescimento económico dos anos sessenta” (Barreto, 2002:28). Além disto, a partir da década de 1960, “as mudanças nas estruturas sociais foram intensas, profundas e muito significativas” (Barreto, 1996:12). Contudo, “[...] até ao fim dos anos sessenta, Portugal exibia vários títulos que o distinguiam da maior parte dos países europeus ocidentais” (Barreto, 2002:27): era o único e mais antigo império colonial ultramarino ainda existente; a mais longa ditadura pessoal moderna; era o país com as mais altas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil; detinha o mais baixo rendimento por habitante, bem como a menor produtividade por trabalhador e, ao mesmo tempo, a maior população agrícola e a menor taxa de industrialização (*Ibidem*). Destaque, ainda, para o menor número de alunos no ensino básico e de estudantes no ensino superior, além de ter o menor número de pessoas abrangidas pelos sistemas de segurança social (*Idem*:27-28).

### **2.1.2. A década de 1950**

Os anos 50 foram fartos em acontecimentos, tanto políticos quanto económicos, além de ricos em avanços científicos e tecnológicos (Serrão & Marques, 1992:21), bem como em mudanças e numa certa abertura à Europa<sup>88</sup>, mesmo sob um conformismo adquirido, quase inato, que se justificava pelo medo em sofrer represálias devido à repressão exercida pela censura existente (Roberto, 2010). E esta foi, de facto, uma década particularmente repressiva, estando-se, ainda, a largos anos da chamada abertura marcelista. Não se esqueça, porém, que no início da década surge o maior obstáculo “à eternização de uma ditadura que não dava sinais de querer adaptar-se ao seu tempo ou evoluir: a questão colonial” (Medina, 1994:227).

---

<sup>88</sup>Portugal passa a ser membro da NATO em 1949 e da ONU em 1955.

Em 1953, a par do lançamento do I Plano de Fomento<sup>89</sup>, começava a “revolta nativa de S.Tomé”, seguindo-se outras, como o movimento em Goa (1954), a invasão desta colónia, de Damão e Diu (em 1961), o que ditou o fim ao império português da Índia<sup>90</sup>. Ainda que Portugal se tenha esforçado, ao longo de mais de uma década, “por defender um império perdido”, Salazar foi-se mantendo firme e “«orgulhosamente só»” até ao fim dos conflitos<sup>91</sup> (*Ibidem*).

Foram anos de fome, de baixos salários, de uma agricultura atrasada no tempo e de uma elevada taxa de analfabetismo<sup>92</sup>. Mais ainda, ao contrário do que acontecia no resto do continente europeu, é, em Portugal, uma década de tímido crescimento e de um lento progresso: enquanto a Europa, com o apoio do Plano Marshall, vai reconstruindo o seu património – isto é, as indústrias, os negócios, as empresas, habitações, etc. -, evoluindo progressivamente, Portugal apenas de forma lenta e tímida vai acompanhando esta tendência, uma vez que Salazar, “avesso à industrialização de um país que gosta de ver bucólico e essencialmente rural, [...] admite a aposta no investimento industrial mas porque tem meios de o controlar” (Roberto, 2010:6). Assim sendo, a emigração surge como uma boa oportunidade de fuga, além de se verificar um considerável êxodo rural no país pela possibilidade de encontrar trabalho no meio urbano. A nível externo, fruto das novas aspirações advindas de relações que se foram estabelecendo entre Portugal e o exterior, abrem-se portas à industrialização. Além disso, durante a década de 1950 são implementados dois Planos de Fomento (1953, 1959) e Portugal é integrado e membro fundador da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) em 1959, o que marca uma certa abertura à Europa<sup>93</sup>. Contudo, face à ameaça política do General sem medo, Salazar volta-se para o isolamento do país, já que a candidatura de Humberto Delgado (1958), apoiada pela oposição democrática, “no curto prazo de liberdade concedida pela censura, deu voz à ansiedade de mudança que então explodiu com uma violência reveladora” (Medina, 1994:226). Além disto, “as eleições presidenciais de 1958 marcaram, sem sombra para qualquer dúvida, não apenas a

---

<sup>89</sup>Este plano tinha como principais prioridades a modernização e industrialização do país, sendo “ «o plano de realizações para os próximos seis anos no campo da agricultura» ” (Rosas, 1998:386).

<sup>90</sup>Já em 1961 eclodiu a guerra em Angola, seguindo-se a Guiné-Bissau (1963), Moçambique (1964) e Macau, que em 1966 deixa de estar sob administração portuguesa.

<sup>91</sup>Para Salazar as colónias “eram parte integrante de uma comunidade nacional multi-racial e multicontinental” (Medina, 1994:227).

<sup>92</sup>Para mais informação e dados estatísticos, consultar: Nunes, A. S. (2000a). Portugal, sociedade dualista em evolução. In A. S. Nunes, *Antologia Sociológica* (pp. 25-84). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

<sup>93</sup>Para mais informações consultar Andresen-Leitão (2004).

evolução política do Estado Novo mas o quadro de referências e de luta do conjunto das forças de oposição” (Serrão & Marques, 1992:78).

Nesta reta final da década de 1950, estando o país envolto num atraso evidente, “qualquer melhoria se nota” (Roberto, 2010:12): há um forte impulso à indústria, sendo que esta traz mais comércio e serviços; por outro lado, a agricultura não é já o setor que representa a maior parcela da produção de riqueza do país, passando a sê-lo o setor industrial. Era, portanto, o derrube do “*Portugal essencialmente rural*” que Salazar aclamava e tanto defendia (*Ibidem*). Posto isto, o país lá ia avançando, nem que fosse pelas relações que mantinha com o resto do mundo ou, ainda, fruto do próprio avançar dos tempos, já que se assiste, em poucos anos, a um rápido crescimento do investimento externo no país, plasmado em indústrias que se instalam no território nacional e que produzem para “a exportação com destino às economias desenvolvidas; e liberalizam-se, embora moderadamente, as trocas comerciais com os países europeus, nomeadamente de produtos industriais” (Barreto, 2002:3). Surgia, então, uma alternativa à atividade agrícola, o que significava uma reorganização do trabalho, melhorias nos salários e empregos para maiores períodos de tempo.

Contudo, pela vontade “do homem que emprestaria o seu nome ao regime” (Ó, 1992:391), o importante era manter o *status quo*. Por conseguinte, a nação permanecia alheia e passiva face aos possíveis desenvolvimentos tecnológicos, a uma produção progressista, a um expansivo crescimento económico e a um “*boom* do bem-estar, dos bebés e do consumismo externo” (Roberto, 2010:6), potencialidades estas que foram aproveitadas pelo resto da Europa. Assim sendo, “para os portugueses, a década de 50 representa dez anos de apatia e conformismo com o regime e com as migalhas de alguma melhoria das condições de vida – para os que a [sentiam]” (*Ibidem*), já que a felicidade e a harmonia que a população poderia aparentar era muito inferior ao medo e às amarras de um regime apetrechado de uma polícia política e de uma poderosa propaganda.

### 2.1.3 A viragem para a década de 1960

Os finais dos anos 50 e o início da década de 1960 em Portugal são marcados por uma viragem em termos de ampliação da tensão social e de agravamento da repressão por parte do regime, fruto da conjuntura política em que o país estava mergulhado<sup>94</sup>. Elencando os principais aspetos destas décadas de história, é de destacar uma tardia modernização demográfica devido a uma emigração maciça, bem como baixos índices de natalidade<sup>95</sup>. O atraso no desenvolvimento verificado nas diferenças entre o meio rural e o meio urbano, o atraso industrial e o não crescimento do setor primário, foram motivos mais do que suficientes para uma emigração em massa, sobretudo durante a década de 1960, o que originou melhorias e recuos. Além disto, as cidades ganham importância e população, existindo um êxodo rural em marcha, apesar de “um lento e contraditório processo de polarização social” (Rosas, 1998:379), além de mudanças na estrutura da população ativa, advindas, sobretudo, de uma progressiva industrialização<sup>96</sup>. A par de uma desertificação dos meios rurais, subiram-se salários devido à pouca mão-de-obra existente e verificou-se uma melhoria do nível de vida nos campos, o que, em boa parte, se deu graças à “acção da rádio e da televisão [...]” (Saraiva, 1998:362). Por outro lado, um exemplo positivo de progresso é o do setor económico, verificando-se um considerável desenvolvimento da indústria e um decréscimo da importância conferida à agricultura<sup>97</sup>.

A nível político, “a questão colonial transformava-se em guerra colonial” (Serrão & Marques, 1992:85), além de se viver o rescaldo de um “«Terramoto Delgadista»” (Rosas, 1994:523). Por outro lado, viviam-se algumas mudanças de carácter social potenciadas por um relativo crescimento económico em consequência das melhorias advindas do chamado I Plano de Fomento, estando a “sociedade em mudança mas aperreada por bloqueios políticos, institucionais e ideológicos de toda a ordem” (*Ibidem*). Mais ainda, nos finais dos anos 50 e inícios da década de 1960, as mudanças a nível social eram acompanhadas por certos

---

<sup>94</sup>Relembre-se a ameaça que representou a candidatura do General sem medo: “as eleições de 1958 marcam verdadeiramente o princípio do fim do salazarismo e do próprio regime” (Rosas, 1994:523), o qual sobreviveu mais 6 anos. Marcello Caetano chega à Presidência do Conselho de Ministros em 1968 (*Ibidem*).

<sup>95</sup>Entre 1950 e 1970 o número de habitantes em Portugal estagnou, verificando-se, ainda, um retrocesso no ano de 1960. Por outro lado, os dados demográficos existentes e relativos a esta década revelam uma quebra constante da população portuguesa com menos de 15 anos de idade, “denunciando uma tendência que nos principais países industrializados apenas se tornará evidente a partir da década de 1980” (Bebiano, 2007:22).

<sup>96</sup>“O desenvolvimento industrial e a terciarização verificados entre 1950 e 1970 introduziram, naturalmente, alterações relevantes na composição e equilíbrio relativos dos diversos grupos e camadas sociais dos principais sectores da actividade económica” (Rosas, 1998:379).

<sup>97</sup>As “medidas de política agrícola” sobrepunham-se, agora, “as de política industrial” (Rosas, 1998:392).

acontecimentos históricos. Desde logo, porque, como referido, em 1959, Portugal é um dos membros fundadores da EFTA, o que terá importantes consequências em breve: não só é atenuado o, até então, “relativo isolamento político internacional” (Barreto, 2002:2), mantido pelo regime ditatorial de Salazar, como também se dá início ao primeiro passo de abertura económica ao exterior, sobretudo no que toca a comércio e indústria, abertura esta face aos restantes países europeus.

Já no início da década de 1960, Portugal assiste a um intenso fenómeno migratório “para países da Europa, sobretudo para a FRANÇA e para a ALEMANHA, Estados que necessitavam, então, de mão-de-obra abundante e ofereciam moeda compensadora” (Reis, 2001:166), o que resulta numa quebra no número de habitantes no território nacional<sup>98</sup>. A par disto, a década em Portugal fica marcada por um surto turístico que se dirige, sobretudo, para a zona do Algarve<sup>99</sup>, receita esta determinante para a economia e para as atividades ligadas ao turismo, uma vez que as “alternativas à agricultura demoravam a surgir e [...] o surto industrial, presente sobretudo em redor das áreas metropolitanas, não tinha ainda chegado” (Barreto, 2002:4).

A nível político, “o ano de 1961 iniciou um período novo na história portuguesa do século XX, no qual a política de guerra colonial [...] não deixou qualquer outra alternativa para a evolução do regime a não ser a sua própria queda” (Serrão & Marques, 1992:22). Desta feita, esse ano representa “um momento excepcional da história moderna do país”: nos três primeiros meses têm início “as operações militares em Angola”, depois de desencadeado o conflito armado. Portugal oferece resposta através do “envio de forças armadas: começa a guerra colonial [...]” (*Ibidem*). Não esqueçamos, pois, que além da mobilização de milhares de jovens soldados e de armas por ano, durando a guerra mais de uma década, tal significou uma tremenda despesa pública que acabou por ditar o fim do império português ultramarino devido às sucessivas perdas coloniais. Em suma, ao longo de quase 13 anos, a guerra colonial marcou de forma determinante a vida dos portugueses, “condicionando toda a política, cativando uma parte muito considerável dos recursos orçamentais e reforçando a severidade da ditadura (partido único, polícia política, censura à imprensa, sindicatos oficialmente homologados, etc.)” (*Ibidem*).

---

<sup>98</sup>A emigração portuguesa já não se dirige, como dantes, para as Américas – norte, latina ou sul (Brasil) -, ou para África do Sul ou, até, para as colónias portuguesas como Angola e Moçambique: começa a encaminhar-se para além Pirenéus, sendo que “o número de emigrantes que, anualmente, saem de Portugal, atinge volumes muito altos, anteriormente desconhecidos” (Barreto, 2002:3), fazendo, então, com que a população decresça.

<sup>99</sup>Os turistas eram, *grosso modo*, europeus, chegando a ser aos milhões os que visitavam o país por ano.

No que à caracterização da sociedade portuguesa diz respeito, estando o país claramente atrasado e marcado por grandes diferenças regionais a nível estrutural e do próprio desenvolvimento, sobressaindo-se as desigualdades sociais, Adérito Sedas Nunes define o Portugal dos anos 60 como uma “sociedade dualista, onde ao redor de restritas áreas de economia e sociedade moderna se mantém toda uma vasta zona de economia e sociedade tradicional” (Nunes, 2000a:25). Fala-nos, portanto, de dois modelos distintos e opostos no campo social e económico, apontando o êxodo rural e a emigração como problemas nacionais. No que toca ao dualismo económico, este era marcado por uma agricultura estagnada, por um lado, e por uma indústria em expansão, por outro. O dualismo sociológico, segundo o autor, advém do facto de o crescimento da indústria poder “ser interpretado como expressão e resultante do *movimento para o progresso* de um dado sector *da sociedade portuguesa* e a estagnação da agricultura pode ser encarada como indicador de *bloqueamento no atraso* de um outro setor dessa mesma sociedade”<sup>100</sup> (*Idem*:28).

Ocorria, portanto, um claro predomínio da vida rural e tradicional que coabitava com “restritas áreas socialmente privilegiadas” (*Idem*:33), onde era possível contactar com uma sociedade mais moderna. Assim sendo, o setor social tanto estava virado para o progresso como era bloqueado pelo atraso. Por outro lado, a sociedade moderna e a abertura ao exterior de que nos fala Sedas Nunes, a par de novos fenómenos como a forte emigração para países da Europa ocidental, uma intensificação do comércio externo, aumento das vagas e receitas turísticas, bem como o início das emissões televisivas, “foi produzindo as condições para o aparecimento de novas afinidades familiares, laborais e sociais, bem como a aceitação de um «influxo renovador» suscitado por valores, atitudes e códigos de conduta que em boa parte iam chegando do exterior” (Bebiano, 2007: 60).

---

<sup>100</sup>As mudanças ao nível dos setores de atividade nos anos 60 em Portugal são aproveitadas, sobretudo, pela classe média, sendo que a oposição ao regime vai crescendo ao mesmo ritmo da expansão da mesma: “As restrições aos direitos políticos, que tinham sido desejadas e a seguir toleradas por uma classe média de raiz agrária em fase de depressão económica (que via nas restrições uma *política de ordem*), começaram a ser sentidas como imposições insuportáveis pela nova classe média industrial e mercantil e em fase de expansão. No novo quadro de valores, o conceito de ordem era substituído pelo de liberdade, o de segurança pelo progresso” (Saraiva, 1998:363).



#### 2.1.4. As mulheres no Estado Novo: a mobilização feminina em prol do regime

Apesar da Constituição de 1933 enunciar uma igualdade de todos os cidadãos perante a lei<sup>101</sup>, nas décadas de 1950 e 1960 - e durante todo o período de ditadura - era negada às mulheres “a completa igualdade com os homens”<sup>102</sup> (Cova & Pinto, 1997:72). Histórica, social e politicamente, consideradas biologicamente mais frágeis, as mulheres sempre estiveram associadas à esfera privada por oposição aos homens, símbolo da virilidade e da autoridade, quer no espaço público quer, ainda com mais ênfase, dentro do lar, do qual cuidava a esposa, a par da educação que tinha de inculcar aos filhos<sup>103</sup>. Circunscrevendo-nos ao contexto português, dada a conjuntura nacional (e internacional) que marcou o século XX e a história contemporânea, em pleno salazarismo e, por conseguinte, durante o chamado marcelismo, as transformações e mudanças no que à condição e ao papel das mulheres dizia respeito eram escassas e/ou muito demoradas. Como tal, “até ao 25 de abril, a dona de casa estava numa posição peculiar. Por um lado, gozava de um papel de prestígio social, mas, por outro, estava confinada ao domínio do lar, subordinada ao marido” (Rodrigues, 1983:914).

O Estado Novo destinava às mulheres o espaço privado, familiar, por oposição ao espaço público e social (onde se encontravam os homens), uma vez que a família era “a realidade primária e fundamental de toda a orgânica natural” (Pimentel *apud* Oliveira, 2011: 216), sendo este, portanto, o contexto onde elas se enquadravam. “Em casa, a mulher governa segundo os princípios que Salazar aplicará na governação: cuidar, zelar, poupar” (Neves, 2001:25)<sup>104</sup>. Mais ainda, pela sua natureza biológica, ela deveria cumprir a sua “missão” de “ser uma mãe devota à pátria e ocupar-se do «governo doméstico»” (Cova & Pinto, 1997:72),

---

<sup>101</sup>No Artigo 5º da referida Constituição de 11 de abril de 1933, na Parte I, Título I, podia ler-se: “O Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis” (Diário do Governo, 1933) – disponível *online*, consultar a lista de bibliografia da presente dissertação.

<sup>102</sup>Refira-se, a este propósito, mais uma vez, o Artigo 5º da Parte I, Título I da Constituição de 1933: num segundo (e único) ponto do artigo referido pode ler-se “A igualdade perante a lei envolve o direito nos cargos políticos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobilárquico, sexo, ou condição social, salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família [...]” (Diário do Governo, 1933).

<sup>103</sup>“Torna-se cada vez mais claro que as diferenças baseadas na biologia conduzem inevitavelmente ao domínio dos homens sobre as mulheres” (Kimmel, 2000 *apud* Tavares, 2008:501). Por conseguinte, Maria Manuela Tavares destaca que as desigualdades entre mulheres e homens tendiam e (ainda) tendem a ser socialmente construídas com base nas diferenças biológicas – cf. Tavares (2008).

<sup>104</sup>Há uma analogia e uma aproximação entre o governo da casa e o governo do Estado. Tal como Salazar queria um país “livre e independente” (Neves, 2001:26), assim a mulher deveria querer a sua casa, querendo a sua “família reunida em volta do chefe” (*Ibidem*).

no seio da família e do próprio lar. Este funcionava como um “campo de batalha ideológica” (Neves, 2001:8), no qual o sexo feminino tinha um peso crucial: era o lugar onde ocorria a transmissão de valores, da tradição, onde se moldava a mente e a própria moral, sendo, ainda, um lugar de culto ao nacionalismo e onde se seguia o modelo de obediência ao chefe<sup>105</sup>. Por conseguinte, era-lhe negado qualquer tipo de liberdade, de individualidade e de identidade. E quando perguntamos por ocupações que não sejam as lidas domésticas, nos chamados tempos livres, o gozo destes também estava associado ao próprio lar, sendo ocupados com a visita de familiares ou amigos, ler, ver televisão, conversar com os maridos, conversar com os filhos ou fazer dadas tarefas domésticas.

No que aos filhos diz respeito, a mãe e educadora mantinha um tratamento diferente em relação a estes, consoante o seu sexo biológico, sendo que as filhas eram ensinadas a ser boas donas de casa, boas esposas e boas mães, de modo a que seguissem o modelo de comportamento esperado. “A este propósito parece pertinente distinguir entre duas normas ideais de comportamento que as mães dos países católicos – particularmente em Portugal – transmitiam às jovens: castidade e virgindade<sup>106</sup>” (Rodrigues, 1983:921). Neste contexto, a jovem deveria guiar-se pelos ensinamentos da sua educadora, procurando também ela ser um exemplo de “fada do lar” e de “esposa ideal”. De realçar, ainda, que os próprios manuais escolares de instrução primária influenciavam decisivamente os comportamentos ao procurar inculcar certos hábitos e deveres às meninas, as futuras mães e donas de casa<sup>107</sup>.

Todo este ideal e conceção do papel das mulheres na sociedade de então era fortemente influenciado pela Igreja Católica<sup>108</sup>. Neste contexto, de realçar o acentuado ideal feminino que era imposto através do exemplo da Virgem Maria, o qual “fornecia às mulheres um ideal feminino de maternidade, no contexto de uma simbologia que recusa a relação sexual”

---

<sup>105</sup> O Pai, chefe supremo dentro do lar, o patriarca, que simbolizava o autoritarismo: “o poder macho intrínseco a todos os regimes repressivos” (Neves, 2001:8).

<sup>106</sup> Estas normas exigiam pudor e asseio além da decência esperada, sendo que a virgindade pré-matrimonial, a “pureza”, era descrita como a melhor garantia que uma Mulher poderia oferecer ao seu esposo (garantia de fidelidade).

<sup>107</sup> “«À mulher competem sobretudo os cuidados domésticos, manter o asseio, a ordem e a alegria no lar, cuidar dos filhos, sobretudo nas primeiras idades, tornar a casa atraente e acolhedora, prestar ao marido a deferência e submissão que lhe deve como chefe de família», lê-se num manual de *Educação Moral e Cívica* que consta do programa escolar dos anos 40 [do século XX]” (Neves, 2001:30-31).

<sup>108</sup> De realçar o reforço dos laços entre o Estado e a Igreja com o acordo intitulado *Concordata*, em 1940. Relembre-se, ainda, a síntese emblemática do Salazarismo: “«Deus, Pátria, Família»” (Neves, 2001:11), que sintetiza bem os alicerces e o que era considerado fundamental durante a Ditadura: Religião, o ser-se devoto e fiel ao Catolicismo; o Nacionalismo/Patriotismo, a devoção à Pátria e a Família - , funcionando esta como símbolo poderoso da educação e como “escola-mãe” que garantia o molde das mentes e da moral dos indivíduos para o que era social e politicamente aceite como correto, sendo o papel da Mulher, neste contexto, considerado como determinante.

(Rodrigues, 1983:910). Por outro lado, no seio dos regimes ditatoriais que vigoram na Europa nas primeiras décadas do século XX, o género feminino é enquadrado na sociedade de então com o objetivo, não só, de se ter o seu apoio como, também, de mobilizar o mesmo no sentido de uma “estratégia de consolidação do sistema e na coesão do tecido social” (Neves, 2001:7). Assim sendo, quer a doutrinação, quer a mobilização das mulheres eram assumidas como questões ideológicas e políticas cruciais à consolidação dos regimes que vigoravam à época. No que ao caso português diz respeito, na obra *O Estado Novo e as Mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização* (2001), Maria Calado realça o tardio olhar para o mundo feminino<sup>109</sup>. No entanto, destaca o género como sendo um “elemento essencial de veiculação ideológica e de mobilização política por parte do Estado Novo” (Neves, 2001:5), tal como se verificava nas ditaduras vigentes no resto do Continente Europeu<sup>110</sup>. Um último destaque, ainda, para o facto de que, tendo em conta as discriminações e restrições a nível de emprego<sup>111</sup> e a nível salarial, no que toca à escolaridade e, ainda, à participação cívica, “a mulher portuguesa teve de atravessar um processo de emancipação extremamente lento, numa sociedade patriarcal que funcionou como base do regime de Salazar” (Sarmiento, 2007:293).

Este clima de repressão, segregação e subalternização das mulheres ia de encontro a uma valorização que começava a emergir<sup>112</sup>. Relembre-se a controvérsia instalada em Coimbra sobre o papel da rapariga universitária no meio estudantil (Bebiano & Silva, 2004:1), a propósito da publicação de uma polémica *Carta a uma jovem Portuguesa*<sup>113</sup> (A., 1961). Esta serviu de mote para um debate que ecoou para lá do meio estudantil coimbrã (Bebiano, 2003), já que “a perturbação suscitada pelo artigo foi muito grande e imediata, despoletando uma vaga de textos de resposta e contra-resposta, publicados dentro e fora da academia [...]”<sup>114</sup>

---

<sup>109</sup>Só nas últimas décadas, nomeadamente a partir dos anos 90, e no atual século XXI, o género feminino começou a adquirir visibilidade, quer com a segunda vaga dos Estudos Feministas, quer através de mudanças a nível da Lei e das próprias políticas, bem como devido a uma evolução dos ideais outrora vigentes, quer com particularidades e temas quentes associados a este e analisados no meio académico.

<sup>110</sup>Apesar de “condenar” a Mulher ao espaço privado, às tarefas domésticas e a um estatuto de “submissa”, o Estado Novo precisava da Mulher para a veiculação de ideologias e para uma mobilização política, nem que esta fosse, apenas, de ordem monetária (ofertas, incluindo em ouro, que funcionavam como ajudas para uma coesão e sustento do Estado).

<sup>111</sup>A presença de mulheres nas atividades laborais era escassa, sendo que “no início da década de sessenta, as mulheres representariam cerca de 20 por cento da população activa empregada” (Barreto, 2002: 10).

<sup>112</sup>Valorização esta que a revista *Almanaque* anuncia – consultar o quarto capítulo desta dissertação.

<sup>113</sup>Destaque-se a problemática central subentendida nesta carta (Bebiano, 2003): o autor, Artur Marinha de Campos, alerta para a necessidade de existirem espaços de convívio diário entre ambos os sexos nas faculdades, espaços estes não existentes e que deveriam ser introduzidos, derrubando-se o “muro” que separava a rapariga do rapaz universitário, de modo a “olharem juntos o mesmo caminho” (A., 1961: 4).

<sup>114</sup>Além disto, destaque-se que “organizações institucionais, de obediência política ao governo, como a Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, ou de dependência confessional, como a Juventude

(Bebiano, 2007: 94). Importa realçar, sobretudo, o facto de esta publicação ter levantado questões sobre o género feminino e que lugar deveria este ocupar na sociedade portuguesa de então, incluindo a nível político, indo ao encontro das importantes mudanças e avanços que a época já albergava. Destaque-se, ainda, o facto de a controvérsia ao redor da carta ter ocorrido

“num contexto marcado pelo acentuado crescimento da população feminina universitária, associado ao desenvolvimento da participação mais activa por parte de um núcleo significativo de raparigas no associativismo estudantil e em outras actividades de carácter cívico” (Bebiano & Silva, 2004:17).

Mais ainda, a publicação desta carta acompanha a crescente mobilização e afirmação de sectores até então subalternizados, tendência esta que decorreu ao longo das três décadas posteriores ao fim da Segunda Grande Guerra, ainda que tal tenha ocorrido, sobretudo, em países mais industrializados e nas suas áreas circundantes (Bebiano & Silva, 2004). Portugal, ainda que de forma tímida e lenta, não era exceção. Como exemplo, destaque para os movimentos de oposição com o propósito de uma (possível e desejada) mudança que foram surgindo no início da década de 1960:

“As tentativas no sentido de questionar os papéis femininos propostas pelo Salazarismo, visando ao mesmo tempo a igualdade de direitos entre ambos os sexos, tal como a defesa da intervenção da mulher na política e no trabalho, foram numerosas e diversas, se bem que desenvolvidas dentro dos condicionalismos políticos impostos pelo regime e de uma rigidez moral enraizada em muitos sectores da sociedade, particularmente entre a alta burguesia e no mundo rural” (Bebiano, 2003: 86-87).

Ou seja, apesar de existirem esforços no sentido de uma mudança, este foi um longo e difícil processo, sendo que o imobilismo da condição social das mulheres permaneceu como tal ao longo da ditadura vigente (Gorjão, 2002 *apud* Bebiano, 2003). Neste contexto, denotava-se um contrasenso entre certas publicações periódicas: a *Modas e Bordados*<sup>115</sup>, que contava com nomes femininos ligados à oposição<sup>116</sup>, elogiava o passado, a condição das mulheres, sem a questionar, ignorando qualquer tipo de avanço e apelando a uma resistência de papéis como o

---

Universitária Católica e a Juventude Universitária Católica Feminina, irão questionar o conteúdo da carta, ainda que de forma relativamente moderada” (Bebiano, 2007:94).

<sup>115</sup>“Entre 1912 e 1938 o título *Modas & Bordados* é publicado como suplemento do jornal *O Século*. A partir de então, transforma-se numa revista autónoma já com o título *Modas e Bordados. Vida Feminina*. Em 1975, a revista sofre uma reformulação e passa a ser publicada sob o título *Mulher. Modas e Bordados*. Entre 1977 e 1987 é apenas publicada uma brochura anual para que a revista não perdesse os direitos sobre o título” (Agostinho, 2007: 64).

<sup>116</sup>“Por trás de um título que parece resumir o mundo feminino a um emaranhado de linhas e agulhas encontramos uma revista que atravessa quase todo o século XX, servindo de companhia a várias gerações de mulheres portuguesas. *Modas & Bordados* é uma publicação sobre mulheres, dedicada a mulheres, com um título conservador mas dirigida por intervencionistas como Maria Lamas ou Etelvina Lopes de Almeida, e que se manteve em circulação entre 1912 e 1977” (Agostinho, 2007: 55).

da “fada do lar”<sup>117</sup>, incluindo no final da década de 1960<sup>118</sup>, ainda que se conferisse destaque a anúncios publicitários relativos a avanços na higiene íntima das mulheres<sup>119</sup>. Um pouco mais adiantada no tempo, no início da mesma década a revista *Eva* (1939-1945)<sup>120</sup> elogiava a mudança, sinais de uma possível emancipação, os quais considerava como sendo positivos, ainda que resistisse a certos clichés associados ao género feminino, como considerar as mulheres mais sensíveis, mais dramáticas, gostando de se ocupar com algum tipo de crise, conflito ou problema, o qual iria diminuir o aborrecimento que pautava a sua vida<sup>121</sup> (Bebiano, 2003: 87-88). De realçar que as revistas generalistas que circulavam no país ao longo dos anos 60, sobretudo as que eram dirigidas a um público maioritariamente feminino, ainda que, em alguns casos, prestassem “alguma atenção aos novos hábitos, gostos e símbolos, faziam-no sempre com extremo cuidado e algum esforço para não transgredirem a regra de ouro que definia o seu papel dependente” (*Idem*: 89). Por outro lado, a par da crescente oposição juvenil que se vai verificando à época, sobretudo no meio académico, “este era também um tempo no qual um número significativo e crescente de mulheres, particularmente de mulheres jovens, afirmava uma diferença que ia muito para além de um apoio, mais ou menos activo, sempre com visibilidade, às estratégias de oposição” (*Idem*: 91).

A par da resistência no plano exclusivamente político, nos anos 60 juntavam-se, agora, outras frentes de combate, “situado no domínio da participação política autónoma, da defesa de uma sexualidade menos tutelada, da abertura a novos padrões no campo da moral pública e

---

<sup>117</sup>“Com a entrada na década de 50, *Modas e Bordados. Vida Feminina* apresenta algumas alterações ao nível da publicidade. A quase exclusividade de anúncios dedicados à beleza e à moda dá lugar à publicitação de novos produtos, alguns dos quais tradicionalmente considerados pouco femininos. [...] Todavia, a revista continuava a promover como principal virtude feminina o bom desempenho nas lides domésticas” (Agostinho, 2007: 61).

<sup>118</sup>“O passado, um passado bem português, tem muito a ensinar-nos, até mesmo no capítulo da moda!, escrevia a colunista que assinava Maria Esmeralda (*Modas e Bordados*, 1968 *apud* Bebiano, 2003: 87).

<sup>119</sup>“Em sentido oposto, [...] [no] ano de 1966, *Modas & Bordados* apresenta nas suas páginas um anúncio publicitário da mais recente novidade, em Portugal, no âmbito da higiene feminina – os tampões – para que a mulher se sinta “livre na praia durante todo o Verão” [...]. Este anúncio, bem como a fotografia que o acompanha de uma mulher em fato de banho, são reveladores de que algo estava a mudar, também em Portugal” (Agostinho, 2007: 62).

<sup>120</sup>Aquando do seu surgimento, esclarece-se que “o objectivo seria criar uma revista onde “vão encontrar as nossas leitoras os mil segredos desses pequenos nadas que fazem completa e brilhante a educação da companheira do lar. Foi a elas, às mulheres, que o destino confiou a missão de transformar e embelezar a vida; mas, para que esse desejo se torne realizável e prático, será indispensável educar-lhes as tendências naturais e ensinar-lhes como é possível em todos os lares, por mais humildes que sejam, fazer Arte e criar Beleza. É este o trabalho que a revista pretende realizar “tratando proficiente e minuciosamente todos os assuntos que devam interessar o espírito feminino” (“Diário de Notícias”, 1925 *apud* Gomes, 2011: 5-6).

<sup>121</sup>“A mulher está sempre em crise, quando cresce, quando declina. A crise é quase um atributo essencial da feminilidade, porque a mulher tem um sistema psicológico mais sensível e dramatiza com mais facilidade (...). No fundo, a mulher gosta de estar um pouquinho em crise, ter um conflito qualquer, qualquer problema com que se ocupar. Tudo isso torna a vida menos aborrecida” (*Eva*, 1962 *apud* Bebiano, 2003: 88).

dos costumes, [além] da partilha no campo da actividade cultural [...]” (*Ibidem*). Procurava-se, pois, alcançar uma igualdade política, económica e sócio-cultural entre homens e mulheres, tentando-se reduzir as diferenças discriminatórias entre sexos, eliminando os obstáculos que as afastavam de uma vida socialmente ativa. Esta batalha contou com ações consideradas como feministas que, no fundo, funcionavam como gritos de revolta perante o sufoco em que vivia o género feminino. Destaque-se, a este propósito, o exemplo da escrita e da literatura que, com as suas figuras de estilo e codificação de significados múltiplos e diversos, usava a linguagem e os seus signos a favor de uma possível mudança: “Pois que toda a Literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos” (Barreno, Maria Isabel; Horta, Maria Teresa; Velho da Costa, Maria, 1972:9).

Quase invisíveis para o Estado Novo e no próprio espaço público, a verdade é que as mulheres estavam presentes na sociedade e na luta pelos seus direitos, sendo prova disso a publicação das polémicas *Novas Cartas Portuguesas (NCP)*<sup>122</sup>: contra a ideologia vigente no período que antecedeu o 25 de Abril de 1974, estas anunciam um Portugal amordaçado, não só pelo regime, como pelas consequências das imposições deste, denunciando os seus “males”: a guerra colonial; o analfabetismo; a iliteracia; a exploração física e psicológica dos/as trabalhadores/as portuguesas/as; a emigração; o sistema judicial adotado; denuncia a censura e as repressões políticas e sexuais; a violência e a condição em que viviam as mulheres<sup>123</sup>. Através de várias referências indiretas a marcos históricos associados a derrubes de regimes e a revoltas dos séculos XIX e XX, segundo destaca Ana Luísa Amaral na primeira edição anotada da obra “(...) a mensagem parece ser clara: fazer da literatura um

---

<sup>122</sup>Mais de 40 anos após a sua primeira edição, a obra publicada em abril de 1972 configura-se como atual e merece a atenção de investigadores/as e curiosos/as. Esta é, porém, “mal amada” em Portugal, sendo, consequentemente, mais conhecida do que, efetivamente, lida. Ana Gabriela Macedo *et al.* (2012) definem as *Novas Cartas Portuguesas* como um dos livros mais marcantes da literatura portuguesa contemporânea. Maria Manuela Tavares (2008), por sua vez, afirma que as *NCP* são a obra literária mais polémica dos anos 70 do século XX. Já Hilary Owen (s/d) define-a como um ícone enquanto “texto fundador” da segunda vaga do feminismo português, tendo a obra constituído o ponto de partida mais provocador e problemático para o estudo da escrita feminina portuguesa do século XX. De destacar, ainda, que Ana Gabriela Macedo (2014) defende que esta é uma obra que se destaca entre as demais da literatura portuguesa do século XX devido à sua diversidade de géneros, como já referido, mas, mais ainda, devido à polifonia de vozes que “convoca” e “cita”, às influências das “cantigas de amigo” da lírica medieval ibérica, da poesia trovadoresca e de diferentes autores (...)” (Macedo, 2014:106).

<sup>123</sup>Segundo Ana Gabriela Macedo (2014), as autoras das *Novas Cartas Portuguesas* descrevem-nas como sendo um “livro político [...] não um avatar do Feminismo, mas sim o Feminismo reengendrado, sabiamente reinventado, materializado em palavras que foram (e são ainda hoje) armas” (Macedo, 2014:107). De referir, a este propósito, que esta publicação configura um caso raro (e quase único), proveniente de três mulheres corajosas, sendo que a luta feminina, à época, no geral, era menos ousada.

acto revolucionário e afirmar *NCP* como um gesto de radical novidade e rebelião” (Amaral, 2010:312). Descrevamos a obra como um marco histórico-literário da época contemporânea portuguesa, mas pensemo-la como um texto intemporal, uma fuga ao sufoco e às amarras que outrora o quotidiano feminino<sup>124</sup> sofria e do qual, em modo epistolar e de forma coletiva (mas não só), foi encontrando formas de escapatória e, no fundo, de uma possível (e desejada) emancipação. “A “problemática feminina” tinha assim entrado na ordem do dia e mobilizava um grande número de preocupações, em consonância com as movimentações feministas que, particularmente na América do Norte e na Europa ocidental, o tempo via emergir” (Marwick, 1998 *apud* Bebiano, 2003: 92).

## 2.2. Mecanismos e sinais centrais da formalização de uma cultura de regime

“A longevidade política de Salazar, presente fisicamente no poder de 1928 até 1968, baseia-se numa verdadeira estratégia fundamentada numa subtil receita que mistura censura/propaganda e prevenção/repressão” (Santos, 2008:59). De facto, à semelhança de outros regimes ditatoriais da época, o Estado Novo “só pôde consolidar-se e persistir [...] através de aparelhos repressivos e reprodutores de ideologia, pelo que, além de instituições policiais e censórias, necessitou de ter ao seu serviço instituições de cultura e propaganda”<sup>125</sup> (Torgal, 2009:76). Ainda que em Portugal se registre uma maior diversidade a nível da produção cultural a partir da década de 1940, até ao culminar da Segunda Grande Guerra, “a cultura de regime conseguiu, com efeito, manter uma certa unidade ou, pelo menos, uma visualidade de valores que não diferiam substancialmente do «sistema»” (*Ibidem*). Assim sendo, apesar da existência de sinais de oposição manifestados, em boa parte, por certas publicações periódicas – como é exemplo a *Seara Nova* – e/ou por intelectuais<sup>126</sup> da época que se viriam a revelar ilustres escritores – como é o caso de Aquilino Ribeiro -, nos anos 40 vigorava uma verdadeira cultura de regime<sup>127</sup>. Tal está patente na expressão “«Política do

---

<sup>124</sup> Ainda suficientemente presente nas memórias das gerações das nossas Mães e Avós.

<sup>125</sup> Sendo a segunda a que mais interessava a Salazar.

<sup>126</sup> (...) o conceito de «intelectual» supõe um certo nível de produção e intervenção cultural e uma problematização de ideias, servidos por uma leitura, mais ou menos complexa ou simples, de obras e de autores, de estéticas, de sociedades, de políticas ou de religiões. Ou seja, o «intelectual», sendo uma personalidade particularmente interessada pela cultura, é, por natureza, interventivo” (Torgal, 2009:74-75).

<sup>127</sup> “Uma actividade cultural continuada e firme foi reforçando, na verdade, a ideia de um regime que mantinha uma certa «harmonia cultural», de tipo «nacional», um regime «justo» e defensor da «ordem», em que a autoridade e obediência deveriam ser respeitadas, um regime defensor de valores éticos cristãos, um regime «corporativo», de conciliação e de «união nacional», que se identificava com a «Nação» e com o «Império»

Espírito»” de António Ferro<sup>128</sup> que caracterizava, assim, a política cultural do Estado Novo como sendo uma “«cultura oficial»”, recusando, por sua vez, o que chamou de “«cultura degenerada»” (*Idem*:119)<sup>129</sup>. Em entrevista a este, nos anos 30, Salazar reiterava a necessidade de existir propaganda, ao mesmo tempo que a desvalorizava. Contudo, na verdade, “a propaganda definiu um centro na orgânica do Estado. Porque trataria de «coordenar», «organizar» e «difundir» de forma «sistemática» a capacidade essencialmente reprodutora do poder” (Ó, 1992:397).

Todos estes objetivos estavam confiados ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)<sup>130</sup>, criado em 1933<sup>131</sup>. Este tinha como missão “elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento daquilo que realmente é e vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente no contexto das nações” (Salazar, 1935 *apud* Melo, 2001:54). Além disto, o SPN detinha um papel interventivo a nível político e ideológico - como foi exemplo a organização de manifestações a nível nacional e de festas públicas sob o propósito educativo -, uma competência vaga mas circunscrita ao ideário nacionalista. Assim sendo, a cultura “seria dinamizada pelos organismos de Estado” (Torgal, 2009:121), denotando-se, porém, como já referido, uma larga preocupação com a propaganda e com a sua eficácia, ao invés de uma preocupação verdadeiramente cultural. Para Salazar, a primeira serviria na perfeição o propósito de uma educação política do seu povo e detinha duas funções: informar e formar politicamente<sup>132</sup>. Mais ainda, a propaganda era entendida como essencial à sociedade, no sentido em que seria a forma de esta se entender a si própria (Ferro, s/d *apud* Melo, 2001:54).

Posto o que foi dito anteriormente, apesar da existência de sinais centrais da formalização da cultura de regime do Estado Novo, destaque para uma questão pertinente

---

colonial ou ultramarino (consoante a linguagem do tempo), revendo-se numa história mitificada” (Torgal, 2009:76).

<sup>128</sup>Era escritor, político, publicista, jornalista no *Diário de Notícias* e dirigente do Serviço de Propaganda Nacional (SPN), “funções que exerceria sem nenhuma interrupção durante década e meia” (Ó, 1992:402).

<sup>129</sup>“[...] António Ferro não deixava de fazer a distinção clara entre a «Política do Espírito», integrada basicamente nas regras do Estado Novo e uma «cultura» que não se inseria no seu «espírito»” (Torgal, 2009:124).

<sup>130</sup>Este resulta de uma vontade em se “criar um instituto que, pela sua vocação estratégica, conseguisse penetrar os vários espaços da produção cultural, perspectivando-os em consonância com as suas próprias exigências” (Ó, 1992:396-397).

<sup>131</sup>“Quando, em setembro de 1933, surge, junto da Presidência do Conselho, o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) terá [...] o Estado Novo encontrado o seu mais diversificado, profundo e duradouro instrumento dessa laboração” (Ó, 1992:397).

<sup>132</sup>“[...] a Propaganda é, para ele, acima de tudo, uma forma de «informar», porque «[...] politicamente só existe o que se sabe que existe» e «politicamente o que parece é»” (Torgal, 2009:122).



levantada por Luís Reis Torgal: poderá afirmar-se que existia “no Estado Novo uma «cultura tipo», considerada como «cultura oficial», distinta e oposta a uma «cultura degenerada», ou, se quisermos usar outras palavras, uma «cultura do mal», que tinha em vista desestruturar os «valores da nação»?” (Torgal, 2009: 123). Na busca de uma possível resposta, é importante realçar que, para a afirmação ou imposição desta cultura, não se recorreu à banalização ou aniquilamento de outras formas culturais que não fossem ao encontro da chamada cultura de regime. Isto é, apesar da existência de um “«dispositivo cultural» do Estado Novo montado a partir de 1933 [...]” (Rosas, 2001:1039), não existiu, por exemplo, o recurso à queima de livros como aconteceu no seio da ditadura Nazi, procurando-se transparecer uma “ideia de tolerância, ou, se quisermos, a ideia de que todos, inclusivamente a *Intelligentsia* mais avançada, poderiam colaborar em espírito de «união nacional», na obra de Salazar, desde que, bem entendido, fossem respeitadas as premissas essenciais do Estado Novo” (Torgal, 2009:123). Por sua vez, a comandar o SPN desde a sua criação, António Ferro foi tentando colocar em prática “a sua obra de cultura”, enfatizando, sobretudo, o que considerava como “os valores de «Portugal», embora seleccionasse, obviamente, entre os artistas e os escritores aqueles que mais empenhadamente o fizessem de acordo com a política do Estado Novo” (*Ibidem*). Luís Reis Torgal destaca, porém, que não estamos perante o que se pode denominar de “«cultura oficial», mas sim [...] uma «cultura integrada no regime»<sup>133</sup> ou pelo menos que não era contra o regime” (*Idem*: 124)<sup>134</sup>. Acrescente-se que, através do SPN,

“quer ao nível da «política do espírito», quer até da «educação nacional», viria a ser atribuído um papel claramente periférico e subalterno ao saber académico e à cultura científica e universitária, acantonada na tarefa de avalizar e legitimar os grandes lances da propaganda” (Rosas, 2001:1039).

Em 1944 o SPN sofre reestruturações, o que implicou uma nova designação - Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) -, onde se incluía o termo cultura popular e o que a este dizia respeito. A sua competência primordial era, agora, “«a orientação, o estímulo e a coordenação de todas as actividades que se destinem a elevar o nível moral e intelectual do povo português e a exaltar e valorizar a sua individualidade nacional»” (Diário do Governo, 1944 *apud* SNI, 1955 *apud* Melo, 2001:57). O objetivo passava, sobretudo, “pelo enquadramento e a dominação da cultura popular pela política cultural oficial” (Melo, 2001:57). “Na medida em que a verdadeira identidade nacional reside

---

<sup>133</sup>Existe, ainda, um outro termo utilizado: “«cultura de sistema» [...], numa abordagem mais alargada e mais complexa não a reduzindo a um tipo de cultura dos Estados e das ideologias autoritárias/totalitárias de direita, de tipo «fascista»” (Torgal, 2009:125).

<sup>134</sup>Um exemplo especial da atuação desta cultura de regime eram “os prémios literários atribuídos pelo SPN/SNI” (Torgal, 2009:126).

no campo, a cultura popular [era] uma realidade visível, ainda que geograficamente circunscrita” (*Idem*:75). Tal justifica-se pela confessa admiração e valorização do meio rural por Oliveira Salazar<sup>135</sup>. Por conseguinte, entende-se cultura popular como sendo aquela que era criada e manifestada pelo próprio povo<sup>136</sup>, como era exemplo o caso do folclore (Santos, 2008). Em sentido mais lato, a cultura popular pode ser definida como sendo “o aperfeiçoamento da mentalidade do povo”<sup>137</sup> (A.J. de Castro Fernandes, 1947 *apud* Melo, 2001:76). A par disto, o regime apostava, ainda,

“e de forma decisiva, na formação das massas, não unicamente no sentido de as conformar, mas de as educar moral e espiritualmente, sobretudo nos valores de uma «cultura popular», nacional – ruralista, etnográfica e corporativa, criada pela propaganda nacional e veiculada ao nível dos meios populares urbanos e no mundo rural pela FNAT<sup>138</sup> e pela Junta Central das Casas do Povo (JCCP)” (Rosas, 2001:1040).

De notar, a este propósito, que não havia uma abertura ao mundo exterior e a tudo o que rompesse com os limites morais impostos pelo sistema repressivo e conservador, como o era o Estado Novo, não sendo possível quebrar as regras. A par disto, não esqueçamos o controlo exercido aos meios de comunicação e à informação que circulava no país, existindo, ainda, um controlo de âmbito local, tanto ao nível educativo como cultural, factos estes que “iam acentuando os limites colocados à afirmação de modos de vida alternativos ou simplesmente independentes” (Estanque *et al.*, 2007: 18). Contudo, nalgumas zonas do país, começam a denotar-se certas mudanças, sobretudo em cidades de maior dimensão ou naquelas que detinham maior abertura às transformações do mundo, cidades nas quais essas mudanças já se faziam sentir.

“Durante a década de 1960, podem situar-se neste grupo apenas três: Lisboa e Porto, devido à sua dimensão e relativo cosmopolitismo, e Coimbra, onde uma cultura local eminentemente tradicional e etnocêntrica vinha sendo modificada no contexto das mudanças vividas no interior do meio estudantil

---

<sup>135</sup>“O discurso ideológico de Salazar também valorizou constantemente o ruralismo e as aldeias apresentadas como feitas de ingenuidade mista de simplicidade. Esta afirmação da superioridade da vida camponesa, acompanhada por uma folclorização manifesta, articula-se com a noção de humildade promovida pelo regime e que procura inculcar a imagem dum povo português plácido e submisso” (Santos, 2008:64).

<sup>136</sup>“O «bom povo», aquele com que o Estado Novo se identifica, é o que se liga directamente aos valores nacionais, genuinamente portugueses, que os conserva e defende, mesmo que de forma inconsciente, contrariando a influência externa e artificial proposta por outros, assim demarcados da linha política definida” (Melo, 2001:61).

<sup>137</sup>“Esta organização das mentalidades é pensada para todos os períodos da vida dos portugueses, desde a escola até aos espaços laborais, para todos os lugares de vida desde a cidade até ao campo. Na sua pretensão de moldar as mentalidades, o chefe do Estado Novo arma-se com os instrumentos adequados para levar a cabo a doutrinação da população” (Santos, 2008:68).

<sup>138</sup> Fundação Nacional pela Alegria no Trabalho (1935-1974).

universitário, e entre um sector intelectual e da classe média com renovados anseios e mais vastos horizontes” (Idem: 19-20).

É precisamente neste contexto que uma cultura popular urbana (e superior) começa a ganhar forma, a par de uma viragem cultural e geracional que começava a emergir.

### **2.3. Anos 60, tempos de rutura: a crescente oposição juvenil ao regime**

“Os anos sessenta em Portugal – nunca será de mais sublinhá-lo – foram anos de uma rápida e, para os padrões do país, profunda mudança. Esta foi imposta por um conjunto complexo de alterações de natureza política, social e cultural” (Bebiano, 2005:80), procurando-se novos rumos de vida, a par de uma emigração em massa. No início da década de 1960, apesar de não surtirem grande repercussão social, existiam personalidades em oposição ao regime das quais partiam os maiores desafios ao mesmo (Antunes, 1991). Entre estas estavam escritores e artistas que se encontravam “«fora do sistema», o que prova a incapacidade de afirmação de uma ideologia, que se desejava única” (Torgal, 2009:125). Ainda que estando fora daquele que era, por si, o sistema – o regime -, alguns destes iam-se integrando num outro “«sistema», ou seja, eram escritores, mas também militantes de uma «ideia de oposição» ou de um «movimento», de outra «ideologia», mesmo de um «partido» [...]” (*Ibidem*).

Por outro lado, verificava-se um “esforço clandestino de oposição protagonizado principalmente pelo Partido Comunista<sup>139</sup> e, em áreas específicas, pela iniciativa pulverizada, mas ao mesmo tempo hiperactiva da esquerda radical” (Bebiano, 2005:79). A par de tudo disto, uma forte massa juvenil ia ganhando voz através da participação na Campanha de Humberto Delgado à Presidência nas eleições de 1958, além de agir de forma autónoma no que tocava a propaganda. Neste contexto, destaque para a importância da crise académica de 1962, cujos ecos se faziam sentir desde os finais de 1956, uma vez que nesta se contestava o Decreto-Lei que condicionava fortemente a liberdade estudantil de associação. Esta contestação foi crescendo de forma contrastante e divergente, a nível cultural, do que era a

---

<sup>139</sup>“Sem dúvida que os intelectuais comunistas pretenderam construir uma nação e uma cultura nacional alternativas, mas tal não obsteu à persistência de continuidades entre a sua nação alternativa e a nação dominante” (Neves, 2010:191), sendo esta a nação idealizada pelo regime. Ainda assim, destaca-se a importância desta defesa da cultura por parte do Partido Comunista desde os anos 30, bem como o contributo para o “fulgor da oposição antifascista ao Estado Novo” (*Ibidem*).

orientação dada pelas autoridades e contrária à noção que estas tinham “do que deveria ser a participação na vida universitária dos estudantes” (Bebiano, 2003:76).

De facto, os anos 60 do século XX ficaram marcados por várias manifestações estudantis um pouco por todo o mundo<sup>140</sup>, num período de viragem, de rutura e transgressão, “de crises, criando um passado que ainda permanece presente, com convicções, mudanças, perplexidades e ensaios de outros caminhos” (Bebiano, 2003 *apud* Almada, 2012:124)<sup>141</sup>. Todo este clima de transgressão social e cultural acompanhou aquele que é designado como “um período de emergência de uma *cultura-mundo*, proveniente dos Estados Unidos e da Europa, que oferece transformações significativas no mundo contemporâneo” (Almada, 2012:126):

“ (...) foi ao longo dos cerca de vinte e cinco anos que se sucederam à Segunda Guerra Mundial que, a partir de alguns núcleos urbanos das principais áreas industrializadas das Américas e da Europa, o meio estudantil universitário se definiu como espaço nuclear de construção acelerada e de afirmação colectiva de uma nova condição e de uma nova identidade juvenil” (Bebiano, 2007:19).

Nos anos 60 existia um importante segmento da juventude estudantil que se encontrava em situação de crescente dissensão face ao regime. Esta agitação era especialmente sentida nas Universidades e cidades onde estas se situavam, uma vez que eram meios facilitadores de um contacto com o exterior e com tudo o que a este dizia respeito, onde se inclui, naturalmente, diferentes formas de vida e de cultura (Estanque *et al.*, 2007). Além de todas as características sociais e políticas, a nível cultural e geracional os anos 60 foram um “tempo de transferência” (Bebiano, 2003:11): ficaram marcados pela transgressão, pela rutura face ao sistema e ao que era esperado, sobretudo com a afirmação de uma juventude irrequieta e atuante. Os estudantes passam de massa acrítica a vozes ativas, sendo grandemente influenciados pelos estilos de vida americana que, aos poucos, se foi alastrando à Europa e ao próprio contexto académico-juvenil<sup>142</sup> (Bebiano, 2002; 2003). Estes eram os novos atores de uma mudança social, uma “nova classe operária especializada, [...] os jovens intelectuais

---

<sup>140</sup>“Coimbra era, neste contexto, um caso peculiar. A sua identidade específica, associada à vivência das «liberdades estudantis», é uma construção de longa data. O seu prestígio e capacidade de atração, a dimensão de uma população estudantil em crescimento contínuo e a centralidade do seu lugar na vida da cidade cruzavam-se então com uma longa tradição estudantil de razoável autonomia, de cíclica resistência e de constante crítica dos poderes intra e extra-universitários” (Bebiano, 2007:26).

<sup>141</sup>“O essencial das movimentações estudantis até à década de 1960 prendeu-se, pois, sobretudo com a defesa do associativismo, não tanto com um questionamento do sistema universitário em si e menos ainda com o enfrentamento directo do regime. Manteve, porém, uma presença que a época seguinte incorporará através do prolongamento de uma tradição de inconformismo e de resistência projectada agora para um novo nível” (Bebiano, 2007:34).

<sup>142</sup>“Na verdade, geração após geração, um grande número de europeus cresceu incorporando míticas “Américas” na sua memória colectiva, e a “geração de sessenta”, em Portugal como em outras paragens, não constituiu excepção, embora integrasse essa atividade de uma forma peculiar” (Bebiano, 2002: 190).

dotados de uma consciência da história, [...] uma juventude generosa e plena de dinamismo na sua revolta” (Bebiano, 2003:52).

Ainda que estes longos anos 60 possam ser descritos de diferentes formas, focando diversos domínios do contexto de então, não se pode ignorar o crescente afastamento daqueles que eram os “valores fundamentais” (*Idem*:69), como o nacionalismo, por parte das gerações mais jovens, sobretudo das que eram oriundas de meios urbanos. Para tal, contribuía o consumo de novos tipos de música, nomeadamente, de artistas de pop e *rock*, aos quais era associada uma vida sem regras e sem tabus, plena de álcool e drogas, escândalos da vida privada que se tornavam públicos, etc. Contudo, o que importa aqui realçar é que estes jovens contestavam, de forma radical, a “ordem cultural – geracional estabelecida” (*Idem*:54). Destaque para bandas como os Beatles, que apelavam ao divertimento como parte integrante da vida e às ligações amorosas sem compromisso, e para os Rolling Stones, que marcavam a geração por construírem uma imagem rebelde para um mundo incapaz de a entender<sup>143</sup> (Bebiano, 2003). Mas desengane-se quem pensa que esta mixórdia de novos paradigmas culturais e de estilos de música e de vida só se fez sentir de forma intensa no Reino Unido ou nos restantes países europeus, surtindo, apenas, efeitos superficiais na (aparente) estabilidade do Estado Novo: chegou a Portugal e criou impacto ao ponto de ser a rampa de lançamento para uma juventude em crescente relutância face ao regime e ao que este impunha. Ou seja, ao contrário do que se possa pensar,

“a verdade é que as grandes transformações culturais dos anos sessenta, mesmo quando adaptadas, também aqui haviam chegado, alterando o ambiente social, produzindo uma cultura de oposição em larga medida renovada, e, ao mesmo tempo, introduzindo algumas modificações na evolução política do país” (Bebiano, 2003 *apud* Bebiano, 2005:79).

Existia, portanto, uma mudança significativa que partia, sobretudo, de jovens estudantes, destacando-se a importância do espaço universitário como contexto “de construção e de afirmação de uma nova condição e de uma nova identidade juvenil” (Estanque *et al.*, 2007:12), desde o final da segunda grande guerra e, sobretudo, em meios industrializados, quer do continente americano, quer do continente europeu. Neste contexto, destaque para a população universitária em Portugal, uma vez que, na sociedade de então, esta detinha “um peso político e cultural bastante mais alargado do que aquele que poderia corresponder ao seu

---

<sup>143</sup> Por exemplo, a música “Satisfaction” apela a uma busca incessante pelo prazer e pela experiência individual.

efetivo lugar social, bastante circunscrito”<sup>144</sup> (Bebiano, 2003:77). Mais ainda, o meio estudantil e o número crescente de ex-estudantes universitários destacam-se pela sua importância naquele que foi um “processo de fractura cultural” no seio de um clima propício “ao desenvolvimento de atitudes de ruptura geracional” (Estanque *et al.*, 2007: 20) dentro das próprias universidades. Rui Bebiano (2007) destaca, ainda, a existência de uma alteração a nível do lugar ocupado pela estudante universitária<sup>145</sup>, sendo este um fator determinante no sentido de um avanço no tipo de relações estabelecidas no contexto estudantil e dentro da própria sociedade portuguesa, bem como no estabelecimento de relações com contextos externos, onde se afirmava a “nova cultura *sixtie*” (Bebiano, 2007: 61).

A este propósito, é importante realçar que, para lá de uma “*cultura-mundo* juvenil de onde emana, a contestação estudantil sessentista definiu, assim, ao nível dos mitos, das ideias e das próprias ocorrências, um conjunto bastante consistente de traços comuns” (Bebiano, 2003:73): em primeiro lugar, uma tendência para questionar aquele que era o estado político e social com o qual iam sendo confrontados, ao mesmo tempo que procuravam percorrer os seus próprios caminhos, sendo condicionados pelo contexto sociopolítico onde viviam. No que toca a Portugal, a contestação também se propagou, tanto pela influência de fatores externos, como pelas especificidades próprias do país, sobretudo no que tocava à ação do regime vigente, uma vez que este não se mostrava aberto a tudo o que não fosse conforme à norma, querendo-se o país à parte de um mundo que se encontrava em mudança. Contudo, a par do que ia acontecendo tanto na América como em distintos países europeus, também em Portugal se verificava a existência “de novas práticas juvenis”, quer a nível do cinema (e do seu tipo de consumo), quer da música e dos seus diferentes estilos, com “um público juvenil, atento aos novos gostos musicais e às novas práticas de natureza lúdica”, sendo prova disso as referências “que iam sendo feitas ao aparecimento dos novos costumes e aos conflitos que estes imediatamente provocavam, sempre que confrontados com ambientes pouco dinâmicos, em grandes dificuldades para os compreender” (*Idem*:74-76).

Por conseguinte, existia uma significativa parcela da juventude estudantil que se encontrava em discórdia face ao regime, sendo “integrada numa “cultura de oposição” efetivamente dominante dentro do conjunto daqueles meios de comunicação social

---

<sup>144</sup>Os números eram claros: num total de, sensivelmente, 8 a 9 milhões de habitantes portugueses em 1960, “no ano letivo de 1960-1961 os estabelecimentos do ensino superior público e privado contavam com apenas 23.887 alunos matriculados, e dez anos depois, em 1970-1971, apesar de um assinalável crescimento, ainda eram apenas 49.461” (Bebiano, 2002: 177).

<sup>145</sup>Conferindo especial destaque à estudante de Coimbra. Consultar o ponto 2.1.4 deste segundo capítulo.

portugueses que, principalmente ao nível da imprensa escrita, maior número de leitores detinha entre este segmento social” (*Idem*: 178). De facto, “é importante detectar, desde logo, a forma como a imprensa periódica permaneceu como um fator importante de acesso à informação e ao conhecimento por parte da comunidade académica” (Estanque *et al.*, 2007:70), até porque, desde a década de 1950, os hábitos de leitura no que toca a jornais e revistas se instalaram de forma intensa no dia-a-dia de uma parte importante dessa comunidade, além de que foram algumas as publicações periódicas que não deixaram de se preocupar com o eminente rebuliço a nível cultural e geracional<sup>146</sup>.

Ainda que não existam dados estatísticos referentes a esse tipo de leituras e consumos no meio estudantil<sup>147</sup>, pode afirmar-se que, a partir da década de 1950, “o hábito de leitura de jornais e de algumas revistas de informação geral ou especializada se integrou de um modo particularmente intenso e constante no quotidiano de uma parte significativa da comunidade” (Bebiano, 2007: 64). “Porém, e apesar dos limites impostos pela censura, era através da televisão que se desenvolvia o processo mais visível de abertura ao mundo” (Bebiano, 2005:82), sendo determinante, para tal, o início das emissões da RTP em 1957<sup>148</sup>.

A par dos movimentos juvenis, o clima de oposição ia tomando forma através de mecanismos e organismos clandestinos, dos quais se destacam, mais uma vez, as publicações periódicas. Contudo, os seus atores eram perseguidos, vivendo sob uma rigorosa e repressiva censura prévia à imprensa. De destacar, a este propósito, que grande parte dos intelectuais da época se manteve à margem do regime, em formas e intensidades de oposição variáveis, que se foram intensificando a partir do fim da segunda guerra mundial<sup>149</sup>. Tal facto foi impedindo a existência de uma (necessária) “renovação ideológica do regime” (Saraiva, 1998:358),

---

<sup>146</sup> Como é exemplo a revista *Almanaque* (1959-1961).

<sup>147</sup> Sendo que Rui Bebiano pressupõe, “com toda a certeza”, que deverão ter conhecido distintas fases (Bebiano, 2007: 64).

<sup>148</sup> “A Radiotelevisão Portuguesa desempenhou um papel fundamental na apropriação dinâmica de referências espaciais que se situavam para lá das fronteiras nacionais, integrando, como nenhum outro instrumento dentro do território nacional, as mutações da época que privilegiavam a nova cultura de massas e o papel da juventude, notícias e imagens de conflitos extramuros, difundindo internamente as novas modas e, ainda que de forma controlada, alguns dos ecos de processos de contestação vividos no exterior” (Bebiano, 2005:82-83).

<sup>149</sup> “Dentro do “microcosmos da oposição ao Estado Novo” encontra-se a atividade dos intelectuais. A corrente que mais exprime esta oposição na produção cultural, neste período, é o neorrealismo de influência marxista, adotado como forma de divulgação dos ideais socialistas na literatura e na arte, e portanto associado ao PCP (Partido Comunista Português). Este movimento literário, também presente nas artes plásticas, vigorou em Portugal de finais dos anos de 1930 a início dos anos de 1960, tendo como missão a “tentativa de refletir, interpretar e, em menor medida, denunciar o sistema e consciencializar a massa social”” (Láñez, 2003 *apud* Malva, s/d:392). Cf. Madeira (1996:381-383), Reis (1999), Láñez (2003).

sendo este avesso a novidades, sobretudo aos ventos de mudança advindos da América<sup>150</sup>. Esta era uma “atitude de distanciamento, ou mesmo de indisfarçável animosidade” (Bebiano, 2003: 162), muito presente em publicações que fossem afetas a sectores de oposição de influência marxista<sup>151</sup>. Por conseguinte, à época, “em Portugal há uma ignorância quase completa sobre a América e os americanos. A maioria das pessoas só conhece os americanos por aquilo que vê nos filmes e pelas notícias sensacionalistas dos jornais sobre milionários, *gangsters*, escândalos das estrelas de cinema, etc.” (Antunes, 1991: 22). Porém,

“Portugal, apesar de viver na época uma ditadura imobilista e isolacionista, de possuir uma indústria pouco mais do que incipiente, de conter um mercado fortemente protecionista, de manter uma estrutura social pouco dinâmica e marcada pela pobreza, pela emigração e pelo reduzido impacto da classe média, de conhecer uma guerra colonial prolongada, dolorosa e sem perspectivas de sucesso, que coagia as perspectivas de vida da generalidade dos jovens e das suas famílias, não escapou de forma alguma a esse processo de dimensão planetária” (Bebiano, 2007:20-21).

No entanto, o fenómeno espoletou mais tardiamente no país, coincidindo com a chamada abertura marcelista (1968-1974), isto é, nos finais do regime do Estado Novo, sendo nesta altura que se começa a desenvolver, lentamente, a chamada cultura *sixtie*. Este atraso deve-se a vários fatores que marcaram, sobretudo, os anos 60 em Portugal, sendo de destacar

“o atraso da recuperação demográfica, o fraco desenvolvimento urbano, as limitações à afirmação da classe média em Portugal, o carácter reduzido da população juvenil (incluindo a estudantil) e os fortes entraves, formais ou informais, colocados à afirmação, no contexto de uma embrionária cultura de massas, da generalidade das práticas e dos valores de ruptura internacionalmente afirmados na época (Bebiano, 2003 *apud* Bebiano, 2007: 21)”.

Além de todos estes fatores, é importante realçar que a afirmação de uma cultura juvenil autónoma ia sendo travada por meio de uma coação que impunha estilos de vida determinados pelas limitações de uma sociabilidade restrita e fechada em si mesma, não se mostrando afeta às mudanças que iam existindo no mundo ou à possibilidade de fugir às normas. Isto é, devido

---

<sup>150</sup>Salazar padecia de um extremo “preconceito antiamericano”, resistindo tanto quando possível a relações diretas com Washington, sobretudo durante o período da Segunda Guerra Mundial. “Mas se é certo que Salazar nunca dispôs muito crédito afetivo na América, é verdade também que soube fazer, ao longo de 15 anos, as amizades que julgou fundamentais para a sua harmonia com o mundo em geral e com os Estados Unidos em particular” (Antunes, 1991:20-23).

<sup>151</sup>“Em Portugal, conhece-se o distanciamento duradouro em relação a um universo que Salazar e os sectores seus próximos rejeitavam. Inicialmente, por representar uma concepção “*excessivamente materializada do mundo de amanhã*” [SPN, 1939 *apud* Torgal, 2000], e, mais tarde, também por motivos que se prendiam com sucessivas divergências a propósito da condução da política externa portuguesa e da evolução do problema colonial” (Antunes, 1991 *apud* Bebiano, 2003: 162).



a um baixo nível de concentração urbana que, por conseguinte, se refletia em ambientes sociais restritos, a par de uma censura à imprensa que delimitava a circulação de informação e, por conseguinte, o próprio tipo de consumo da mesma, não esquecendo as limitações educativas, pedagógicas e culturais impostas por um regime que se servia de uma pressão moral para coagir os seus cidadãos e limitar as suas formas de vida, acentuava-se e impedia-se a formação de outras, de outros estilos de vida, alternativos ou simplesmente independentes (Bebiano, 2007). Porém, apesar de um isolamento social e cultural do país, “nas cidades maiores ou dotadas de uma relação mais aberta e regular com o mundo em transformação eram já notórias algumas mudanças” (*Idem*:25). Na década de 1960 estas cidades eram Lisboa, Porto e Coimbra, como referido anteriormente, sendo a última incluída no grupo pelo peso de um meio intelectual, oriundo, *grosso modo*, da classe média e que se caracterizava por “renovados anseios e mais vastos horizontes” (*Ibidem*). A par de todo este crescimento da reivindicação da massa estudantil,

“no campo político assistiu-se ao recuo do Estado paternalista, ao surgimento de um sector de opinião mais “liberal”, ao revigoramento da oposição (em particular do PCP), à emergência da esquerda revolucionária [...] [e] ao incremento das formas de resistência no mundo do trabalho” (Bebiano, 2005:81).

Tendo em conta o que foi descrito, “todas essas mudanças e novas dinâmicas sociais, se pode postular o conceito de *sixties*, como um conceito histórico e sócio-político-cultural, que não pode ser estreitado ao tempo [...]” (Almada, 2012:126). Além disto, neste contexto, o termo *sixties* tem duas interpretações um tanto distintas: diz respeito “[a] uma época histórica, mas, ao mesmo tempo, define uma correspondência precisa para a própria década, preconizando vínculos de ativismo e contestação (Stephens, 1998), juntamente com valores, estilos, formas de pensar e agir compartilhadas” (*Ibidem*). É precisamente neste contexto e ao encontro do mesmo que surge a revista *Almanaque* (1959-1961),

“ [...] uma publicação cosmopolita publicada em Lisboa, dirigida por José Cardoso Pires e Luís de Sttau Monteiro (o conselho de redação era composto ainda por José Cutileiro, Baptista-Bastos, Augusto Abelaira e Alexandre O’Neill) [que], para além de evidenciar uma linguagem bastante informal que não deixaria de atrair aos jovens, [estava] permanentemente interessada nas novidades no campo das artes, do espectáculo, da política e dos consumos culturais” (Bebiano, 2003 *apud* Bebiano, 2007: 64).

### Capítulo 3: *Almanaque*, “o órgão oficial das pessoas inteligentes”: o projeto, as pessoas, a vida da revista e os seus principais temas e interesses

#### 3.1. “Genealogia dos Almanques”<sup>152</sup>: origens e significado de um “«amigo sociável e fiel»”<sup>153</sup>

“Se «o Almanaque contém essas verdades iniciais que a Humanidade necessita saber, e constantemente lembrar», ele deve ser também «o livro disciplinar que coloca os marcos, traça as linhas, dentro das quais circula, com ordem, toda a nossa vida social». E é no tempo dessa circulação que o homem «caminha guiado pelo Almanaque»” (Eça de Queirós *apud* Reis, 2002:11-12)

“Em vários países europeus, as primeiras publicações periódicas, mas sem carácter jornalístico, são os *almanques*, continuadores dos que começaram a imprimir-se em Mayence<sup>154</sup>, em 1448” (Tengarrinha, 1989:31). A origem da palavra almanaque, ainda que não seja única ou atribuída de forma unânime<sup>155</sup>, derivando do grego ou do árabe, “em qualquer dos casos, o étimo significa «cálculo»” (Mello, 1960: 112), sendo que “a informação contida num almanaque é de carácter enciclopédico, “útil para toda a gente”, não procurando aprofundar os assuntos mas deles dando apenas notícia” (“Almanaque”, s/d)<sup>156</sup>. Por conseguinte, sucintamente, podemos descrever esse “tipo singular de publicação que é o almanaque” (Reis, 2002:11) como uma “publicação anual generalista e utilitária que, por norma, inclui um calendário completo com referência a assuntos recreativos, humorísticos, religiosos, científicos, literários e informativos”<sup>157</sup> (“Almanaque”, s/d).

Os primeiros almanques eram, essencialmente, inscrições em pedra, situadas em fachadas de templos, correspondendo a meras evocações memoriais que indicavam “as principais festas litúrgicas e as preces adequadas a cada uma delas” (Mello, 1960: 112), sendo

---

<sup>152</sup>“Decerto não parecerá deslocado ou impróprio falar, dizer, em «*Almanaque*», alguma coisa acerca de...almanques: da sua origem, história e evolução” (Mello, 1960: 112) – artigo da revista em análise, assinado por Brandão de Mello.

<sup>153</sup>(Queirós *apud* Reis, 2002: 13)

<sup>154</sup>Cidade alemã.

<sup>155</sup>“A provável origem etimológica do termo remonta ao grego *almenikhiaká*, estando sempre ligado ao interesse pela astrologia; regista-se em latim medieval como *almança*, que deriva do árabe *al-manakh*, “o calendário”” (“Almanaque”, s/d).

<sup>156</sup>Mais informação disponível em <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6592/almanaque/>

<sup>157</sup>“De tudo um pouco podemos encontrar nestes almanques: noções de astronomia, informações geográficas, advertências meteorológicas, breves biografias de artistas, de exploradores e de santos, receitas para resolver pequenos problemas domésticos, provérbios ajustados a cada mês do calendário, conjecturas astrológicas, etc.” (Reis, 2002:13).

estas as mais remotas referências de antepassados do almanaque. Também no Egito, já no tempo dos faraós existiam almanaques<sup>158</sup>, bem como na “China dos Mings”: estes resumiam-se a tabelas com “conselhos astronômicos”, em formato de calendário, que refletiam um estudo e um saber da época “acerca do Sol, da Lua, das estrelas, dos signos do Zodíaco, prognósticos do tempo ou da temperatura, etc.” (*Ibidem*). Durante a Idade Média o almanaque tinha a mera função de calendário, sendo manuscrito e podendo ser de dois tipos diferentes: ou de catedrais ou pertencendo a particulares, o que era raro.

No século XV<sup>159</sup> conhece-se o primeiro almanaque impresso<sup>160</sup>, sendo que o primeiro “com esse título de que temos notícia no nosso país é o *Almanach Perpetuum*, que Abraão Zacuto escreveu em hebraico e foi traduzido para latim pelo seu discípulo José Vizinho e editado em Leiria, em 1496, na tipografia da família hebraica das hortas”<sup>161</sup> (Tengarrinha, 1989:31). Já no século XVIII verifica-se uma verdadeira popularização dos almanaques, sendo que este tipo de publicação começa a ser usado “para efeitos de propaganda política”<sup>162</sup> (Mello, 1960: 112). Contudo, “é no século XIX, principalmente na sua segunda metade, que se vai dar uma explosão dos almanaques, em género e em número”<sup>163</sup>, proliferando e ganhando raízes, uma vez que “a evolução dos almanaques acompanha o alargamento do universo da alfabetização e a oferta de literatura para públicos específicos” (Ferreira, 2004). Por conseguinte, a existência de novos tipos de leitores leva à existência de novos tipos de almanaque, centrando-se estes “ora em actividades particulares de uma corporação ou de uma profissão, ora marcando práticas litúrgicas, ora dedicando-se à publicação de excertos literários ou de cantigas, ora baseando-se em curiosidades ou divertimentos, com jogos e anedotas” (*Ibidem*).

Segundo Carlos Reis, a utilidade de reunir e divulgar uma sabedoria de aplicação prática, quotidiana e doméstica, bem como a necessidade de organizar o tempo revelaram-se

---

<sup>158</sup> “O mais antigo «Almanaque» de que temos notícia deve ter mais de 3.000 anos, pois foi encontrado junto de uma múmia egípcia. Escrito em papiro, evidentemente, com os nomes dos dias a letras vermelha e diversos sinais, que eram prognósticos do seu tempo” (Mello, 1960: 112).

<sup>159</sup> “De acordo com o historiador Jacques Le Goff (1996), o primeiro almanaque surgiu na Europa por volta do ano de 1455. Logo após esta data, em 1464 surgiu o *Almanaque da Corporação dos Barbeiros*, e em 1471, o *Almanaque Anual*” (Trizotti, 2008:307).

<sup>160</sup> Crê-se que seja o de Jorge Pembach - 1456, Viena de Áustria.

<sup>161</sup> De notar, contudo, que já no século anterior, em 1321, existiu um primeiro almanaque traduzido do latim para a língua portuguesa, “Almanaque Perdurável para Achar os Lugares dos Planetas nos Signos” (“Almanaque”, s/d).

<sup>162</sup> Relembre-se os chamados “folhetos de cordel”, muito em voga no século XVIII.

<sup>163</sup> De realçar, porém, que, muito antes, já “nos séculos XVI e XVII, os almanaques passam a circular amplamente na Europa, tendo seu interior definido pelo calendário, pela astrologia, utilidades e entretenimento” (Trizotti, 2008:37).

determinantes para o aparecimento e progressiva valorização do almanaque no século XIX (Reis, 2002:11). Neste contexto, de forma a proporcionar um maior contacto com os seus leitores, os jornais começam a publicar os seus próprios almanaques<sup>164</sup>, oferecendo “resenhas de cultura considerada útil e necessária<sup>165</sup>. O sucesso destas publicações é incontestável e [...] explica-se em grande parte pela colaboração de eminentes escritores e ilustradores”<sup>166</sup> (Ferreira, 2004). Consequentemente, estima-se que tenham sido publicados “centenas (se não milhares)” de almanaques nos dois últimos séculos, incluindo em Portugal, “desde os popularíssimos «Seringador» e «Borda d’Água», até esse magnífico «Almanaque Bertrand»”<sup>167</sup> (Mello, 1960: 112).

Publicada entre outubro de 1959 e maio de 1961 em Portugal, num país e numa sociedade dominados por uma informação censurada ou, até, demasiado académica, incluindo no contexto de oposição ao regime, a revista *Almanaque*, o objeto central deste estudo, surge como uma lufada de rebeldia e de resistência que trazia novos ventos e mostrava novos rumos de outras latitudes.

### **3.2. A revista *Almanaque*: ficha técnica, redatores, grafismo e inovação editorial da revista**

“O *Almanaque* foi talvez uma rebeldia sem bandeira, sim, talvez isso, pouco mais. Mas sem estatuto de cultura, esclareça-se de uma vez por todas, já que a benemérita censura salazarenta não apreciava grandemente contratempos de inteligência” (Pires, 1995:16).

---

<sup>164</sup>Esta prática era muito frequente no Brasil: “Quem quisesse fazer parte do privilégio de ser assinante de determinado jornal, receberia em casa gratuitamente (pagando só a despesa de envio), o seu presente. Jornais e revistas de grande circulação como o *Estado de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Revista de Commercio e Industria*, editaram seus almanaques [...] [que] continham informações úteis sobre o estado de São Paulo, anúncios grandes e pequenos de produtos, textos sobre história do Brasil, aspectos geográficos e econômicos, temas antigos dos almanaques como calendário, dicas para o cotidiano etc” (Trizotti, 2008:310).

<sup>165</sup>“Se no século XIX despontam os primeiros alvares da democratização da cultura, é nele também que as ideologias explodem de forma irreversível; e também nesse domínio os almanaques desempenham um papel importante, pela capacidade que possuem de penetrar em zonas de insinuação ideológica que de outro modo seriam difíceis de devassar [...]” (Reis, 2002:12).

<sup>166</sup>Como era o caso do grupo de redatores e colaboradores da *Almanaque*, ainda que não estivesse afeta a uma outra publicação periódica.

<sup>167</sup>Descrito por Brandão de Mello como uma “verdadeira enciclopédia que foi a última obra do operoso e ilustre homem de letras o general Fernandes Costa” (Mello, 1960:113).

No final da década de 1950, num contexto de “agitação política e social de massas” (Rosas, 1994:531), surge em Portugal uma revista muito peculiar: a *Almanaque*. Propriedade do Grupo de Publicações Periódicas (G.P.P.), era “uma publicação que circulava sobretudo dentro dos ambientes literários, jornalísticos e estudantis (...)”<sup>168</sup> (Bebiano & Silva, 2004:14). A revista era dirigida a “um público de alguma forma mais elitista”<sup>169</sup> (Bebiano, 2003: 120), a uma minoria de intelectuais, e que, *grosso modo*, se encontrava em oposição ao Estado Novo, sendo que o preço de 15\$00 por cada número não seria uma despesa acessível a qualquer bolso. A *Almanaque* tinha como diretor J. A. de Figueiredo Magalhães, considerado um dos melhores editores portugueses do século XX e “o primeiro grande editor moderno português”<sup>170</sup> (“O último livro da Ulisseia s.f.f.”, 2008). A revista “publicada apenas entre Outubro de 1959 e Maio de 1961, num total de dezoito números [...], foi financiada pelo proprietário da Editora Ulisseia, que formalmente a dirigia”<sup>171</sup> (Bebiano, 2003: 120). Contudo, na prática, a equipa de redação era coordenada por José Cardoso Pires<sup>172</sup> que “reuniu um grupo excepcional de colaboradores que encontrou nas suas instalações, em pleno Chiado, uma espécie de clube, uma tertúlia” (Fragoso, 2012:122). Esta era composta por redatores com nomes tão sonantes como Luís de Sttau Monteiro, Alexandre O’Neill, Baptista-Bastos, Vasco Pulido Valente, José Cutileiro e Augusto Abelaira<sup>173</sup>. Confirma-se especial destaque à condição geracional deste grupo que produzia a revista, uma vez que,

“quase todos os que escreviam na *Almanaque* “tinham na altura menos, ou bem menos, de 35 anos, eram intelectuais de oposição e usavam a publicação como meio para romper as limitações impostas a um conhecimento do mundo em rápido processo de mudança que, pelas mais diversas razões, tinham a possibilidade de conhecer” (Bebiano, 2003: 120-121).

---

<sup>168</sup>Por exemplo: “Diversos testemunhos relembram que, em Coimbra, chegaram a juntar-se pequenas multidões de estudantes junto à estação do caminho-de-ferro ou a um quiosque da Praça da República, na tentativa de obterem um exemplar da revista antes que esta esgotasse” (Bebiano & Silva, 2004:14).

<sup>169</sup>Esclareça-se que o termo “elitista” refere-se ao facto de a revista se destinar a uma minoria, composta por estudantes, artistas ou profissionais liberais, mas não era “elitista” no sentido salazarista, uma vez que pretendia abrir-se a novos leitores e tinha uma forma democrática.

<sup>170</sup>Para mais informação, consultar: <https://www.publico.pt/2008/12/03/culturaipsilon/noticia/o-ultimo-livro-da-ulisseia-sff-217736>

<sup>171</sup>De referir que existe uma edição fac-símile desta publicação que data do ano de 2015, publicada em Vila do Conde pela Editora Verso da História. De referir, no entanto, que apenas conseguimos ter acesso físico ao primeiro número da *Almanaque* dessa mesma edição mais recente, nomeadamente ao seu primeiro número, de outubro de 1959. Porém, esta edição recuperou, por assim dizer, todos os 18 números da original *Almanaque*. A existência de um suplemento (Bebiano, 2003:120), além dos 18 números publicados, não foi, de todo, possível de confirmar, não existindo referência ao mesmo nos catálogos das bibliotecas onde estão depositados os diferentes números da *Almanaque*.

<sup>172</sup>José Cardoso Pires (1926-1998), “escritor [...], autor de uma obra literária certamente das mais conhecidas dentro e fora do país, teve junto da Imprensa um papel inovador, através de suplementos que criou e dirigiu, tendo sido o grande admirador e director da revista *Almanaque*” (Fundação Calouste Gulbenkian, 1995:12).

<sup>173</sup>Que se viriam a destacar, posteriormente, na Literatura e no Jornalismo.

A par do grupo de redatores, a revista contava, ainda, com colaboradores com grande destaque na vida cultural portuguesa à época: Leitão de Barros, Irene Lisboa, Almada Negreiros e Sophia de Mello Breyner.

“Não admira, pois, que com uma equipa de grandes intelectuais, Cardoso Pires refira na ata de lançamento da revista que o seu “programa se resumia a *ridicularizar os provincianismos cosmopolitizados ou não, sacudir os bonzos contentinhos e demonstrar que a austeridade é a capa do medo e a falta de imaginação*” (Pires, 1995:15).

Porque não era só a escrita e o padrão de linguagem usado que distinguiam a *Almanaque*, fazendo dela uma verdadeira bandeira da inovação e irreverência, destaque para o seu principal responsável gráfico, Sebastião Rodrigues<sup>174</sup>: partia de diferentes elementos gráficos, procurando encontrar uma solução através de “montagens sucessivas”, sendo que este conseguia, de forma notável, entrelaçar diferentes “meios expressivos, como a pintura, a fotografia e a colagem, assim como [...] diversas opções formais, como o abstracto e o figurativo”<sup>175</sup> (Tavares, 1995:29). Não admira, pois, que António Sena da Silva reitere que Sebastião Rodrigues se tenha destacado pelo seu “estilo mais amplo (e mais rigoroso); demarcando-se - como nenhum outro profissional da sua geração [...]” (Silva, 1995:23), aventurando-se no uso de “novas tecnologias de impressão e na manipulação criativa dos processos fotográficos, sem descurar o uso subtil de recursos esquecidos da tipografia tradicional” (*Ibidem*). Por conseguinte, não admira, pois, que a *Almanaque* se caracterize por “um estilo inconfundível”<sup>176</sup> (Tavares, 1995:29) no que toca à modernidade do seu grafismo<sup>177</sup>, sendo descrita enquanto “memorável aventura gráfica e editorial dos anos 59 a 61 [...]” (Costa, 1995:82).

Mais ainda, a passagem do *designer* pela *Almanaque* é-nos descrita como uma ““experiência” cultural, única na vida de Sebastião Rodrigues, [que] trouxe à sua responsabilidade profissional o convívio diário com a inovação e irreverências culturais, assumidas com inteligência e coragem” (*Ibidem*). De destacar, a este propósito, que “na expressão gráfica o racionalismo introduziu-se em Portugal e influenciou Sebastião Rodrigues [...] e outros profissionais que ficaram relacionados com a primeira geração do *design*

---

<sup>174</sup>De destacar que não foi o único, tendo sido, porém, o autor de 14 das 18 capas da *Almanaque*, na qual desempenhava a função de orientador gráfico.

<sup>175</sup> Como se denota nas várias capas e contracapas da revista.

<sup>176</sup>“A riqueza na diversidade da paginação, o uso de velaturas, o aproveitamento do lado positivo e negativo da imagem, a duplicação ou a fragmentação de elementos visuais, constituíram processos de enriquecimento de cada *Almanaque*, tornando-o sempre individualizado, mas fiel a um estilo” (Tavares, 1995:29-30).

<sup>177</sup>Que é, de resto, uma das suas características mais distintivas, inserindo-se a revista no chamado “novo modernismo” (Fragoso, 2012).

português” (Fragoso, 2012:120). Por conseguinte, “o racionalismo divulgou a sua gramática funcional [...] em revistas como a *Almanaque*” (*Ibidem*)<sup>178</sup>. Esta, com a sua “vertigem de modernidade e universalidade” (Bebiano & Silva, 2004:14), foi “nomeada por muitos como uma das publicações periódicas em que apareceram grandes inovações do ponto de vista gráfico e editorial (antes da era da digitalização) e onde ao redor dela se juntavam vários intelectuais com o mesmo fundo cultural” (Cândido *apud* Fragoso, 2012:289). No que toca a conteúdos, numa linguagem tantas vezes mordaz e acutilante, de destacar que os seus diferentes artigos e secções procuravam uma “aproximação a realidades e maneiras de estar no mundo muito diferentes daquelas que se podiam encontrar em Portugal” (Bebiano, 2003:121), contribuindo, assim, para uma extensão dos horizontes e da própria imaginação de todos quantos se aventurassem a beber do conhecimento generalista e além-fronteiras que a *Almanaque* oferecia.

### **3.2.1. Estrutura interna da revista: organização, secções e principais temáticas**

A *Almanaque* inovou e trouxe novidades, surgindo, na sua época, como um caso único da imprensa portuguesa. Em primeiro lugar, continha uma peculiar irregularidade na sua forma de organização editorial: a par das secções<sup>179</sup> fixas e que, *grosso modo*, vão permanecendo número após número, na grande maioria destes deparamo-nos com rubricas e reportagens que surgem uma única vez, sendo que, por norma, o seu conteúdo versa temas polémicos e arrojados da cultura ou da própria atualidade à época, versando, ainda, singularidades do comportamento humano e de tudo o que sobre este se possa dizer a respeito, isto é, o que era passível de ser esmiuçado e criticado. De destacar, porém, que mesmo as secções que se vão mantendo ao longo dos vários números da *Almanaque* não se encontram presentes em todos eles, sendo substituídas por outras temáticas num ou noutro número, sendo recuperadas no mês seguinte, por regra. Assim sendo, cada número da revista pauta-se por uma diversidade de temáticas, sem um fio condutor e relação aparente, que agradariam a vários tipos de público e dariam resposta a diferentes gostos e interesses.

---

<sup>178</sup> Não esqueçamos, pois, que “a mudança da tipografia para o *offset* (...) correspondeu a uma melhoria e a um grande *boom* das publicações periódicas. Começa a democratizar-se a informação” (Fragoso, 2012:288). O *offset* permitiu, por exemplo, a introdução da cor, sendo a *Almanaque* exemplo disso.

<sup>179</sup> Ou editorias.

Ao folhear a *Almanaque*, logo no Índice, o leitor percebia que se poderia informar sobre as “Efemérides” que, outrora, teriam marcado o mês a que a publicação dizia respeito<sup>180</sup>; poderia, também, ficar a conhecer a vida e “obra” de Santos e Discípulos – sendo que a Religião Cristã é, *grosso modo*, presença assídua na revista na secção intitulada “*Flos Sanctorum*”; ao mesmo tempo, o leitor ficava a par das “Actualidades” no que tocava a factos e eventos de naturezas muito diversas e que não passavam à História, sendo que num só número da *Almanaque*, tinha acesso, ainda, a previsões da “Astrologia, Quirologia e Caracteriologia”, a saberes como a caça e a pesca, a conhecer o mundo da floricultura, a conhecer os feitos da ciência, a conhecer um país e o estilo de vida deste, ou, então, “Boémias de Outros Tempos”<sup>181</sup>; o leitor podia, ainda, ler diversos contos sobre os mais variados assuntos, especialmente através do romance em folhetins<sup>182</sup>; a *Almanaque* dava, também, a oportunidade de se conhecer ou saber mais sobre um animal, um livro, um filme e uma Mulher por mês, secções estas que se vão mantendo ao longo dos vários números da *Almanaque*<sup>183</sup>.

No que toca à secção intitulada “Actualidades”, um destaque especial para o facto de o conceito de atualidade presente nos diferentes números da revista não seguir o registo noticioso que esta designação, por norma, assim o exige: além da subjetividade que marca os conteúdos da secção – quase sempre acompanhados de fotografias -, trata-se, regra geral, de referências dispersas, nada exaustivas ou desenvolvidas. Mais ainda, abordam-se, com ironia e sentido de humor, temas vários, eventos públicos, culturais ou, simplesmente, o facto de quatro cachorrinhos terem rasgado jornais em “sinal de descontentamento” (A., 10/59, p.35), sendo que as novidades da moda feminina são uma das temáticas mais constantes nas diferentes edições – incluindo o recurso a fotografias de mulheres em poses provocatórias e muito desinibidas, recurso este pouco (ou nada) comum, à época.

Por último, de destacar que cada número da revista era dedicado a temas que iam marcando a atualidade daquele mês ou meses, ou, então, era consagrado a assuntos que

---

<sup>180</sup> Como a “Morte de Chopin” (A., 10/59, p.12) ou a descoberta da América por Cristóvão Colombo (*Idem*, p.13).

<sup>181</sup> Por Lourenço Rodrigues; Esta secção debruçava-se sobre assuntos, efemeridades e tradições “perdidos” no tempo ou, então, que outrora decorriam de forma diferente, com outras características das atuais (à época), incluindo eventos ligados à cultura e às artes – consultar o quarto capítulo desta dissertação.

<sup>182</sup> Destaca-se o “Romance: «Os irmãos Whiteoak» por Mazo de La Roche” – publicado nos sucessivos números da *Almanaque* de outubro de 1959 a janeiro de 1960, sendo que o leitor teria de comprar os mesmos para poder ler o conto do início ao fim.

<sup>183</sup> Ainda assim, destaque-se que mesmo estas secções mais regulares não são publicadas em todos os números da *Almanaque*.



marcavam a atualidade da época, bem como outros que se podem considerar sempre atuais e pertinentes, dados a conhecer através de um tipo de linguagem e escrita jornalística muito peculiares. De referir, ainda, que alguns números da *Almanaque* se caracterizam como edições temáticas<sup>184</sup>, sendo o seu grafismo e o conteúdo, *grosso modo*, dedicado a um só grande tema. Dentro deste leque, por ordem cronológica, destacam-se os números que assim se caracterizam: A revista do mês de dezembro de 1959, marcada por temas dedicados ao Natal, a tradições a este relacionadas e ao nascimento de Jesus Cristo, contendo, ainda, ilustrações, poemas e cânticos alusivos à quadra festiva; Já o número de dezembro de 1960 e janeiro de 1961<sup>185</sup> é dedicado aos “prazeres do Homem”<sup>186</sup>; O número seguinte, de fevereiro de 1961, é também temático, dedicado ao “Lugar-comum No Reino de Pacheco”<sup>187</sup>, sendo que este “lugar-comum” assume diversos significados e conotações várias ao longo de toda a revista<sup>188</sup>. Destaque para a caracterização do cultivo do lugar-comum na literatura, numa autêntica crítica acutilante aos efeitos que esta provoca: “[...] Ora, em literatura que se preze, o lugar-comum é inimigo público declarado. Sabe a queijo da serra fabricado com batata. Ou a uísque saloio (três partes de água mais um pouco de aguardente velha). Engana e provoca más digestões” (A., 02/61, p.50).

Já o número de março e abril de 1961 dedica-se a “sobrevoar” “o Reino de Pacheco pelo Direito”, *slogan* este que abre a revista. Com ilustrações de João Rodrigues, este número começa por incluir uma separata<sup>189</sup> – “Breve Guia Para os Turistas Do Interior” – e um primeiro texto explicativo da temática da revista. Esta debruça-se sobre a invenção do

---

<sup>184</sup> Designação atribuída nesta dissertação, após a devida análise.

<sup>185</sup> O primeiro número que numa só edição conjuga dois meses.

<sup>186</sup> Que, segundo Eça de Queiroz, se resumem a “criar um filho, plantar uma árvore, escrever um livro” (A., 12/60 – 01/61, p.13), aos quais os redatores da *Almanaque* acrescentam: “Viver intensamente”; “Vencer o medo”; “Dizer a verdade”; “E recreá-la”; “Duvidar sempre”; “Porfiar”; “Ser modesto” e, por último, “Não ser mesquinho” (*Idem*, p.15).

<sup>187</sup> “Consagramos este ALMANAQUE à comemoração do X CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO LUGAR-COMUM, nosso senhor e pai amantíssimo” (A., 02/61, p. 11).

<sup>188</sup> “Na vida diária há mil lugares comuns que se intrometem com os cidadãos e aos quais alguns resistem corajosamente. Exemplos: contribuir para certos peditórios públicos e pôr o «recibo» (em forma de emblema de cartolina) dependurado do lado de dentro da lapela. Chama-se a isto dar com a mão direita, sem que a esquerda veja – o que é ainda um lugar-comum dos bons sentimentos, segundo o código oficial” (A., 02/61, p.50).

<sup>189</sup> Além desta, no seu total, a revista conta com mais duas separatas: por ordem cronológica, uma primeira no número que compila o mês de dezembro de 1960 e janeiro de 1961, sendo um jogo da glória, um pequeno desdobrável intitulado “*Novíssimo jogo da glória do cidadão requintado*”, jogo este que “obedece às regras do velho e consabido «Jogo da Glória»”; a terceira separata da revista, segunda desta nota, encontra-se no número de maio de 1961, sendo também um desdobrável que tem como título “A bolsa ou a noite. Guia para uma noite mal passada”. De referir que todas as separatas são referidas no índice do número a que dizem respeito como se tratando efetivamente de separatas, não sendo paginadas e podendo ser facilmente retiradas da revista.

“Monumento” e sobre a “ânsia” de todos os Humanos em “Monumentar”<sup>190</sup>; Destaque, ainda, para uma outra particularidade do último número da revista (A., 05/61): a publicação de uma carta de um leitor a reivindicar o artigo “«Tomar –capital: Amadora»” do número anterior (A., 03-04/61), carta esta publicada na íntegra<sup>191</sup>, sendo dirigida à Direção da *Almanaque*, que demonstra estar aberta a críticas; Este último número publicado é, também, o último do leque de edições temáticas: com um *design* e ilustrações coloridas de negro, a revista dedica-se “à noite”<sup>192</sup>, como que anunciando o fim de um percurso: tal como ao final de um dia cá a noite, também a redação da *Almanaque* anunciava o cair do pano<sup>193</sup>.

### 3.2.2. As notas de abertura

Tal como a organização da Revista *Almanaque* é irregular, também as suas notas de abertura o são: verifica-se que não existe, sem dúvida propositadamente, uma relação direta entre os temas que nesta são referidos, os temas que constam no índice de cada número e, por conseguinte, o conteúdo do próprio corpo da revista<sup>194</sup>. Consequentemente, estas notas de abertura não funcionam como um clássico editorial<sup>195</sup>, género jornalístico que, por norma, consta de uma das primeiras páginas das publicações periódicas atuais<sup>196</sup>. Porém, estas podem ser descritas como se de verdadeiras crónicas se tratassem: se, por um lado, se debruçam sobre temas, factos e/ou tradições<sup>197</sup> associadas ao mês ou meses de publicação do número em causa, por outro, as notas de abertura revelam-se autênticas lições, recorrendo-se, *inclusive*, a provérbios vulgarmente conhecidos, de forma a alertar as mentes para os valores (ou a sua decadência<sup>198</sup>) e atitudes (ou a falta destas) que devem nortear a conduta do Ser Humano<sup>199</sup>.

---

<sup>190</sup> Sendo o Monumento, por sua vez, uma criação de Deus: “(...) MONUMENTO – objeto destinado a perpetuar o esforço do abstrato” (A., 03-04/61, separata).

<sup>191</sup> “Recebemos, de um nosso eventual leitor, «admirador do grande Matateu», a seguinte carta, que publicamos na íntegra, sem omissões ou rasuras, a fim de lhe não roubar a importação do significado” (A., 05/61, p.7).

<sup>192</sup> “Título” presente ao lado de cada número de página desta edição.

<sup>193</sup> Mais diremos sobre esta “morte anunciada” na presente dissertação, explorando, em detalhe, o último número da revista no ponto 3.2.5 deste terceiro capítulo.

<sup>194</sup> Como se faz destacar na nota de abertura do número de agosto de 1960.

<sup>195</sup> “O editorial é um texto da responsabilidade da direcção do jornal, que deverá acompanhar cada número da publicação, e que se debruça sobre os acontecimentos mais marcantes da actualidade ou dessa edição do periódico, comentando, analisando, exortando - em suma, fazendo opinião; não uma opinião qualquer, mas a *opinião do jornal*” (Gradim, 2000).

<sup>196</sup> Como são exemplo as revistas, culturais ou não.

<sup>197</sup> Como, por exemplo, no número de dezembro de 1959, a propósito da quadra natalícia, ou no número de março de 1960, a propósito do “entrudo”.

<sup>198</sup> Como alertam as notas de abertura dos números de junho de 1960 e de novembro de 1960.

De realçar que estes textos inaugurais também se debruçam sobre a atualidade, eventos culturais, falecimentos de figuras célebres das mais variadas áreas<sup>200</sup>, marcos históricos importantes<sup>201</sup>, entre outras diferentes temáticas. De notar, ainda, que apenas uma das notas de abertura contém assinatura, verificando-se esta exceção no número de março de 1960: o seu texto inaugural é dedicado ao “entrudo” e aos costumes e tradições que marcam os festejos do Carnaval, além de abordar o tédio e a melancolia que caracterizavam a cidade de Lisboa à época. Quem assina é Ramalho Ortigão<sup>202</sup>.

Ainda no grupo das exceções destacamos, também, a nota de abertura do número seguinte, de abril de 1960, como sendo a única em que se faz referência ao “Estado” e a “Instituições particulares”, num contexto de comparação entre o cidadão português e outros de diferentes nacionalidades. Encarando os costumes de cada país como “verdadeiras instituições” (A., 04/60, p.1), destacam-se várias particularidades de diferentes países europeus, sendo que dos portugueses destaca-se a falta de pontualidade como parte integrante da sua forma de ser, de tal maneira que dá sentido à sua vida e o torna um ser social<sup>203</sup>. Porém, a tentativa de “incutir um pouco de pontualidade aos portugueses, através dessas detestáveis máquinas estrangeiras a que chamam relógios de ponto” (*Ibidem*) é, de resto, uma atitude do Estado e de Instituições particulares aplaudida nesta nota inaugural – sendo apenas neste contexto que surge a referência às mesmas, não havendo, portanto, qualquer tipo de crítica (direta ou não) à conjuntura política que marcava o país à época ou, sequer, aos seus atores políticos. De notar que, à data, Portugal ainda se encontrava a quase uma década da chamada abertura marcelista e a quase década e meia da queda do regime, sendo que as publicações de então eram sujeitas à censura prévia. Neste contexto de repressão e da política editorial da própria revista em análise, de notar que a ironia e a própria crítica funcionavam, e

---

<sup>199</sup>Uma vez que, se nos apercebermos da “desgraça de decadência de valores que assola o Mundo contemporâneo, a crise da habitação, das artes e das letras...abanamos a cabeça e confidenciamos aos amigos - «Em que mundo a gente vive...»” (A., 06/60, p.1).

<sup>200</sup>Da Literatura à Filosofia; Da Música ao Cinema, etc.

<sup>201</sup>Como exemplo destacamos a nota de abertura do número de maio de 1960, que recorda as mudanças que “a revolução industrial inglesa [e] a revolução política francesa” (A., 05/60, p.1) incutiram no mundo, a par de uma descrição crítica e irónica de diversos tipos de acontecimentos (científicos, culturais, mediáticos, etc.) ocorridos na Europa (e fora desta) nos últimos tempos.

<sup>202</sup>Esta referência poderá tratar-se de uma apropriação pelos redatores da *Almanaque* do escritor Ramalho Ortigão (1836-1915) enquanto figura tutelar que lhes confere autoridade. Por outro lado, será, eventualmente, uma alusão à colaboração do mesmo nas publicações mensais intituladas “As Farpas” (1871), também assinadas por Eça de Queirós, uma vez que nestas se procedia a uma caricatura da sociedade portuguesa da época.

<sup>203</sup>“A Inglaterra tem, entre outros, o chapéu de coco, a Espanha, as touradas, a França, as francesas, a Suíça, o relógio de cuco e a pontualidade daí decorrente. Nós, que somos parecidos com os suíços, mas menos instruídos, temos o atraso” (A., 04/60, p.1).

bem, como uma camuflagem e um eufemismo que possibilitavam abordar os males do século com engenho e arte, evitando a mordança ou o lápis azul.

### 3.2.3. A crónica inaugural: um prenúncio de irreverência

Numa análise da crónica inaugural que abre o primeiro número da revista *Almanaque*, pelo tom de crítica e ironia, anunciando a atitude de sem-cerimónia e a procura de um sentido de inovação adaptado à época, bem como pelo tipo de temas que nela serão publicados, percebemos que, ao contrário do habitual “livrinho de calendário bem medido e matérias várias de instrução e recreio, tábuas, coisas de todo o gosto, etc., etc.” (A., 10/59, p.1), este almanaque trará algo de novo e desafiará a tradicional definição do mesmo<sup>204</sup>. Ainda que as secções gerais deste tipo de publicação também existam na publicação em análise, esta vai muito além do esperado, sendo “este ALMANAQUE [...] um herdeiro irreverente dessa gloriosa família de anciãos” (*Ibidem*). Porém, ainda que anunciando um fim próximo, o *Almanaque* virá, mensalmente, revolucionar e contrariar o que (tradicionalmente) se espera dele<sup>205</sup>. Além desta primeira nota, no centro da décima página do mesmo número surge um pequeno texto com o grande título de “abertura”: este resume a atualidade científica e os avanços da Rússia em comparação com o contexto em que surge a publicação - “E enquanto ele<sup>206</sup> manda para a Lua um foguetão, nós aqui, o G.P.P., mandamos humildemente para a rua um Almanaque” (*Idem*, p.10).

Enquanto discorrem sobre os feitos da ciência e sobre os avanços que daí decorrem no mundo ocidental e, em especial, na Europa, o G.P.P. vai construindo o seu *Almanaque* enquanto anuncia um futuro incerto, tendo em mente que “o mundo caminha para conquistas técnicas que nem podemos suspeitar. Mas em todos os tempos ao lado dos homens que construíam o futuro foram necessários homens que distraíam o presente [...]” (*Ibidem*). Entre estes, entre grandes nomes das mais diversas áreas, figuravam agora estes “humildes e anónimos autores de Almanques” (*Ibidem*). Ou seja, resumidamente, numa época que descrevem como sendo de mudança a nível científico (e não só), estes propõem distrair e divertir o presente, ao tratar por tu variadíssimos temas e áreas - do teatro à literatura, da

---

<sup>204</sup>Ver ponto 3.1 do presente capítulo.

<sup>205</sup>“E num mês reunirá tudo o que de importante se passou nesses dias do calendário, quer na actualidade, quer no passado, desde que o mundo é mundo e se dispôs a contar as suas aventuras no campo da ciência, das artes, da literatura e das mil e uma maneiras de se divertir” (A., 10/59, p.1).

<sup>206</sup>Referência ao Sr. Kruschtfchef.

ciência ao desporto, da astrologia ao ilusionismo, movimentos culturais, entre muitos outros -, num leque tão distinto quanto rico.

### 3.2.4. Das crónicas de abertura em destaque a outras particularidades

A par dos objetivos da revista já descritos, destaque-se a edição de março e abril de 1961<sup>207</sup>: nesta confere-se ênfase ao público-alvo da *Almanaque*, isto é, ao facto de esta ser dirigida a um certo tipo de leitor, “obrigatoriamente inteligente (ALMANAQUE é o órgão oficial das pessoas inteligentes)” (A., 03-04/61, p.3). Do tom irónico que marca a anterior (auto) descrição da revista, pode concluir-se, portanto, que a linguagem e os próprios recursos estilísticos usados nos diferentes números da publicação tenham um dado objetivo e que este apenas será devidamente descodificado por um certo tipo de público-alvo. Não esqueçamos, pois, que esta era uma publicação que circulava, essencialmente, no meio intelectual e universitário, o que implicava o recurso a uma linguagem específica: cuidada, mas voltada para um público-leitor jovem, culto e conhecedor de novidades.

Do total de notas de abertura, destacamos a da edição de novembro de 1959, na qual, mais uma vez, se critica a falta de pontualidade dos portugueses, ao contrário da que pauta a publicação: dirigindo-se diretamente a quem lê a *Almanaque*, os redatores desta apresentam-se “com uma pontualidade rara entre os portugueses – amantes da pausa e do ripanso”, procurando, tal como no primeiro número, procurar os olhos e o espírito do leitor<sup>208</sup>, na tentativa de “satisfazer alguns pontos da [sua] curiosidade”, procurando dar-lhe “um pouco de repouso e um pouco de disposição”, naquela que era uma “época tão atribulada pelas exigências da técnica e progressos sociais” (A., 11/59, p.1). A necessidade de repouso justifica-se, segundo esta crónica inaugural, pela falta de sossego causada pelos meios de comunicação existentes: “o telégrafo, o telefone, os jornais, a Rádio e a Televisão” (*Ibidem*).

Por conseguinte, havendo muitas questões do foro social e político a marcar a atualidade de então e/ou as mentes da grande maioria das pessoas, os redatores da *Almanaque* referem que “logo de manhã começam [...] a preocupar-[se] com coisas que rigorosamente não [lhe] dizem respeito: Que o Sultão de Alahabar tem trezentas mulheres, que em Munich uma velha bebeu por aposta cem litros de cerveja e morreu” (*Ibidem*). Ora, posto isto, ainda

---

<sup>207</sup> Conjugados num só número.

<sup>208</sup> O qual merece a sua estima por se “aventurar” a ler a publicação.

que definam a *Almanaque* como sendo “o órgão oficial das pessoas inteligentes” (A., 03-04/61, p.3) e que “exijam” inteligência aos seus leitores, não se pense que esta é uma revista constituída, apenas, por conteúdos sérios<sup>209</sup>, tratando-se tão somente das grandes questões sociais e culturais que, na época, abalaram o mundo ou, ainda, questões existenciais que caracterizam o Ser Humano de então. E porquê? “Irremediavelmente filhos da nossa época não temos sequer tempo para gozar os prazeres e as dores da nossa própria existência como quem cura sabiamente uma bebedeira bem bebida” (*Ibidem*), justificam os redatores. Por conseguinte, existem “as grandes alegrias e as grandes tristezas” (*Ibidem*) que marcam tanto o seu dia-a-dia como a atualidade à época, das quais este grupo não se esquece<sup>210</sup>. Assim sendo, logo no segundo número da revista, dão a conhecer as suas várias preocupações, sendo elas de naturezas distintas, podendo o leitor desfrutar, por conseguinte, de conteúdos muito diversificados em cada número, à semelhança do emaranhado de acontecimentos que vão circulando no espaço público da época. Neste contexto, também se destaca, subtilmente, a dificuldade de publicar uma revista desta índole:

“Contra nós falamos, que pertencemos também à negregada classe dos «órgãos de informação»<sup>211</sup>. Mas se leitor o nosso *Almanaque* te maçar, te aborrecer, te inquieta até – não nos maldigas e lembra-te que se para ti é por vezes penoso lê-lo – para nós homens carne e espírito como tu, foi muito mais penoso tê-lo escrito” (*Ibidem*).

Destaque-se, ainda, a particularidade do número de outubro de 1960 que, ao contrário do que acontecia até então, não contém uma nota de abertura na sua página primeira ou segunda mas, sim, um “Edital” assinado por “A Administração”: este anuncia uma remodelação da revista “por razões de bom gosto e elementar sentido crítico” (A., 10/60, p.1), referindo-se que o número que será publicado em dezembro já será, então, diferente do que fora publicado até ao momento. Anuncia-se, assim, um número que “será inteligente, sofisticado, espirituoso, subtil – e entretanto profundo” (*Ibidem*). Porém, até lá faltam dois números de revista<sup>212</sup>, que terão um maior número de páginas e irão esgotar “a estupidez que

---

<sup>209</sup> A linguagem usada, regra geral, desconstrói o(s) tema(s) abordados, tornando-os o menos sérios e distantes possível, recorrendo, *inclusive*, à crítica e à sátira – marcas distintivas da *Almanaque*.

<sup>210</sup> “E há a renda da casa, os anúncios dos cinemas, a poluição do ar, o pacto do Atlântico e o pacto de Varsóvia – o progresso e a civilização enfim, encarniçados sobre nós, roendo-nos a pele e os ossos, gastando-nos a paciência e as artérias que a medicina nos quer coitada fazer conservar para sermos mais tempo pasto de tantas atribulações” (A., 07/60, p.1).

<sup>211</sup> Destacamos, a este propósito, a censura que estes sofriam, à época, além da referência já citada que dá conta da falta de sossego causada pelos meios de comunicação, que veiculavam acontecimentos vários que vinham perturbar o dia-a-dia. Além destas razões, podemos, ainda, especular sobre uma eventual falta de recursos a nível da produção da revista.

<sup>212</sup> O presente (outubro de 1960) e o número de novembro de 1960.

ainda conservam em armazém” (*Ibidem*). Esta é destinada aos “cerca de oito milhões novecentos e setenta e cinco mil habitantes sadios de espírito”, número ao qual se descontaram as crianças e os adolescentes, de modo a que o público-alvo da *Almanaque* seja “uma consolidada maioria de adultos inteiramente aptos – no que diz respeito ao espírito, pelo menos” (A., 07/60, p.1). É, portanto, a estes que a revista se destina, “[...] a esses firmes portugueses de antanho que o mal do século<sup>213</sup> ainda não rompeu” (*Ibidem*). A estes, reitera-se na nota de abertura citada, as características e entraves que condicionam psicologicamente o povo da época – como a instabilidade, a insegurança e a tensão -, “não os abalaram ainda” (*Ibidem*). Porém, embora assumindo que é a este nicho populacional que a *Almanaque* se destina, os seus redatores fazem *mea culpa* por algumas falhas, tanto “por algumas insuficiências de contexto”<sup>214</sup>, como pelo contributo “para baralhar as ideias e fomentar os desequilíbrios” (*Ibidem*).

No seguimento, também a nota de abertura de agosto de 1960 alerta para uma descontinuidade no tratamento de temas e no próprio tipo de artigos publicados de número para número. Contudo, como justificação “deste aparente desleixo, desta aparente incapacidade de respeitar compromissos tacitamente estabelecidos – desta falta afinal de determinação e persistência, deste cansaço de inteligência cuja necessidade tanto se apregooou” (A., 08/60, p.1), refere-se o facto de os portugueses estarem em pleno verão, sendo os meses de agosto e setembro bastante calmos, uma vez que durante os mesmos, “pensar – por gosto, por necessidade intelectual- não apetece geralmente ao português” (*Ibidem*). Assim sendo, só se darão “mais motivos para pensar” em outubro - mês de temperaturas mais agradáveis, mais propícias ao exercício do pensamento, e “mês de grande actividade: abrem as aulas e a caça, começa a «season» nas artes, nas letras e na vida social” (*Ibidem*).

A nota de abertura de setembro de 1960 destaca a atualidade dos temas abordados em cada número da *Almanaque*: discordando com as críticas que lhe eram dirigidas e com uma certa “ilusão” e “falsa impressão” que pairava sobre “aqueles que eventualmente discordavam da sua substância” (A., 09/60, p.1), defendendo-se com as “exigências tipográficas” (*Ibidem*), nesta nota de abertura destaca-se que, num contexto em que o tempo e os acontecimentos

---

<sup>213</sup>Que é, segundo o número de março de 1960, a depressão nervosa: “As depressões nervosas estão na ordem do dia. Príncipes, actores, gente de sociedade, dactilógrafas, donas de casa, todas as classes pagam o seu tributo a essa enfermidade” (A., 03/60, p.92).

<sup>214</sup>De referir que ao longo dos diferentes números da revista inúmeras são as referências intertextuais que vão surgindo ao longo dos conteúdos, sem a devida contextualização e sem relação aparente com o próprio tema abordado, pressupondo-se que o/a leitor/a sabe do que se está a falar.

eram fugazes e tudo era um verdadeiro emaranhado de temas<sup>215</sup>, é possível que “os artigos de ALMANAQUE se mantenham atuais, não andando os seus redactores adiante do seu tempo”, dado que “os velhos problemas humanos continuam os mesmos e são esses que fundamentalmente prendem a [sua] atenção” (*Ibidem*).

De realçar que a partir do número de dezembro de 1960 e janeiro de 1961, compilado numa só revista, após a nota de abertura, em vez de apenas encontrarmos a habitual previsão das marés, dos signos e as efemérides desses meses, a *Almanaque* dedica duas páginas a curtas biografias sobre autores – sendo estes escritores e jornalistas, sobretudo -, na sua maioria colaboradores ou ex-colaboradores, redatores, paginadores, ilustradores ou mesmo membros da “administração”/direção da revista<sup>216</sup>. Caracterizam-se por conter marcas de subjetividade, em tom de crítica – aliás, como é frequente ao longo dos distintos tipos de conteúdos presentes nos vários números da publicação -, conjugando dados factuais da vida e obra dos autores com referências a gostos e interesses particulares dos mesmos ou, até, “peripécias” sobre estes. Destaque para a revelação de quem é o autor da secção intitulada “No Reino de Pacheco” que, até então, surgia nos números da *Almanaque* sem qualquer assinatura ou referência ao seu autor<sup>217</sup>: Leitão de Barros<sup>218</sup>, que dispensava o Dr. antes do seu nome, era, então, o autor de uma das secções mais constantes e mais críticas da revista *Almanaque*<sup>219</sup>.

De referir, ainda, que, após esta revelação que dava conta da identidade do autor das mais “acesas” crónicas da revista, apenas voltamos a encontrar o “Reino de Pacheco” no número de fevereiro de 1961<sup>220</sup>, cuja capa ilustra o próprio, através de uma caricatura da

---

<sup>215</sup> Ainda que não tanto como na presente atualidade, com a fugacidade e facilidades que advêm das novas tecnologias e das potencialidades da *web*.

<sup>216</sup> De referir, a título de curiosidade, que em nenhum número da *Almanaque* encontrámos referência a uma autora de algum conteúdo da mesma, uma possível colaboradora, redatora, paginadora, membro da administração. Assim sendo, apenas fizemos referência a estes “cargos” no masculino, sem recorrer à linguagem inclusiva.

<sup>217</sup> “Aqui anunciamos, senhoras e senhores, o cronista de há muito reputado das vicissitudes do reino de Pacheco: Leitão de Barros. Pioneiro indomável nos múltiplos sectores da vida portuguesa (...)” (*A.*, 12/60-01/61, p.2).

<sup>218</sup> José Leitão de Barros (1896-1967), foi um dramaturgo, cenógrafo, jornalista e “cineasta português, que se distingue dos da sua geração pelo sentido estético das suas obras e por antecipar, sem bases teóricas, todo um movimento cinematográfico que se dedicou à prática da antropologia visual” (*in* <http://mag.sapo.pt/pessoas/jose-leitao-de-barros>).

<sup>219</sup> “No reino de Pacheco” havia espaço para, por exemplo, esmiuçar polémicas literárias, definições sobre “o português médio culto” (*A.*, 01/60, p.148) - como se de uma receita culinária se tratasse, sempre num registo irónico e provocatório -, e para atribuir a personagens de célebres obras literárias características modernas, ridicularizando-as em Atos, como se se estivesse a escrever uma peça de teatro.

<sup>220</sup> Número este que, como já mencionado, é dedicado ao “Lugar-comum no Reino de Pacheco”.



autoria de Sebastião Rodrigues, caricatura esta um tanto abstrata daquela que era uma figura tão peculiar da publicação. Nota ainda para uma extensa crónica intitulada “Cábula para o Pacheco próprio em lugares de circunstância ou breve dicionário das ideias comuns” (A., 02/61, p.45): nesta deparamo-nos com uma exposição e explicitação sobre dizeres, dialetos da língua portuguesa, com a enumeração de “algumas frases que todos utilizamos” (*Idem*, p.46) e do seu suposto significado, que deve ser descodificado nas entrelinhas; espaço, ainda, para uma enumeração de frases usadas por pessoas “com «cheirinho a intelectual»” (*Idem*, p.47) e “o que as mesmas frases querem dizer” (*Ibidem*), sempre num tom irónico e depreciativo, mas com algum cuidado e (tentativa de) respeito face aos ditos intelectuais<sup>221</sup>.

Já no número seguinte, referente a março e abril de 1961, após a separata anteriormente descrita, a habitual nota de abertura debruça-se sobre o tipo de clima que se pode esperar durante este período de tempo, as características que marcam as personalidades das pessoas que nasceram nesses dois meses, dando-se conselhos, um tanto paradoxais, no sentido dos leitores cumprirem “as regras da natureza: sede tímidos e corajosos, económicos e perdulários, bons e maus maridos, estúpidos e inteligentes. Segui, em resumo, o grande Rabelais: fay que vaudray”<sup>222</sup> (A., 03-04/61, p.1). Este é, portanto, um número temático, como referido anteriormente, que se dedica aos “Monumentos”, tanto no sentido literal como no sentido figurativo<sup>223</sup>, como nos vem habituando a *Almanaque*, com a sua “qualidade heterogénea” (A., 03-04/61, p.11).

### 3.2.5. A crónica final: o cair da noite no décimo oitavo número

Tal como no seu primeiro número, a revista de maio de 1961 pauta-se por um *design* e um grafismo baseados em tons de negro, sendo dedicada “à noite”<sup>224</sup>, como que anunciando o fim de um percurso. Enquanto na capa do primeiro número Sebastião Rodrigues ilustrou uma lua com dois grandes olhos, sob um fundo negro, na última revista, João Abel ilustra “a noite

---

<sup>221</sup>“Poderíamos citar mais frases mas não o fazemos por amor à vida. Já estamos, daqui, a ouvir os comentários a nosso respeito dos intelectuais aparentes. Que lhes faça bom proveito. De qualquer forma o autor destas linhas não deseja entrar a sério neste capítulo porque tem vários amigos no meio. Passa, portanto, a examinar o dialecto dos jornalistas” (A., 02/61, p.47).

<sup>222</sup>Entende-se como sendo uma adaptação de “fais que vaudra”, do francês: “fazendo isso vai valer a pena” (tradução livre).

<sup>223</sup>“Aqui se fala dos monumentos, com a grata alegria de quem descobre as consoantes depois de ter decorado as vogais” (A., 03-04/61, p.11).

<sup>224</sup> Expressão presente ao lado de cada número de página desta edição.

vestida de vento”<sup>225</sup> (A., 05/61, p.1): esta parece tratar-se de um sol a esvoaçar, com a face e os olhos fixados no leitor, tal como a lua em outubro de 1959. Se na primeira capa se anuncia um despertar, algo novo, na última anuncia-se o adormecer, o fim, que o vento leva. Destaque para a fotografia de um relógio logo a seguir à capa e, na página seguinte, sob um fundo totalmente negro, a letras brancas, cita-se José Gomes Ferreira: “a noite adormeceu/e a morte cansada vestiu-se de vento” (*Ibidem*). Anuncia-se, de forma indireta, o fim da *Almanaque*. A nota de abertura não o faz, sendo dedicada aos Deus Apolo<sup>226</sup>, às origens do mês de maio e ao signo touro, “o signo que, desde a mais remota antiguidade, estende a sua sombra possante sobre Maio, sempre foi considerado um símbolo de força e de bravura” (*Idem*, p.3), cujo fantasma se limita “a lançar sobre os mortais a sua influência: a fazer deles seres obstinados, tenazes, taciturnos, violentos, conservadores” (*Ibidem*). Desta feita, estaria o mês de maio a escurecer os redatores e colaboradores da *Almanaque*? Porquê a noite? Logo a seguir ao índice, novamente a letras brancas e num fundo negro, encontramos uma justificação, num tom irónico e por meio de habilidosas metáforas, de modo a explicar a opção pela temática:

“Depois de ter dedicado as suas atenções a algumas das pedras angulares da nossa mansa e tranquila vida, não é de espantar que o ALMANAQUE asseste as suas teleobjectivas, sem «flash» para não espantar os pardais de telhado, mas habilmente providas de raios infravermelhos, sobre a noite pachecal” (A., maio de 1961, p.11).

Ora, segundo Pacheco, isto é, o poeta Leitão de Barros, “a noite é um outro mundo” (*Ibidem*) e esta noite, enquanto metáfora, remete para temas culturais e literários, para quem usa essa parte do seu quotidiano, repleta de “insónias”, para cultivar o intelecto. Esta noite, este cair do pano, permite, ainda, que os redatores da *Almanaque* reflitam e cheguem a uma crítica conclusão de encerramento:

“[...] antes de nós era o Nada e de que depois de nós será o Difícil. Nada, porque fomos nós que descobrimos a noite. Difícil, porque duvidamos de que alguém, após ALMANAQUE<sup>227</sup>, dentro dos mil anos mais próximos, ainda tenha paciência de utilizar a noite para estar acordado. De resto, este número de ALMANAQUE é especialmente dedicado àqueles que sofrem de insónias<sup>228</sup>. E sem mais comentários” (*Ibidem*).

---

<sup>225</sup> Alusão ao poema de José Gomes Ferreira.

<sup>226</sup> Que, segundo a Mitologia Grega, é o Deus da luz.

<sup>227</sup> Como que anunciando o fim, falando de algo que vem depois da *Almanaque*, sem esta.

<sup>228</sup> A título de curiosidade, destaque para o facto de este número de maio de 1961 conter um desdobrável intitulado “guia para uma noite mal passada”, contendo soluções para passar a noite com (muito ou pouco) ou sem dinheiro, com ou sem companhia, entre outras características.

Concluindo, realça-se o facto de não se prestar a devida atenção à cultura e à literatura. Mas mais, a conclusão citada funciona como crítica a essa mesma falha, dedicando-se este último número da revista a todos quantos não conseguem dormir sobre o assunto, não se conformando, pura e simplesmente, com a falta de tempo para o cultivo do intelecto.

De forma a colmatar essa grave falha, destaque-se a importância dada pela revista à crítica literária e de cinema, desde logo pela existência da secção “Armazém das letras & diversos”, uma das mais constantes da *Almanaque*: esta contém artigos críticos sobre obras recentemente editadas, a par de biografias e entrevistas a escritores, sobretudo romancistas, além de incluir em cada edição “O livro do mês”. Destaque para um teste do número de janeiro de 1960 no qual se procura perceber se o leitor “tem acompanhado a nossa literatura”: este tem a sua razão de ser no facto de “a literatura de uma época – de qualquer época – [traduzir] sempre os desejos, as ansiedades, as esperanças e mesmo os defeitos dos homens dessa época” (A., 01/60, p.145). Ou seja, se o leitor acompanhar a literatura da sua atualidade “terá uma visão mais ampla dos seus problemas, melhor conhecimento dos seus contemporâneos e, acima de tudo, uma consciência mais perfeita de si próprio” (*Ibidem*). A partir de várias perguntas sobre obras, personagens, peças de teatro, prémios atribuídos a escritores, entre outras, sempre referentes ao ano de 1959, ele “poderá verificar se é um homem do seu tempo ou se lhe valerá a pena substituir de vez em quando uma tarde de futebol por uma tarde de leitura [...]” (*Ibidem*), para que possa, então, cultivar o intelecto, precisamente, através da literatura.

Já na secção “O filme do mês”, outra das mais constantes da revista, resumem-se obras da sétima arte da época, através de fotografias das mesmas, acompanhadas de texto que revela a história em estreia na grande tela. Alguns dos números contam com comentário e crítica, como é exemplo o de abril de 1960, no qual se dá a conhecer o filme “Ben-Hur”: “Provavelmente nenhum outro romance influenciou, por todo o mundo, tantos milhões de pessoas. Há qualquer coisa de mágico e de sugestivo no próprio título Ben-Hur” (A., 04/60, p. 91). Desta feita, destaca-se o facto de este filme não sair de cena ou deixar de ser mencionado pela imprensa há 80 anos, existindo “uma onda de interesse” pelo mesmo, o qual “está a conquistar o mundo” (*Idem*, p.92).

Por último, destaque, ainda, para o artigo intitulado “Orson Welles contra Hollywood” (A., 11/59, p.151). Este é um artigo de dura crítica à indústria cinematográfica e à perda de qualidade das suas produções devido aos interesses comerciais e à busca incessante pelo

lucro: devido à falta de fundos financeiros, não só nesta como em todo o “mecanismo” de “produção de bons filmes” (*Ibidem*), estes iam ficando nas gavetas, não passando para as telas. Assim sendo, à época, Orson Welles punha em causa a realização da sua obra-prima, o filme “Citizen Kane”. Ora, a par das declarações do realizador (e ator), a *Almanaque* tece fortes críticas à indústria cinematográfica, reiterando que a esta apenas o lucro interessava, classificando-a como “uma máquina de fazer dinheiro” (*Ibidem*). A partir de comparações com outras expressões ou produções culturais, dadas as circunstâncias, levanta-se uma questão: “que poderão fazer os artistas? Um músico, um pintor, pode escolher a liberdade (melhor ou pior). Um cineasta apenas vai mudando de prisões” (*Ibidem*). Desta feita, alertava-se para as dificuldades que o ramo estava a passar, o que, por conseguinte, ia matando as aspirações artísticas e os projetos cinematográficos que iam surgindo. Porém, existia uma possível escapatória: se “aos mesquinhos interesses comerciais ou de propaganda, se [juntarem] os nobres interesses que condicionam a criação artística”, o que muito raramente acontecia, era possível produzir-se um filme, “apenas, por acaso, no meio da produção incessantemente medíocre, dos estúdios de todos os países” (*Ibidem*).

Após esta primeira apresentação e análise genérica da *Almanaque*, avança-se, de seguida, para um estudo mais exaustivo de algumas secções, artigos e temas em destaque na revista, tendo por base uma leitura atenta e comparada dos seus 18 números.

## Capítulo 4: *Almanaque*: secções, artigos e temáticas em destaque

### 4.1. Do papel das mulheres às suas “Latitudes da Felicidade”

Tendo em conta o papel das mulheres portuguesas e a subalternidade a que estas estavam sujeitas naquela que era uma sociedade patriarcal (Tavares, 2008), sendo o contexto em que é escrita e lida a revista *Almanaque*, destacam-se alguns artigos e secções da revista nos quais se aborda a condição das mulheres: “A mulher do mês”, em suma, pode caracterizar-se como um relato do que foi o percurso biográfico das figuras que retrata, abordando os seus amores e desamores, bem com os traços e características femininas que tanto eram apreciadas pelos homens<sup>229</sup>. Assim sendo, a mulher surge associada ao amor, que marca de forma decisiva o seu percurso, e, ainda, associada aos sabores e dissabores da relação entre homens e mulheres.

Neste contexto, é de realçar um pequeno artigo que se debruça sobre o conflito interno com que certas mulheres então se deparavam no momento de decidir o valor monetário que poderiam gastar e em que este dinheiro deveria ser gasto. Em “Esposa e Mártir” (A., 04/60, p.85), o leitor depara-se com uma verdadeira descrição, um tanto irónica, um tanto séria, da indecisão de uma mulher na hora de fazer as suas compras: O que seria mais necessário? Deveria comprar um bom vestido? A alimentação para os filhos e marido não será prioritária? A decisão a tomar aparece de imediato: o vestido passará de moda daí a três meses e a comida não podia faltar nunca. Descreve-se, portanto, um exemplo de situação em que um dado tipo de mulheres teria liberdade para tomar as suas decisões, optando entre o mais necessário e o correto - o vestuário e o sustento do lar, respetivamente -, sem nunca esquecer as suas prioridades<sup>230</sup>, numa descrição que funciona como crítica à representação dominante das mulheres portuguesas da época.

Por outro lado e numa perspetiva totalmente diferente, destaque para a secção “Latitudes da Felicidade”, sendo esta uma das mais constantes da revista: pode ser descrita como uma coletânea de “cartões de identidade” de jovens mulheres de distintas nacionalidades, conjunto ao longo do qual se vai descrevendo tanto o seu aspeto físico como a

---

<sup>229</sup>Como a beleza ou as próprias formas do corpo feminino.

<sup>230</sup>“Ela sabe que há coisas mais importantes neste mundo do que a celulite ou o desejo de um casaco de peles. Mas isso não a acalma. Pelo contrário! Ela pertence, de resto, a essa classe enorme de raparigas que foram educadas na certeza de que para elas só existe um meio de promoção social: a conquista de um marido!” (A., 04/60, p.86).

sua vida social. Ora, à época, desde logo pela condição e repressão em que viviam as mulheres portuguesas e pela censura aos meios de comunicação social e à própria literatura, não era habitual abordar tão abertamente o género feminino, sobretudo dando exemplos de mulheres emancipadas, totalmente independentes e donas de si – como as mulheres suecas, as alemãs ou as italianas -, através da descrição de realidades contrastantes com a que marcava o contexto português de então.

No primeiro número da *Almanaque* encontramos, precisamente, o cartão de identidade de um certo padrão de rapariga sueca (A., 10/59, p.102): realça-se o seu aspeto físico, destacando-se a beleza e elegância das mulheres dessa nacionalidade. A par disto, destaque para a sua educação “notável” e para o facto de frequentar cursos superiores como medicina, farmácia, engenharia e ensino<sup>231</sup>. “Aos 18 anos a rapariga sueca é completamente independente<sup>232</sup>, mesmo que não tenha casa própria e viva ainda com os pais” (*Ibidem*). Neste contexto, realça-se que existiam 70.000 jovens mães-solteiras, sendo o casamento, porém, encarado com muita seriedade devido à educação que lhes era incutida. Contudo, já existiam muitos divórcios nessa altura na Suécia, na mesma medida em que se celebravam casamentos entre suecas e rapazes estrangeiros. A este propósito, destaque para o facto de se descrever a rapariga sueca como sendo emancipada, nada submissa ou enclausurada no contexto da vida do lar. Propunha-se: “podemos segui-la durante um dia para termos uma ideia mais exacta de como a rapariga sueca trabalha, ama e se diverte” (*Idem*, p.103). De todas as suas possíveis atividades, é o trabalho que se revela a mais importante das suas vidas e a razão pela qual conseguem ser independentes, tendo condições, direitos e salários iguais aos dos homens. Em resumo, através de vários exemplos da rotina e da própria vida de diferentes jovens suecas, fala-se de uma rapariga que é totalmente “dona de si própria” (*Idem*, p.105), perfeitamente independente, com um bom emprego, *hobbies*, vida social, relacionamentos amorosos, bem formada e que fala de qualquer assunto sem tabu ou constrangimento, incluindo de relações sexuais, tendo desde os 10 anos de idade informação e formação sobre tal - uma realidade impensável no contexto português.

No número seguinte, descreve-se, por sua vez, a rapariga inglesa: com “proporções perfeitas” (A., 11/59, p.83), tal como a sua beleza. Esta estuda mais do que a rapariga sueca, aos 14 anos de idade tem liberdade para chegar a casa até à meia-noite e, aos 17, cerca de 38% das jovens inglesas deixava a família para ser independente, a nível moral e económico,

---

<sup>231</sup>Em Portugal, à época, não era comum ingressar nestes cursos.

<sup>232</sup>Mesmo do ponto de vista jurídico, atinge a maioria aos 18 anos de idade – em Portugal era aos 21.

sendo os 20 anos, porém, a idade limite para deixar a casa dos pais. Como exemplo, descreve-se, precisamente, o caso de uma rapariga que avisa a mãe de que irá sair de casa nessa noite para ir viver com uma amiga. Apesar das dificuldades e da fome que poderão passar, preferem não viver com a família porque, supostamente, assim serão livres: “Não temos que ouvir descomposturas ou recriminações dos pais; podemos fazer e dizer o que realmente nos apetece” (*Idem*, p.84). A este propósito, destacam-se as raparigas da “geração rebelde” ou “geração negra”<sup>233</sup>: desta faziam parte as chamadas “«filhas de guerra»” (*Ibidem*), caracterizadas como um verdadeiro enigma. Nos jornais escrevia-se que estas eram “« [...] cruéis, amorais e egoístas. Não acreditam em nada»” (*Ibidem*), críticas estas que os redatores da *Almanaque* apelidam de “superficiais e estúpidas”, além de procurarem “esconder um facto importante: hoje é mais fácil conhecer os mistérios da Lua do que a psicologia da Geração Negra” (*Ibidem*). Ou seja, faz-se alusão a um caso de incompreensão face às atitudes das jovens inglesas, em discórdia e rutura face ao que era esperado do seu comportamento.

Por outro lado, estranhava-se a maneira como o fazia e as razões pelas quais aquele modelo de rapariga inglesa saía muito nova de casa dos seus pais. Esta era uma realidade muito distante daquela que se vivia em Portugal, já que, “na idade em que as raparigas de Braga ou de Évora levam uma bofetada do pai se chegarem a casa depois do noticiário das nove [...], Alexandra, a jovem inglesa descrita no artigo, diz à mãe que «está farta de recriminações»” (*Ibidem*). A par desta prática, era habitual, à época, os jovens ingleses casarem antes dos 30, denotando-se uma tendência crescente para casamentos entre pessoas com grande diferença de idades e de mulheres a casar com idade inferior a 20 anos. No entanto, a rapariga inglesa saía de casa para conversar, para conhecer mais pessoas, não por amor, como acontecia nos romances do século XIX em que se falava das jovens londrinas que fugiam com os seus amados (*Idem*, p.85). Agora, “os seus actos não obedecem a nenhuma paixão. Fazem as malas e partem como artistas em «tournée». São metódicas, calmas e até cautelosas na anarquia. Não pensam no casamento, preferem ao amor a amizade” (*Ibidem*). Queriam, sobretudo, ser independentes, não ter os olhares curiosos ou as imposições de horas para chegar a casa por parte dos seus pais. Como “protótipo da rapariga inglesa que «leva vida independente» escolhemos Alexandra Alexander” (*Idem*, p.87). Além de ter saído de casa dos pais, é uma rapariga culta, leu muitos livros, participou em conferências, viu bons filmes e peças de teatro, facto que os seus pais não gostavam, alegando que a cultura a tinha estragado.

---

<sup>233</sup>“Raparigas nascidas depois da invasão da Polónia, depois da queda da França, depois dos bombardeamentos de Londres. Começaram a palrear no ano em que [se] travou a batalha de El Alamein” (A., 11/59, p.84) – em 1942, sendo um dos marcos decisivos da Segunda Guerra Mundial.

A par disto, Alexandra interessava-se ainda por questões sociais, sobre as quais muito tinha lido. “Que mal tem isso? Faço mal se quero um mundo sem preconceitos, baseado numa boa e mútua compreensão humana?” (*Idem*, p.87-88). Alexandra não fazia mal nenhum, de facto, mas, possivelmente, não imaginava o longo processo e evolução que a sociedade teria de sofrer até esse tipo de interesses serem normais para uma jovem da sua idade. Naquela altura, Alexandra, apesar dos seus inovadores anseios, tal como as raparigas inglesas da sua idade, “queria simplesmente viver a sua vida sem estar protegida pela mãe” (*Idem*, p.88).

Já no número de dezembro de 1959 fala-se “(sem humor) das raparigas norte-americanas” (A., 12/59, p.86), abordando-se as suas medidas ideais e ícones de beleza como Marilyn Monroe (a preferida) e Elisabeth Taylor. Para quem escreveu o texto, as mulheres americanas são modernas, casam-se cedo, precocemente e sem qualquer conhecimento ou experiência no que toca ao namoro, casamento ou mesmo sobre como nascem os bebés. Porém, são muito sociáveis, obtêm a sua independência pessoal muito cedo e estabelecem frágeis laços familiares. Tanto na escola como fora desta, integram “clubes sociais, associações de ginástica, desportivas e intelectuais, mais ou menos baseadas nas regras «Deus, pátria, família»<sup>234</sup> onde aprendem a «cooperar»<sup>235</sup> (*Ibidem*). Neste contexto, descreve-se Ann, uma jovem estudante universitária, totalmente emancipada, ativa, sociável, que vai ao teatro, ao cinema e ao museu de arte moderna. Mais ainda, é uma mulher que tem um emprego, escreve e toca músicas, além do seu trabalho como modelo e das saídas com o namorado, nas quais há lugar para “beijos apenas e nada mais até ao matrimónio. Ann tem os seus princípios religiosos” (*Idem*, p.93).

A par de toda esta descrição, um especial destaque para duas páginas deste mesmo número de dezembro de 1959 que se encontram repletas de fotografias de mulheres<sup>236</sup>, sendo intituladas “as mais belas mulheres do mundo” (*Idem*, p.166-167). Algumas destas fotografias eram bastante ousadas para a época, uma vez que ilustravam mulheres que vestiam roupas reduzidas, com decotes, exibindo as suas pernas e/ou tapando os seios apenas com as mãos. Nestas páginas chama-se à atenção para o facto de já não se encarar a beleza feminina como uma coisa rara, tal como acontecia nos séculos passados, apesar de “o vocábulo mulher não [ser] ainda sinónimo de beleza e encontro” (*Idem*, p.168). Porém, realça-se uma evolução,

---

<sup>234</sup>Tal como a Lição de Salazar.

<sup>235</sup>Referência à educação americana como sendo baseada na cooperação.

<sup>236</sup>Personalidades conhecidas, à época, de diferentes nacionalidades, – como a japonesa Yoko Tani ou a austríaca Nadja Tiler –, demonstrando-se que a beleza é universal, não se podendo definir em que país se encontram as mulheres mais belas.



uma tendência contínua para a sinonímia entre mulher e beleza, prendendo-se tal facto com o aparecimento da indústria feminina parisiense. Contudo, alerta-se para uma estandardização da beleza, “vulgarizada, popularizada, [...] como todos os produtos industriais [...]”<sup>237</sup> (*Ibidem*). Ora, assim sendo, aos redatores da *Almanaque* não parecia possível determinar de que nacionalidade seriam as mais bonitas mulheres.

Através de “uma biografia social da rapariga alemã” (*A.*, 01/60, p. 84), no seu quarto número, a *Almanaque* dá a conhecer mais um exemplo de emancipação feminina bem longe de ser alcançada pelas mulheres portuguesas: “mais do que independência moral em relação à família, a rapariga alemã procura independência económica” (*Idem*, p.85), tendo dinheiro para vestidos e sapatos, para ir ao cinema e comprar discos ou ler jornais – uma vez que se interessa pelos problemas políticos do seu país -, sendo que não é o tipo de mulher que deixa o emprego para se casar, uma vez que encara o primeiro como sendo o caminho para a felicidade, permitindo-lhe viajar e pagar “os cigarros e os divertimentos”<sup>238</sup> (*Idem*, p.89). Assim sendo, será fácil entender que “o desejo de alcançar um certo nível de vida é tão forte que abandonar um bom emprego com um bom ordenado tornaria infeliz qualquer rapariga” (*Ibidem*). A par disto, raras eram as alemãs que estudavam e trabalhavam ao mesmo tempo já em idade adulta, sendo o trabalho uma das suas principais prioridades, ao invés dos estudos, do casamento e da maternidade<sup>239</sup>.

Já no número de abril de 1960<sup>240</sup>, as “Latitudes da Felicidade” dão-nos a conhecer a “rapariga polaca [que] vai desempenhando os cargos tradicionalmente reservados aos homens, sem perder feminilidade” (*A.*, 04/60, p.57), atingindo lugares de topo, sobretudo nos serviços associados ao Estado, podendo, *inclusive*, ter às suas ordens diferentes trabalhadores do género masculino. Apesar de, “para muitas mulheres, a independência significa a perda de características femininas. Pelo contrário, as raparigas polacas conseguem atingir a primeira, sem estragar as segundas” (*Idem*, p.59). Pese embora tudo isto, de destacar que na Polónia as

---

<sup>237</sup>“Desça-se o Chiado: não é verdade que as raparigas são quase todas iguais? Bonitas mais iguais... Ou melhor: há grupos diferentes, estilos diferentes. Mas dentro de cada grupo, a igualdade é quase perfeita” (*A.*, 12/59, p.168) – fazendo-se alusão aos estilos com base nos modelos parisienses.

<sup>238</sup>Sobretudo entre os 15 e os 20 anos, as raparigas frequentavam os chamados “«teenagers clubs»”, considerados como “locais de treino para a vida social” (*A.*, 01/60, p.93).

<sup>239</sup>Bem distante desta realidade, em Portugal, no início da década de 1960, as mulheres representariam, apenas, 20 a 25% da população ativa empregada (Barreto, 2002:10-11).

<sup>240</sup>Os números de fevereiro e março de 1960 não contêm a secção.

mulheres não eram sujeitas a trabalhos pesados<sup>241</sup>, o que veio a revelar-se importante na relação entre os sexos.

E assim se inicia o artigo, no qual se descreve uma jovem que não abandona a sua família até se casar, mas que trabalha, tem uma vida ocupada e ativa para além das quatro paredes. É, ainda, uma jovem culta, romântica e que estuda, caso não arranje emprego antes de concluir os estudos. “Aos 18 anos, as raparigas fazem o possível por chegar tarde a casa, apenas à hora de ir para a cama” (*Ibidem*), tendo igual liberdade para, depois do horário escolar ou laboral, se encontrarem com amigos em sítios públicos – como cafés, teatros, cinemas ou jardins -, tendo uma vida social ativa<sup>242</sup>. Contudo, o casamento é encarado como um meio para atingir uma “maior independência e liberdade no sentido físico do movimento” (*Idem*, p.57). Destaca-se, porém, que este implica uma certa submissão<sup>243</sup>, ainda que fosse o meio através do qual estas raparigas podiam fruir “de uma existência privada que, nos países nórdicos, por exemplo, pertence também às raparigas solteiras” (*Ibidem*). De referir, por último, que, à época, à exceção dos idosos, a opinião pública polaca tinha “uma concepção elástica de moralidade” (*Idem*, p.61). Daqui se entende o facto de muitos jovens casais viverem juntos sem estarem casados e o aborto ser autorizado “quando justificado por causas graves” (*Ibidem*), valendo problemas de saúde e problemas económicos como justificação. Mais ainda, não existia, “oficialmente, a categoria dos filhos ilegítimos” (*Ibidem*), uma vez que, segundo o artigo, as mães poderiam alegar a existência de um pai (fictício) aquando do registo dos seus bebés.

Os números de maio e junho de 1960 dedicam as “Latitudes da Felicidade” às mulheres portuguesas. Tal como era de esperar, pelo contexto já descrito anteriormente nesta dissertação, temas como o catolicismo<sup>244</sup> e o matrimónio<sup>245</sup> estão presentes. Porém, fala-se de mulheres muito mais ativas e independentes do que o padrão dominante na época. Em “Portugal-1” (A.,05/60, p.69) descreve-se uma jovem portuguesa universitária, que, ou vive submetida ao orçamento familiar e vive com os pais ou, então, vem “da província e vive em lares” (*Ibidem*). A par destes dois tipos, existem, ainda, raparigas que trabalhavam e

---

<sup>241</sup>“Uma lei, data de 11 de Março de 1959, proíbe as mulheres de trabalhar: nas minas ou outros trabalhos subterrâneos, como condutoras de tractores, em barcos de pesca, e como lenhadoras” (A., 04/60, p.59).

<sup>242</sup>De referir que muitas das raparigas polacas com 18 anos já não dependiam economicamente dos pais e, por conseguinte, regra geral, acabam por casar muito cedo.

<sup>243</sup>Tal como acontecia no contexto português.

<sup>244</sup>“A rapariga portuguesa é, de uma maneira geral, católica” (A., 05/60, p.69).

<sup>245</sup>“Seja qual for a sua classe social, a rapariga portuguesa encara o casamento como um fim a atingir e como a melhor justificação para a sua existência” (A., 05/60, p.69).

estudavam ao mesmo tempo, ou, então, que tinham um dado emprego<sup>246</sup> e não estudavam. “Na classe média, porém, a grande maioria das raparigas permanecem em casa” (*Ibidem*). Mais ainda, fala-se de uma rapariga que “lê bastante (o gosto varia), vai ao cinema, tem actores preferidos e fala muito” (*Ibidem*), ou seja, perfeitamente integrada na sociedade e com uma vida social ativa. Porém, o seu objetivo é casar<sup>247</sup>, sendo que o namoro que precede o casamento é vivido dentro de “barreiras de vária ordem, consoante a formação moral e cultural do meio a que pertencem” (*Ibidem*), tornando-se inútil esta preparação pré-matrimonial. Destacam-se, porém, alguns avanços, como a redução da “resignação tradicional da mulher portuguesa à poligamia oficiosa do marido” (*Idem*, p.71), sobretudo na classe média, mais casamentos de jovens e mais casos de mulheres que já contribuem economicamente para o orçamento familiar<sup>248</sup>.

Veja-se o caso de Célia C., de 25 anos: ainda que citada como exemplo de uma estudante universitária, esclarece “que o seu caso não é típico e não pode ser considerada a rapariga-padrão portuguesa, nem sequer como a rapariga universitária portuguesa padrão”<sup>249</sup> (*Ibidem*). E porquê? Veio do Funchal para Lisboa, onde estuda na Faculdade de Letras, é professora primária, tendo já conquistado “alguma independência (*Idem*, p.73): pratica desporto, sai à noite com amigas ou amigos, “vai ao cinema ou a *night-clubs* em Lisboa ou nos arredores” (*Ibidem*). É solteira, o que, à época, era, em Portugal, “um objeto de alguma raridade – e nem sempre recebe por parte dos outros a consideração que afinal merece” (*Ibidem*), devido aos preconceitos existentes. Depois dos estudos não sabe o que fará, mas destaca-se que “o casamento é de resto ainda a grande solução para a rapariga portuguesa” (*Ibidem*). Porém, para já, Célia C. quer divertir-se, uma vez que “a vida é tão curta e o futuro tão incerto”, além de que a felicidade “não lhe parece depender ela das latitudes” (*Idem*:73-74).

Já em “Portugal – 2” (*A.*, 05/60, p.123), Maria Helena V., de 22 anos, fala-nos do passado e do presente. Já conheceu diferentes empregos e luta por uma independência económica, levando uma vida ativa e estável. Tal como Célia C., vai ao cinema, sai com os

---

<sup>246</sup>Trabalham em escritórios, lojas e como operárias fabris. No campo, “ou dão o seu esforço ao labor da terra familiar ou se empregam nas grandes casas agrícolas” (*A.*, 05/60, p.69).

<sup>247</sup>Sendo que “os casamentos são, na sua maioria, religiosos” (*A.*, 05/60, p.69).

<sup>248</sup>“O «dote», instituição ligada a uma tradição patriarcal e agrícola, vai sendo assim substituído, pela aptidão da mulher em garantir ou contribuir para o seu sustento” (*Idem*: 71).

<sup>249</sup>Relembre-se, a este propósito, a polémica *Carta a uma jovem portuguesa*, que tão bem retrata a falta de liberdade e “o mundo inquietante da sombra e da repressão mental” (*A.*, 1961:1) em que vivia a jovem portuguesa e, em especial, a jovem estudante de Coimbra.

amigas e amigos, além de ler, ouvir música e traduzir “ainda legendas de filmes e livros” (*Ibidem*). Posto isto, “Maria Helena considera-se até certo ponto representativa de muita rapariga portuguesa empregada, dos nossos dias” (*Ibidem*). No seu caso, por gostar de ser independente e, noutros casos, “por necessidade absoluta”, as raparigas portuguesas tinham de ir ganhando o seu sustento, afastando-se, cada vez mais, “da imagem tradicional da filha – família portuguesa” (*Ibidem*). Fala-se, portanto, numa liberdade alcançada pelas jovens mulheres solteiras, sendo que a primeira compensação é “não ter satisfações que dar a ninguém, no que diz respeito à vida privada” (*Idem*, p.124). Em suma, podem caracterizar-se os dois casos descritos como “nada de mais afastado, portanto, da jovem caseira e talhada para o casamento que era idealizada pelo regime” (Bebiano & Silva, 2004:16). Por último, de realçar, contudo, que, à época, iam emergindo alguns movimentos sociais a favor de uma emancipação e de uma igualdade<sup>250</sup>:

“Buscava-se um esclarecimento das condições para a igualdade política, económica e social dos sexos, ao mesmo tempo que se levavam a cabo combates específicos, no sentido da eliminação das restrições discriminatórias e dos obstáculos que afastavam as mulheres de uma vida efectivamente activa e partilhada” (Ergas, 1995 *apud* Bebiano & Silva, 2004:16).

No número de julho de 1960 volta-se a um contexto de liberdade, independência, inteligência e astúcia de uma realidade feminina bem diferente daquela que era, efetivamente, vivida em Portugal à época. É a vez de se dar a conhecer a rapariga francesa, nomeadamente “a parisiense: um mito que se mantém” (A., 07/60, p.51), dentro do qual existem vários tipos de raparigas parisienses. Contudo, sobressai uma igualdade conquistada pelas mulheres francesas, através de uma luta entre sexos que as levou a ser “mais emancipadas e estrategas na eterna batalha do amor” (*Idem*, p.52). *Grosso modo*, estas são mulheres que sorriem “esteriotipadamente aos homens nos pontos estratégicos de Paris, procurando conquistar um homem solitário numa *boite de nuit*<sup>251</sup>. Vivendo, em resumo” (*Idem*, p.53). A par disto, a maioria das mulheres tem uma ocupação profissional, “particular condição de independência material” e uma “tendência ao matriarcado” (*Idem*: 54), falando-se numa progressiva igualdade de género. Mais ainda, o dinheiro é para elas muito importante e sabem como o devem gerir, sendo que, no casamento, chega a ser a esposa a gerir o orçamento familiar. Por

---

<sup>250</sup> Além do papel da imprensa e da literatura para o mesmo fim. Veja-se o exemplo da publicação das *Novas Cartas Portuguesas*, em 1972 – consultar o segundo capítulo desta dissertação.

<sup>251</sup> Boate – tradução livre.

último, destaque para o facto de se referir a homossexualidade como uma das causas para a existência de um grande número de divórcios em Paris<sup>252</sup>.

O último número da *Almanaque* onde são dadas a conhecer as “Latitudes da Felicidade” é o que diz respeito ao mês de agosto de 1960. Neste viaja-se até Itália, país onde as raparigas solteiras “são livres, conscientes e emancipadas” (A., 08/60, p.104), uma vez que depois de casadas “ficam irremediavelmente ligadas à família” (*Ibidem*). Muitas destas não estudam até uma idade tardia e, já na Universidade, uma pequena parcela termina a licenciatura. Por este reduzido número de raparigas formadas os italianos têm “respeito, desconfiança e receio” (*Ibidem*). Contudo, a maior parte destas Mulheres são donas de casa, até porque “os costumes italianos são antiquados” (*Idem*, p.105): tal como em Portugal, o pai governa a casa, sendo que a mãe é o sargento das filhas, ensinando-as a cozinhar e a conseguirem arranjar marido, “comportando-se como raparigas puras e estúpidas” (*Ibidem*). A partir do momento em que a mulher é casada, fica confinada ao lar e à esfera doméstica, privada, submissa ao marido, sujeição da qual não se livra mesmo que tenha um emprego. Porém, “a mulher italiana não deseja, realmente trabalhar” (*Ibidem*), já que o casamento a preenche. Assim sendo, denotamos uma atitude e realidade “completamente diferente da ideia de emancipação da mulher inglesa ou sueca” (*Ibidem*), ainda que muito semelhante ao contexto de repressão em que viviam as mulheres portuguesas, tal como a História nos relata.

Por último, de destacar que, ao longo dos vários números da *Almanaque*, nomeadamente na secção “Surprise party”, uma das mais constantes da revista, encontram-se diversos artigos em formato de autênticas biografias sobre o percurso de certas figuras femininas estrangeiras que obtinham sucesso em diferentes áreas – como na música, na dança ou na escrita-, mulheres estas totalmente emancipadas, tal como as descritas na secção “Latitudes da felicidade”. Sobre esta, é importante tornar claro que os modelos de rapariga descritos se tratam de idealizações, não correspondendo, sequer, a entrevistas ou reportagens. Por conseguinte, pressupõe-se que os nomes e casos mencionados ao longo da secção sejam fictícios. As descrições correspondem, assim, à forma como a revista representava a realidade além-fronteiras e, no caso do tipo de rapariga portuguesa que descreve, à forma como quem escrevia idealizava o modelo de uma (possível) jovem emancipada. Desta feita, a secção “Latitudes da felicidade” não só contribui para o alargamento da imaginação de quem a lê,

---

<sup>252</sup>Um dos maiores tabus da sociedade de então e um assunto (como que) proibido/banido da opinião pública em Portugal. Era impensável, surreal, até, pensar que a homossexualidade seria a causa de separações ou divórcios de casamentos religiosos.

como ilustra a intenção do corpo redacional da *Almanaque* em criar ou, pelo menos, estimular a possibilidade de mudança. Os casos descritos revelam, ainda, a importância dada a atividades de lazer, sobretudo às culturais. Além disto, a secção oferece um suposto e vasto leque de oportunidades e estilos de vida distintos, sendo que o essencial era dar a conhecer modelos exteriores, diferentes dos que eram dominantes no país. Esta mensagem ganha particular significado quando entra em jogo o contexto de repressão das liberdades em que vivia a jovem portuguesa: ainda que não seja possível determinar se efetivamente existiam leitoras assíduas da revista, os dois casos de raparigas portuguesas descritos na secção enfatizam, por um lado, o desejo de mudança e liberdade, mas, por outro, ilustram a distância a que ainda se encontravam as jovens portuguesas (com existência efetiva) de uma jovem feliz – livre, culta, formada, com uma profissão ou que, simplesmente, não tinha o matrimónio como ideal e grande objetivo de vida. Ainda que a felicidade seja um conceito subjetivo, pressupunha-se que a liberdade e a independência – moral e económica – de que a maioria das jovens de outras nacionalidades (supostamente) gozava era condição primária para o bem-estar e realização pessoal de todas as jovens da época.

#### **4.2. Movimentos culturais**

Pelo arrojado dos temas, pela forma como são abordados e por terem marcado a história da cultura, nomeadamente pela sua relação com o momento de rutura cultural e geracional dos anos 60, tal como descrito no segundo capítulo da presente dissertação, destacam-se dois importantes artigos sobre movimentos culturais que se afirmaram entre os jovens europeus e americanos: os “*teddy-boys*” (A., 11/59) e a “*Beat generation*” (A., 02/60), respetivamente. Segundo a revista, se os primeiros podem ser descritos como “adolescentes mal educados” (A., 11/59, p.118), que tentam americanizar a sua cultura, os segundos, vistos com muito mais ceticismo, são apelidados de “maçonaria dos melancólicos” (A., 02/60, p.71). Entre estes dois fenómenos existem algumas semelhanças mas destaca-se, sobretudo, um amor-ódio europeu (e português) pela cultura americana, e vice-versa, além de uma crescente preocupação com o futuro das suas gerações mais jovens, onde se inclui a juventude feminina e a preocupação para com as mudanças que no seio desta também começavam a emergir – como é exemplo o artigo “Raparigas românticas, sem romantismo” (A., 03/60).

Destaque, ainda, para as críticas da *Almanaque* aos ícones da cultura americana, críticas estas tão cómicas quanto irónicas, sendo esta atitude bastante frequente ao longo dos diferentes números da revista. “Textos como “Elvis Presley<sup>253</sup>. O deus vivo de que crença?”<sup>254</sup> e “Marilyn, leitora de Descartes”<sup>255</sup>, entre muitos outros, integraram na publicação esse tipo de leitura, completado por relatos de viagem nos quais era sempre introduzida a componente questionadora” (Bebiano, 2003:163), como se irá verificar no artigo intitulado “Como se diverte Nova Iorque” (A., 01/60) da secção “Boémia destes tempos”. Por último, de referir a abertura da revista aos ventos europeus<sup>256</sup> e americanos, num contributo para o alargamento do imaginário dos portugueses, com especial destaque para uma crescente atenção dada à juventude. Como tal, analisam-se dois artigos distintos sobre a crescente importância conferida aos jovens americanos – “A indústria americana descobre a juventude” (A., 12/59) e “Juventude (para análise) esquartejada. América para onde vais?” (A., 05/60), alertando-se para as mudanças culturais e geracionais que então emergiam de forma rápida e arrebatadora, influenciando, por conseguinte, os jovens europeus, grupo no qual se incluía os portugueses.

Relembre-se, a este propósito, que, à época, a América era como uma moeda de duas faces para os jovens portugueses: por um lado, era amada e representava “a originalidade e o dinamismo de novas formas culturais”, o que a definia como “o lugar por excelência das

---

<sup>253</sup>Apelidado de “rei do rock” (Letria, 2007), Elvis Presley (1935-1977), cantor e ator americano, encantava e escandalizava o público dos anos 60 pelo seu estilo arrojado e extravagante, quer pela forma como se vestia, como pela forma como dançava e movimentava o corpo, nomeadamente o quadril. Não sendo consensual de que forma se pode descrever quem foi, afinal, Elvis Presley (Bruce, 1962), pensemo-lo como um ícone que, efetivamente, marcou uma época e que, 40 anos após a sua morte, continua a ser um dos rostos mais emblemáticos do *rock n’roll* a nível mundial. “Elvis simboliza o sucesso da juventude: uma garage cheia de automóveis poderosos e multicoloridos, a adulação das raparigas, um público de milhões. Esta é a matéria de que são feitos os sonhos dos adolescentes” (*Idem*:32).

<sup>254</sup>“Onde Elvis e o «rock’n roll» chegam as salas enchem-se, as bichas impedem o trânsito, as «fans» acotovelam-se, rasgam-se, esmagam-se para o alcançar. A sua voz faz desmaiar jovens e velhas, o público entra em paroxismo – melhor que o «baseball» ou o rãguebi, mais barato, mais cómodo e menos perigoso que o álcool” (A., 10/59, p.165).

<sup>255</sup>Exemplo de artigo onde se pode ler crítica de cinema. A título de curiosidade, o artigo inclui uma entrevista a Marilyn Monroe, testando-se os seus conhecimentos, teste ao qual responde de forma irónica mas inteligente: “-Descartes? – perguntou um dos jornalistas que por não conhecer exactamente a frase citada por Marilyn não compreendia a graça. – Quem era Descartes? – insistiu, supondo pregar uma partida à intérprete da «Paragem do autocarro». Marilyn não se deu por achada: - Um jornalista do século XVII que em vez de pôr em dúvida o saber dos outros tinha modéstia de pôr em dúvida o seu próprio saber, o que nem sempre hoje em dia sucede” (A., 11/59, p.149).

<sup>256</sup>A este propósito, destaque para o número de agosto de 1960 no qual é publicado um “Diário Europeu”, no qual se dá a conhecer aos portugueses a arte europeia, fazendo um alerta logo no título: “[...] não se esqueçam estimado leitor, de que é europeu” (A., 08/60, p.89). Uma vez que Salazar se mantinha afastado de outros ventos que não os da nação, era através da literatura e dos produtos do jornalismo – como eram exemplo as publicações periódicas – que o cidadão português podia ter acesso aos que se passava na arte (entre outras áreas) além-fronteiras. Este “Diário europeu” volta a ser publicado no número de novembro de 1960.

oportunidades” (Bebiano, 2003:160), “onde todos tinham liberdade de lutar pelos seus objetivos, pois todos os sonhos podiam tornar-se realidade”<sup>257</sup> (Bagagem, 2008:18). Por outro lado, sobretudo a partir dos anos 60 e num contexto de rebeldia juvenil, a América era observada de forma muito “mais negativa e politizada”, fazendo crescer um forte anti-americanismo, *inclusive*, dentro da própria América, “que identificava a vocação imperial dos Estados Unidos com uma tentativa de domínio universal” (Bebiano, 2003:162), a nível político, económico e cultural. Esta era, assim, uma complexa relação de amor-ódio, ainda que se imaginasse a América como um lugar próspero e feliz, um lugar livre, integrador e onde a diversidade de origens, raças e estilos de vida não constituía um problema, mas, sim, uma mais-valia de natureza sociocultural.

#### 4.2.1. Os *teddy-boys*

Desde meados de 1950 que a Grã-Bretanha assistia ao aparecimento e manifestação de várias subculturas juvenis (Ross, 1998). A mais antiga surge nos primeiros anos da década<sup>258</sup> quando algumas localidades britânicas constituídas por bairros operários, a sul e leste de Londres, assistem à emergência de um novo estilo de vestuário e de comportamento (Ross, 1998; Zimmermann, 2012). Considerados como um dos primeiros grupos subculturais juvenis a surgir após a Segunda Guerra Mundial, os *teddy-boys* são divulgados como a primeira subcultura juvenil britânica deste período cujo estilo foi criado pelos próprios membros da mesma. Este “misturava a elegância e a distinção de classe dos eduardianos com a irreverência dos zooties e o ecletismo dos cowboys, ambos norte-americanos” (Zimmermann, 2012:5). Desta feita, os *teddy-boys* abriram novos caminhos: estabeleceram um “mercado adolescente” e introduziram um tipo de moda que, na sua origem, era totalmente dirigido para uma “classe de trabalhadores”, à medida que foram tornando aceitável que os homens se vestissem apenas para se mostrarem (Barnes, 1991 *apud* Ross, 1998:268). Até então, estes estavam limitados ao uso de roupas para o trabalho, aquelas que iam usando ao longo da semana, e a uma roupa “melhor”, para o fim de semana, sendo que o estilo *casual* era desconhecido para os jovens (Ross, 1998).

---

<sup>257</sup>A América surgia, assim, como a “terra prometida”, sinónimo de um futuro risonho, de tecnologia, de modernização e desenvolvimento económico (Bagagem, 2008:18).

<sup>258</sup>Há autores que apontam o ano de 1952 (Zimmermann, 2012), outros o de 1954 (Ross, 1998) como datas do início do movimento que se viria a denominar de *teddy-Boys*.



Os *teddy-boys* representaram, assim, uma das primeiras tentativas bem-sucedidas de se criar um estilo de vestuário para uma classe trabalhadora masculina com base numa razão simbólica (Melly, 1989 *apud* Ross, 1998:269), sendo que “um dos principais aspectos da cultura dos Teddy Boys foi tornar aceitável que os jovens se preocupassem com a sua aparência, que pudessem simplesmente se vestir para se mostrar, tendo opções às roupas de trabalho e escola ou “roupas de domingo”” (Zimmermann,2012:5).

Ainda que na atualidade sejam encarados como um importante grupo que desafiou a moral dominante, quer pelo seu estilo original, quer pela sua veia questionadora e atitude de contestação, ao longo dos anos 50 os *teddy-boys* foram fortemente criticados pelos *media* devido ao seu comportamento fora da norma dominante e às atitudes de rebeldia em locais públicos<sup>259</sup> (*Ibidem*).

Já na *Almanaque*, anunciava-se da seguinte forma a sua chegada ao país:

“Apareceram finalmente em Portugal os «teddy-boys». Começávamos todos a ficar inquietos: já tínhamos tido a «Pepsicola», o «Hulla-Hoop», o «Rock’n roll», os livros da Françoise Sagan, a Televisão e o «Self-service». Faltavam, manifestamente, para que de vez nos modernizássemos, os «teddy-boys»” (A., 11/59, p.118).

Da ironia que marca a anterior e inicial descrição do fenómeno dos *teddy-boys*, percebe-se, logo à partida, que esta é uma crítica à importação e apropriação de ícones da cultura, não só americana como europeia. Intitulado como “Exemplos Alarmantes da Crise Duma Juventude” (A., 11/59, p.118), o artigo em análise pode ser definido como uma verdadeira crítica caricatural. Esta destaca, sobretudo, a chegada a Portugal desses “adolescentes mal educados” (*Ibidem*), que podem ser de três tipos: “batoteiros, trapaceiros [ou] que não levam a vida a sério” (*Idem*, p.121). São, no fundo, descritos como parasitas da sociedade, fruto de um mau ambiente familiar e de uma má educação. São identificados como *teddy-boys* pelas roupas que usam, pela falta de interesse por temas tão importantes como a política, mas, sobretudo, pelo estilo de música que ouvem. De facto,

“a “música jovem” – rock, pop, folk, ou sob quaisquer outras formas ou designações – representou [...] um fenómeno constitutivo essencial da cultura-mundo juvenil dos anos 60, constituindo um elo fundamental tanto dos seus traços de rebeldia como da sua dimensão profundamente internacional” (Bebiano, 2003: 128).

---

<sup>259</sup>De referir, a este propósito, que a imprensa mais conservadora da época falava muitas vezes dos *teddy-boys* como exemplos (pela negativa) de comportamentos juvenis que punha em questão.

Em Portugal, contudo, estes jovens são comparados aos “licores nacionais – imitados do estrangeiro ou pior” (A., 11/59, p.118), uma vez que os licores imitavam coisas boas e estes jovens coisas más, sendo que se lamenta o facto de esta ser uma imitação de um fenómeno que se quer entregue à justiça, isto é, que deve ser punido. De facto, “na viragem para a década de 1960, este género de vivência ainda correspondia em Portugal, fundamentalmente, a expressões de mimetismo, muitas das vezes isoladas e não inteiramente consequentes” (Bebiano, 2003: 166), além da chamada “música jovem” não conter grande originalidade. Assim sendo, daqui se pode depreender a comparação aos licores nacionais.

Ao artigo em análise seguem-se descrições pormenorizadas de “3 tipos de «teddy-boys»: os «blusas negras», as «tricheuses» e os «tricheurs» (termos intraduzíveis que significam, mais ou menos, batoteiros, trapaceiros, que não levam a vida a sério)” (A., 11/59, p. 121), nas quais se incluem os seus hábitos, leituras, música, religião, amizade, amor, entre outras temáticas. Tratam-se, pois, de descrições do tipo de jovens a que correspondem os *teddy-boys* noutros países. Naquele caso, em novembro, a redação da *Almanaque* escolheu evocar os jovens da França, “país amigo e latino em que as coisas estão de qualquer maneira, próximas de nós” (*Idem*, p.121). Ao referir-se que os jornais franceses se têm preocupado com aqueles problemas, além da ironia da tradução, percebe-se que em Portugal a chegada dos *teddy-boys* não era bem-vinda, sendo um infeliz acaso. Relembre-se, a este propósito, um artigo do mesmo ano publicado no “Diário de Lisboa Juvenil”<sup>260</sup> que, na primeira página do seu número 91, publica um artigo escrito por um assinante que descreve o fenómeno dos *teddy-boys* como se tratando de uma doença dos jovens, não sendo, portanto, encarado com bons olhos entre os portugueses.

#### **4.2.2. Beat Generation**

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o mundo vê emergir duas superpotências políticas, Estados Unidos da América e União Soviética. A partir daqui nasce uma rivalidade especial: trava-se uma luta “fria” entre o capitalismo e o comunismo. É neste contexto que, fruto da amizade entre três romancistas<sup>261</sup>, surge um dos movimentos literários contemporâneos mais importantes da história (Camilo, 2016): a *Beat Generation*. A expressão

---

<sup>260</sup>In “Diário de Lisboa” n.º12977, 24/01/1959.

<sup>261</sup>Jack Kerouac, Allen Ginsberg e William Burroughs.

que dá nome ao movimento surge no início da década de 1950 no seio de uma conversa entre Jack Kerouac - a quem pertence a paternidade da mesma (Buin, 2010:98) - e John Clellon Holmes, conversa na qual discutiam a natureza das gerações e o *glamour* da “geração perdida” de Hemingway (Ginsberg, 2017). Para Kerouac, esta era, na verdade, a “geração beat”, o que acabou por levar Clellon Holmes a publicar um artigo viral na revista do *The New York Times*, em novembro de 1952, intitulado “*This Is The Beat Generation*”<sup>262</sup>. De forma resumida, esta diz respeito a um grupo específico de escritores americanos dos anos 50, em especial aos poetas associados à divulgação da chamada *beatnik poetry* e a um estilo muito próprio, caracterizado por uma gíria ligada à música *jazz*, o que originou importantes repercussões na cultura popular de então (“Beat Generation”, s/d). Nas palavras do seu próprio precursor,

“tratava-se de uma geração de tipos a par de tudo, brilhantes e loucos, que de repente se ergueram para percorrer a América. Eram sérios, curiosos, vagabundos e faziam paragens em todos os pontos do caminho, em farrapos, tranquilos, de uma hedionda beleza latente na sua graça e originalidade”<sup>263</sup> (Kerouac, 1958 *apud* Buin, 2010).

Estes partilhavam a paixão pela escrita, sendo que as suas produções e pensamentos chegavam a toda a população norte-americana da época, ainda que fossem direcionadas, em particular, “para a nação das pessoas esquecidas e ignoradas pela sociedade, era para aqueles que a sociedade não via e que de certa forma representavam uma das facetas escondidas dos EUA da altura”<sup>264</sup> (Camilo, 2016). Este era, assim, um grupo unido contra a sociedade de então, sendo apelidado de “movimento literário dos inconformados” (Ramos, 2017), ainda que a sua ideologia dominante fosse “o *carpe diem* perfeito, o aproveitar o momento sem preocupações com o passado ou futuro” (*Ibidem*). Porém, o movimento dava voz às preocupações de uma geração que se via reprimida e aprisionada por uma sociedade dita perfeita. Neste contexto, de referir que os escritores da *Beat Generation* exploravam “temas como a rejeição dos valores tradicionais, a condição humana, o uso de drogas e a liberdade sexual”, sendo que os seus ideais “acabaram por marcar profundamente a cultura norte-americana das décadas de 1950 e 1960” (Cipriano, 2017).

---

<sup>262</sup>Consultar Asher (1994) – *link* disponível na bibliografia da presente dissertação.

<sup>263</sup>Excerto de um artigo de Jack Kerouac publicado na *Esquire magazine*, edição de março de 1958.

<sup>264</sup>Dava-se início, assim, à chamada contracultura, sendo que “a mensagem deste movimento literário - e não só – alterou a visão de muitas pessoas sobre o mundo em que viviam e sobreviviam” (Camilo, 2016).

Apelidada de “maçonaria dos melancólicos” (A., 02/60, p.71) em busca de uma liberdade, a *Beat Generation*<sup>265</sup> é-nos descrita pela *Almanaque* como um fenómeno cultural americano que dá os seus primeiros passos na Europa e que começou por ser conquistado através dos romances de Jack Kerouac<sup>266</sup>. “Mas que é então a Beat Generation? Romantismo desesperado, sentimento do absurdo, amoralismo, tudo isso a caracteriza” (*Ibidem*), tal como a geração posterior à Primeira Grande Guerra. Era, portanto, a “nova Geração Perdida” (*Ibidem*) que, para além da literatura, também se destacava pelo estilo de música que ouvia (o *jazz*) e pela associação a certos ícones da sétima arte da época<sup>267</sup>. Esta geração representava, no fundo, “uma revolta contra o passado e o futuro, contra todos os princípios burgueses; mas uma revolta desesperada, não a revolta de homens que têm ilusões, mas a revolta de homens que em nada acreditam” (*Ibidem*). Nesta o protagonista é “o rebelde sem causa, [o] místico sem fé” (*Ibidem*), sendo este tipo de jovem apelidado de vagabundo, ainda que por entre o seu desespero transpareça alguma ternura e afeto. Porém, a sua crescente popularidade fez com que a opinião pública americana recorre-se à “expressão *beat generation* para designar os heróis da delinquência juvenil, os *teddy-boys europeus* (...)” (*Idem*, p.72). Contra tal insurge-se Kerouac, chegando a “pronunciar conferências em Universidades” (*Ibidem*). Além disto, o romancista também insistia “na necessidade da *Beat Generation* encontrar uma fé (*Idem*, p.73), pensando ele que era esta a característica que marcava esta nova vaga, no sentido em “que toda a insatisfação, todo o cinismo que nela havia era na forma desesperada de buscar uma crença firme que só uma verdade transcendente poderia alimentar” (*Ibidem*).

Contudo, segundo a revista, a fama desta nova geração, explicava-se pelo facto de os americanos apreciarem a rebeldia, ao contrário dos europeus – apesar de estes manterem uma relação de amor-ódio pela cultura americana, tentando imitá-la nalguns pormenores e avanços. “Mas na América, onde assistimos ao desabrochar de todas as forças hostis à civilização, uma onda de estupidez brutal e de culto pela ignorância apresenta muito mais séria ameaça para o futuro, pois é a própria civilização que está em jogo” (*Idem*, p.76), sendo a *Beat Generation* um movimento cultural muito significativo e que não podia ser ignorado. Contudo, enquanto os seus escritores tentavam “redefinir a cultura”, a delinquência dos jovens ia-se afirmando devido à “falta de orientação da cultura média americana [de então]” (*Ibidem*). A este propósito, destaque-se a visão de William Burroughs, para quem “a

---

<sup>265</sup>De referir que, segundo o artigo em análise, “em 1934 o termo *beat* significava vagabundo, melancólico... Designava gente sem morada fixa, que dormia debaixo das pontes” (A., 02/60, p.72).

<sup>266</sup>Sendo o *On the road* “a bíblia da *Beat Generation*. Uma bíblia mal interpretada, de resto...” (A., 02/60, p.72).

<sup>267</sup>Destacam-se nomes como James Dean, ícone da rebeldia e angústias da juventude americana daquela década.

importância literária do movimento *beat* não é talvez tão evidente como a sua importância sociológica [...]. Trata-se de um fenómeno sociológico de uma enorme importância e [...] é um fenómeno global” (Burroughs, 1969 *apud* Buin, 2010:100).

Apesar de a *Beat Generation* não ter sido um grande movimento no que toca a números, em influência e *status* cultural foi mais visível do que qualquer outro movimento esteticamente concorrente, tendo um impacto duradouro na estrutura da sociedade americana moderna, apesar de ter desaparecido tão rapidamente quanto surgiu (Rahn, 2011). Contudo, esta é uma geração que nos fica “gravada na memória, como um grupo que teve a coragem para ser ele próprio, uma geração intelectual, ousada, crítica, um bando de loucos, revolucionários, sábios, autoconscientes, onde a indisciplina persistia vezes sem conta, onde não há obstáculos, mas há uma estrada...” (Camilo, 2016).

#### **4.2.3. Blousons noirs no feminino**

“Paris preocupa-se. Estocolmo preocupa-se” (A., 03/60, p.74). Algo estava a mudar, alertando-se para um crescente fenómeno no feminino: os *blousons noirs* começavam a preocupar algumas cidades europeias, já que, dantes, “as raparigas tinham um papel apagado, acompanhavam-nos medrosamente, e nada mais. Mas qualquer coisa está a passar-se – dizem não só os inspectores da polícia como os psicologistas encarregados de seguir os movimentos e tendências da juventude” (*Ibidem*). Tal deve-se ao facto de as jovens raparigas se aproximarem do rapaz de cabelo e patilha comprida, sem qualquer encanto aparente. Mas mais, fala-se da busca por novos ideais de beleza, muito afastados de uma Brigitte Bardot ou de uma Marilyn Monroe. Se, por um lado, “elas continuam a usar vestidos que realcem a graça feminina”, por outro lado, “estabeleceram uma série de proibições” (*Ibidem*): já não usam um batom vermelho nos lábios e optam por maquilhagem escura nos olhos, dando-lhes um traço oriental. Quanto ao cabelo, gostam de lhe dar “um ar voluntariamente descuidado” (*Ibidem*). Toda esta transformação parecia não ser compreendida pelos pais. A este propósito, o artigo realça a jovialidade das mães do final da década de 1950, sendo muito bonitas, por sinal, uma vez que “os produtos de beleza conseguem conservar-lhes a juventude e a graça” (*Ibidem*). Muitas destas mulheres eram, *inclusive*, mais bonitas que as próprias filhas, o que podia levar ao surgimento de uma rivalidade que, possivelmente, estaria na origem do encanto pelos *blousons noirs*: a filha deseja “dominar não um único rapaz, mas vários; [deseja] que

eles lutem por ela, que lhe demonstrem que o seu êxito é superior ao da mãe” (*Ibidem*). No seguimento, fala-se de falta de autoestima, de dúvidas quanto à própria beleza. A par disto, não tinha a atenção do pai, o qual apenas se dedicava à esposa. Assim sendo, a jovem “abandonada [...] dedica-se a dirigir um gang de blousons noirs” (*Idem*, p.76), o qual lhe obedece. E aqui se encontra a grande novidade revelada pela polícia francesa: o facto de, na maioria dos casos, serem raparigas a liderar “os grupos de rapazes desordeiros. E assim elas obrigam-nos a disputá-las” (*Ibidem*). Esta disputa podia envolver roubos, violência física, entre outros recursos, como automóveis.

O artigo demonstra a preocupação pela tendência crescente deste fenómeno em vários países da Europa, como a França, Alemanha e Suécia, fenómeno ao qual se apelida de “invasão” (*Ibidem*). Como solucioná-lo? A resposta parece estar nas lidas domésticas e na paz do lar: “«Desviemos a actividade das raparigas para as tarefas caseiras. Elas curar-se-ão dos blousons noirs no dia em que tiverem um irmãozinho nos braços. A ternura que está escondida no fundo delas virá então à superfície. Os pais têm de lhes fornecer um lar, um lar autêntico»” (*Ibidem*), argumentava um padre francês citando uma carta escrita por uma jovem de 17 anos. Esta enaltecia o dinheiro e desvalorizava o amor, ainda que tivesse em mente que o casamento era inevitável mas, “antes uma vida terrível com um marido rico, do que uma vida aparentemente bela com um marido pobre...” (*Ibidem*). Mais ainda, se os homens procuravam beleza, mulheres belas, porque não haveriam elas de procurar o dinheiro deles em vez de a eles mesmos? Estas não confiavam no amor e, para tal acontecer, teria de se recomeçar tudo desde o princípio, sendo que tal retrocesso não se faria sem o apoio dos pais, apoio este ausente, de momento.

Descreve-se, portanto, uma “«nova vaga»” (*Ibidem*), um conjunto de mulheres que lideram grupos de jovens em rutura e discórdia perante a sociedade de então<sup>268</sup>, jovens que ouvem “o «Rock’n roll» violento, de estilo Elvis Presley, Bill Halley, barulhento e sacudido” (A., 11/59, p.119). Mas, se, “para ele, a força de um chefe, de um camarada, importa mais do que a presença de uma moça” (*Ibidem*), o que aconteceu para, agora, esse chefe ser do género feminino? A resposta é simples: a rutura geracional e os movimentos culturais também emergiam na juventude feminina. Relembre-se a descrição da “«tricheuse»” (*Idem*, p.122-123), uma jovem parisiense que ouve “o «rock suave»” (*Idem*, p.123) e que, “por vezes anda um pouco à margem dos grupos de «tricheurs» e de «blusas negras». Só entra neles quando se

---

<sup>268</sup>É importante referir que a ideia de “novo” como eminentemente positivo entra em voga na década de 1950 e permanece na seguinte.

torna a «moça» de um dos seus membros” (*Ibidem*). Esta era a rapariga que, tal como o seu herói James Dean vivia completamente livre, também ela desejava que todos (e todas) assim vivessem. A este propósito, refira-se que, segundo Maria Manuela Tavares (2008), os anos 60 ficaram marcados por uma grande aspiração pela igualdade de direitos entre os sexos, fruto da segunda vaga dos feminismos<sup>269</sup>, a qual influenciou, sobretudo, as mulheres da América e da Europa Ocidental. Em Portugal, contudo, não se verificou o mesmo eco, uma vez que o país estava envolto numa luta antifascista que “continuava a absorver as energias de muitas mulheres e onde as dimensões de classe e género não se conseguiram encontrar nessa mesma luta” (Tavares, 2008:123-124).

#### 4.2.4. “A indústria americana descobre a juventude”<sup>270</sup>

Neste artigo destaca-se que já não se olha para os jovens americanos com indiferença, ao contrário do que acontecia até então: se dantes importava o gosto e preferências dos pais, agora interessava o dos seus filhos, os quais conquistavam a sua independência económica cada vez mais cedo. Este era um problema que a Europa ainda não tinha encarado verdadeiramente, ao contrário da América que o analisava com atenção. No seguimento, descrevem-se os *teenagers*, adolescentes dos 13 aos 19 anos de idade, como sendo “um grupo social bem diferenciado” (A., 12/59, p.142), com dinheiro, o que lhes confere liberdade e faz com que as indústrias americanas dirijam diretamente a estes os seus mais variados tipos de publicidade, incluindo a que faz alusão ao tabaco e à coca-cola. E porquê? Estes são jovens com “fúria de viver” (*Idem*, p.143), a tal juventude furiosa de que nos falava o número anterior da *Almanaque*, que se desinteressa pela religião ou política, preferindo o cinema e o *rock’n roll*. A juventude era, agora, “um grupo económico” (*Ibidem*). Contudo, destaca-se que “essa nova realidade não é um fenómeno puramente americano: observa-se já na França, na Grã-Bretanha, na Alemanha!” (*Ibidem*) - não fosse a apropriação da cultura e dos ícones americanos uma tendência crescente nos países europeus.

De facto, nos anos 50, “para muitos, parecia indispensável recorrer ao saber e ao poder dos americanos, mas se as coisas não eram perfeitas na América pareciam, pelo menos, associadas a possibilidades ainda inimagináveis na Europa” (Bagagem, 2008:17). A América

---

<sup>269</sup>“A segunda vaga dos feminismos centrou-se na autonomia do sujeito-mulher, na sua liberdade de escolha em todos os campos: da profissão, ao amor, à sexualidade” (Tavares, 2008:119).

<sup>270</sup>(A., 12/59, p.141-143)

surgia associada a uma sociedade de abundância, onde cada um tinha o que mais desejava sem entraves e fruía de tudo com prazer. Pode considerar-se que “foi precisamente o consumo e a cultura de massas que proporcionou uma nova forma de vida mais estável, uniforme e próspera, autoproclamada um *american way of life*” (*Idem*:18). Ocorreram, de facto, transformações sociais, sobretudo no que toca ao consumo de bens, o qual deixou de ser um privilégio para poucos para ser, a partir de então, acessível a uma larga maioria da classe média, na qual se incluíam (progressivamente) muitas mulheres. Verificou-se, pois, o que Ana Rita Bagagem (2008) denominou de revolução social, a qual, apesar de ter tido origem nos EUA, alastrou rapidamente, já que “na maior parte do globo as mudanças foram igualmente súbditas e sísmicas” (Hobsbawm, 2002 *apud* Bagagem, 2008:18), ainda que tenham sido sentidas de formas e em momentos distintos. Quanto à Europa, via a América como modelo inspirador, modelo a seguir, sendo hegemonicamente influenciada por ele, sobretudo a nível cultural. O continente americano “era, em suma, uma espécie de farol cuja luz chegava ao outro lado do Atlântico, transformando o *american way of life* no ícone dos europeus”<sup>271</sup> (Bagagem, 2008:19).

Destaque-se, ainda, que, segundo António Barreto (1996), em Portugal, nos anos 60, as mudanças sociais precederam mudanças mais comuns, como as históricas e as políticas, sendo de destacar uma aproximação aos padrões de outros países ocidentais. Neste contexto, lembrando o dualismo sociológico de que nos fala Adérito Sedas Nunes (2000a), refira-se que, segundo o autor, à época denotava-se uma abertura ao exterior, isto é, da sociedade portuguesa à comunidade além-fronteiras, não só pelo fluxo de informação, de pessoas e bens, como, também, pela abertura das mentes, sendo que “os *horizontes mentais* de um número crescente de indivíduos alargam-se para além das fronteiras políticas” (Nunes, 2000a:51). Aqui estão englobados os tipos de comportamentos, os objetivos e ideais de vida, novas aspirações, etc. Ou seja, à época, sobretudo para os jovens, ocorria “como que uma progressiva diluição ou evanescência das fronteiras enquanto limites sociais e culturais – enquanto cintura de um quadro *fechado* de vida, trabalho e pensamento da comunidade” (*Ibidem*).

---

<sup>271</sup>Para mais informações sobre a relação entre cultura juvenil e sociedade de consumo, cf. Bebian (2003).



#### 4.2.5. “Juventude (para análise) esquartejada”<sup>272</sup>: onde o jornalismo se encontra com a literatura

Adaptado de uma reportagem de Robert Cardier<sup>273</sup> e escrito na primeira pessoa, este é um exemplo de conteúdo da revista *Almanaque* que se aproxima das opções do *New Journalism*<sup>274</sup>. Através de sucessivas descrições muito pormenorizadas e adjetivadas<sup>275</sup>, conferindo-se bastante realismo à história, aborda-se o que se considerava ser a crescente delinquência juvenil americana. Como se de um verdadeiro conto se tratasse, esta reportagem dá a conhecer um grupo de jovens de Washington que vive num “Retiro” (A., 05/60, p.107). O narrador é a principal voz ativa, a par de diálogos em discurso direto que vão sendo incluídos ao longo da narrativa. Como vem sendo hábito nas descrições sobre grupos de jovens pautados como delinquentes, este “Retiro” também surgiu pela vontade de atingir uma independência. Turco, o líder do grupo, não quer “trabalhar como toda a gente”, restando-lhe “ser proprietário” (*Idem*, p.108) da cave repleta de inúmeras celas onde os jovens vivem. O cabecilha enumera as mudanças no contexto social e cultural americano, que “os coffee-shops atraem numerosos artistas, intelectuais e ociosos de Nova Iorque”, enquanto os cafés se enchiam de jovens, “quase todos com óculos escuros” (*Ibidem*). Realça-se a incompreensão dos pais para com a rebeldia e liberdade dos seus filhos, castigando-os através de violência física, o que os fazia sair de casa de vez. Mas a violência também marcava o dia-a-dia dos jovens, os quais eram marcados por encontros de rua entre diferentes grupos, encontros nos quais se travavam combates com recurso a um vasto tipo de armas.

Destes grupos também faziam parte algumas raparigas, como é exemplo a personagem Mary, namorada do líder Turco, que lamenta os sonhos e desejos perdidos pelo caminho, ao mesmo tempo que lembra os seus amores e desamores. No seguimento, o narrador é convidado por uma outra rapariga, Nathanaël, para uma ida a um recital de poesia<sup>276</sup>, no qual existia um letreiro com a indicação “«Poetas da Beat Generation»” (*Idem*, p.109). Durante o recital, em jeito de sátira dirigida à polícia, apresentava-se “«o que há de melhor em Nova

---

<sup>272</sup>(A., 05/60, p.106)

<sup>273</sup>Apesar da pesquisa empreendida, não foi possível ter acesso a informações biobibliográficas do autor.

<sup>274</sup>Consultar o primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>275</sup>“Caminha docemente apoiado à sua bengala, muito orgulhoso da sua pessoa. Tem o ar dum toureiro que entra na arena. Parece-se com uma rosa negra muito direita no seu caule” (A., 05/60, p.109).

<sup>276</sup>“Os «poetry readings» estão na moda. Eles fazem parte da «night life» de Nova Iorque, como Frank Sinatra. [...] «Os maiores poetas de Greenwich Village. Os sucessores de Maxwel Bodenheim, os autênticos beatniks...»” (A., 05/60, p.109) – “Beatnik” é uma palavra atribuída por Herb Caen da San Francisco Chronicle em Abril de 1958, no seio da atenção dada pelos media à Beat Generation” (Enck, s/d) – tradução livre.

Iorque»”(Ibidem). Segue-se uma sessão de *jazz*, madrugada dentro, soltando-se gritos por detrás de óculos escuros. Mas era preciso pagar para ouvir música, o que revolta Turco e o seu grupo, sentindo-se perseguidos, o que os obriga a estar “cada vez mais enterrados na Terra!” (Idem, p.110). Todos pareciam dificultar a vida aos membros do “Retiro” que decidem partir para “uma grande aventura: partir para o México. O México, a ilusão da Terra Prometida!” (Ibidem).

Ao longo desta reportagem sinaliza-se mais um caso de rutura geracional entre os jovens dos anos 60, dando-se a conhecer uma minoria, um grupo que vivia isolado da sociedade pelo facto de esta, aparentemente, não o compreender. Para tal descrição muito contribui o recurso a um apelo ao humanismo e ao imaginário do leitor, conferindo-se muito realismo ao texto narrado, através da utilização de recursos literários e jornalísticos, em simultâneo, sendo a subjetividade e o olhar do narrador/jornalista presença assídua e constante ao longo de toda a reportagem.

#### **4.3. Boémia daqueles e de outros tempos: imaginação e saudade**

Além do destaque conferido à crescente afirmação da juventude e às ruturas geracionais, bem como à importância da música como fator de afirmação da cultura juvenil nos anos 60, a *Almanaque* inova pelo papel que deteve no processo de abertura ao exterior ao alimentar e fomentar um imaginário além-fronteiras, oferecendo ao leitor inúmeras viagens ao desfrutar de parte dos seus artigos. Se na secção “Latitudes da Felicidade” dá a conhecer as realidades e hábitos de jovens raparigas de diferentes nacionalidades, a secção “Boémia destes tempos” traz consigo um pouco do que eram, à época, as formas de divertimento, sobretudo noturnas, de várias cidades do mundo - Londres, Tóquio, Paris e Nova Iorque – e de como estas divertiam quem por lá passava. Esta é uma coletânea de artigos muito críticos, descritivos e bastante ilustrados com fotografias que, ora preenchem páginas intercalares, ora acompanham o texto. Ao longo da secção, descrevem-se, sobretudo, maneiras de divertir ligadas às diferentes formas de arte e de cultura, nomeadamente a hábitos e costumes culturais<sup>277</sup>.

---

<sup>277</sup>A este propósito, refira-se que a ideia de “boémia”, muito mais antiga, passa a integrar como que uma espécie de construção de sociedades ou espaços sociais alternativos.

Começa por dar-se a conhecer os *pubs* e *night-clubs* londrinos, sendo que “um dos aspectos mais curiosos da mentalidade inglesa no que diz respeito aos divertimentos consiste nos modos diversos de se comportarem consoante se encontram na pátria ou no estrangeiro” (A., 10/59, p.72). Contudo, destaca-se que ambos são marcados por tristeza e melancolia. Já em Tóquio, o amor é o principal divertimento, ainda que os seus habitantes gastem 40% dos seus ordenados em diversão, sobretudo em teatros ou *night-clubs*. Além disto, os japoneses têm na leitura uma grande paixão, vão ao cinema e gostam de desporto. Quanto à cidade, “as luzes são mais violentas/ que na Broadway/ os espectáculos mais audazes que em Paris” (A., 11/59, p.54). Esta transforma-se “num grande teatro” (A., 12/59, p.145) quando escurece, uma vez que os bairros que durante o dia conhecem um ritmo de vida sossegado, à noite vivem um verdadeiro espetáculo. E aqui entram as influências americanas: a acompanhar a chegada da coca-cola e as máquinas de discos, o “«strip-tease»”<sup>278</sup> (*Idem*, p.146) invadia as noites parisienses.

Ao mesmo tempo, também se descrevem os mais caros *night-clubs* da cidade como locais para se usufruir de um “ambiente luxuoso e tranquilo onde se pode comer com uma companhia agradável, onde se pode dançar e ouvir música, onde se pode descansar das preocupações quotidianas (pelo menos até ao momento em que o criado traz a conta)” (*Idem*, p.147). Mas Paris contava com muito mais motivos de atração, entre os quais os restaurantes típicos, sendo que, obviamente, o leque não se esgota nesta descrição: “basta dizer que em Paris há, permanentemente, 50 teatros, 500 cinemas, 80 «cabarets», 2 circos” (*Idem*, p.148). Contudo, indo de encontro à ideia de variedade nas formas de diversão, no último artigo da secção destaca-se que “para onde quer que se vá, o repertório de vulgaridade e tédio é o mesmo” (A., 01/60, p.128).

Este é o mais crítico dos quatro artigos da secção, começando por culpar os *media* por uma standardização das formas de divertir, reduzindo distâncias e diferenças: “Os novos meios de comunicação fizeram com que o mundo se tornasse um único e grandioso país. E isso significa que o clima dos divertimentos nocturnos, pelo menos nos seus aspectos mais superficiais, não varia muito de uma metrópole para outra” (*Ibidem*)<sup>279</sup>. Desta feita critica-se o rápido progresso no que toca a comunicações e à divulgação de informação, resultando em

---

<sup>278</sup>“Os espectáculos de «strip-tease» são dedicados aos homens. Mas é justo que as senhoras também tenham a sua palavra. Alguns espectáculos terminavam assim: «E agora, para vós, minhas senhoras...»” (A., 12/59, p.148) – e aparecem homens de pijama às riscas, conforme ilustra uma fotografia na revista, ironizando ao caracterizá-los como sendo elegantes.

<sup>279</sup>Relembre-se que já antes, na nota de abertura do número de novembro de 1959, se acusaram os meios de comunicação pela falta de sossego existente – consultar o terceiro capítulo desta dissertação.

apropriações e imitações do que existe noutras cidades dos mais variados cantos do mundo, tornando-o bem mais pequeno e comum em diferentes aspetos. Este era como que um prenúncio de uma aldeia global no que tocava a formas de divertir e à variedade de formas de arte e de cultura que se oferecia ao público. Porém, destaca-se a América como exemplo de diferença, que atrai, ainda que se questione essa mesma atração que se diz ser traiçoeira: contradizendo a tal uniformização dos divertimentos, Nova Iorque parece ser a fuga e a opção para quem procura fingir que se diverte. No entanto, encontra “dois caminhos extremos: a originalidade que roça a má educação e a sujeição a um estereotipado formalismo” (*Ibidem*). Apelidando-se a cidade como “um lunaparque<sup>280</sup> gigante e colorido”, realça-se o que nesta existe “de único, de incomparável”, isto é, uma “autêntica orgia de electricidade que aí reina, a explosão de luz que transforma a cidade” (*Ibidem*) no tal “lunaparque” que intitula o artigo. Neste existe uma “variedade extraordinária dos seus aspectos [que] se traduz numa extraordinária beleza” que envolve a multidão, a qual procura “nas margens desse grande rio de luz” que é a Broadway “queimar nesse fogo todas as desilusões, todas as paixões que atormentam” (*Ibidem*). Tudo isto atrai, sobretudo visitantes, “forasteiros<sup>281</sup> [...] com o secreto desejo de conhecer os frutos proibidos” (*Ibidem*) durante o pouco tempo em que permanecem na cidade<sup>282</sup>.

Ali encontram uma variedade soberba de locais onde ir pela noite, de diferentes tipos de espetáculos, do *ballet* aos concertos, do teatro à ópera, dos cinemas às piscinas e pistas de gelo, entre muitos outros. Se assim o quiserem, também durante o dia poderão divertir-se com “a possibilidade de visitar as numerosas exposições de pintura, e os museus. E quanto aos restaurantes, há-os de todas as espécies!” (*Idem*, p.131). Os únicos dissabores serão as surpresas desagradáveis aquando do pagamento da conta na ida a um restaurante, por exemplo, sendo necessário saber previamente onde comer e beber. Porém, destaca-se que até para evitar estes problemas Nova Iorque tem solução ao colocar à venda “numerosos guias que [...] indicam com segurança os preços mínimos de consumo” (*Ibidem*), além de indicarem datas em que se pode assistir a um espetáculo de forma gratuita. Assim sendo, é possível “assistir a uma representação de primeira ordem e grátis de Shakespeare! E a uma

---

<sup>280</sup> Pode definir-se como casa de eventos e/ou diversões, neste contexto.

<sup>281</sup> “Quem são, pois, esses forasteiros que alimentam essa serpente de luz que zigzagueia ao longo da cidade? São comerciantes, agentes, na maior parte dos casos, de grandes empresas. Vêm estudar sistemas de venda, vêm saber notícias de novos produtos. O dinheiro que gastam não é dele, afinal” (A., 01/60, p.131).

<sup>282</sup> Uma vez que os nova iorquinos têm interesse em vender a esses forasteiros as suas novidades no que toca a mercadorias e conseguir que se tornem clientes habituais, convidam-nos “para toda a espécie de divertimentos. São esses frequentadores que, em grande parte, mantêm activa a vida nocturna de Nova Iorque” (A., 01/60, p.131).

sessão de cinema, a um concerto, a uma conferência...” (*Ibidem*). Assim descrito, tudo ali parece perfeito, verdade? Um *american way of life* de sonho! Mas não o é, reiteram os redatores da *Almanaque*: não descurando da sua veia questionadora, alertam para a “triste ilusão” (*Ibidem*) de que sofrem todos quantos associem aos grandes divertimentos de Nova Iorque bom gosto e que a um bilhete ou valor de consumo mais caro corresponda necessariamente um grandioso espetáculo ou uma refeição mais saborosa.

Este é, assim, mais um exemplo de crítica figurada e audaz à supremacia da América e das suas formas de cultura, as quais iam sendo importadas pela Europa. Mas mais, à época, “o ritmo actual das coisas, um progresso arrepiante, uma total transformação de costumes” modificava o século corrente, “com os telefones e os aviões a encurtarem distâncias” (A., 12/60 – 01/61, p.163), recordando-se, com saudosismo, o anterior século, do qual muito havia para contar e onde todos se divertiam de outra forma. A ele se regressa dedicando-se toda uma secção alusiva à “Boémia de Outros Tempos”, numa viagem a um passado que se quer presente, num conjunto de extensos artigos com caricaturas cómicas e pitorescas, relembando-se a Lisboa do século XIX, as suas diferentes formas de divertir, das artes ao entrudo, às mulheres como causa de muitas aventuras, através de pormenorizadas descrições, sempre com sentido de humor.

Descrevendo-se a capital portuguesa do final do século anterior, no primeiro artigo da secção enumeram-se diferentes formas de divertimento, bem longe das atuais, à época, numa longa “série de anotações” (A., 10/59, p.78) que relembra os cursos de carnaval, bailes de máscaras e os poucos desportos existentes. Já no número de novembro de 1959 tece-se críticas às mudanças urbanas da cidade de Lisboa, reiterando-se que “o velho Passeio Público que cedeu cavalheirescamente o seu lugar à actual Avenida da Liberdade, há pouco esventrada pelas exigências do próximo Metropolitano, tinha forçosamente de figurar em lugar de destaque nestes apontamentos sobre a boémia de outros tempos” (A., 11/59, p.61). O primeiro, com meio quilómetro de comprimento, constituía o único meio de divertimento ao ar livre. Era “o ponto de recreio de toda a Lisboa” (*Ibidem*), sendo que o aparecimento do gás e das iluminações devido à grande descoberta da eletricidade assustava os alfacinhas. Sucederam-se festas com fogo-de-artifício trazido de França. No entanto, a partir de 1862 estala a polémica: começa-se a demolir vedações e a cortar árvores para que Marquês de Pombal dê lugar a uma Avenida cheia de automóveis, trânsito, azáfama, mas que era “indiscutivelmente a sala de visitas de Lisboa” (*Ibidem*). Porém, os leitores da *Almanaque* não podiam imaginar ou quantificar “os episódios engraçados que se passaram naquele aprazível

refúgio lisboeta” (*Idem*, p.64), nem como eram “entusiásticas e vibrantes [...] as touradas antigas que [...] muitos recordam com saudade. Muito havia ainda a dizer destes espectáculos tão do agrado do público [...]” (A., 02/60, p.95), nos quais participavam ilustres escritores – como Alexandre Herculano e Almeida Garret – juntamente com ilustres personalidades da nobreza da altura – como reis e condes.

Era com a Páscoa que se dava início “a essas tardes de toureio” (A., 04/60, p.81). Contudo, destaca-se que esta é uma quadra de cariz religioso, fazendo-se referências a uma procissão e personagens bíblicas, bem como ao facto de, à semelhança do Natal, esta dever ser festejada em família, tendo as crianças um lugar de destaque, sendo o objetivo daquele “singelo artigo de saudade, evocar nomes que ainda têm descendentes e que recordarão os seus antepassados que fizeram época, deixaram episódios curiosos, agitaram a vida morna da Lisboa do século passado” (*Ibidem*). Esta esquentava (e muito) com o entrudo, já que “a população de Lisboa parecia endoidecer nessa quadra” (A., 05/60, p.93), espírito e rebeldia que também se perdeu com o tempo, sendo, à época, “pouco mais que uma insistência do almanaque” (*Idem*, p.97). Sobre o povo, os franceses diziam ser sempre alegre, prazenteiro<sup>283</sup>, tendo em conta a “tradicional bonomia do povo português. Na verdade, as classes pobres procuram nas diversões o esquecimento das suas necessidades” (A., 06/60, p.66), para o qual ajudam as peças de teatro, por exemplo.

Em plena véspera de Santo António, recordam-se como tinham sido vividas as festas dos santos populares do século passado, não sendo “da parte erudita que esta secção pretende tratar. É apenas das pitorescas homenagens que a Nobreza e o Povo tributavam aos Santos de Junho” (A., 05/60, p.66), uma época que agora estava “reduzida a pequenos arraiais nos bairros populares de Lisboa” (*Idem*, p.68). Já em julho, não se ia a banhos como nos anos 60 do século XX. Além da falta de higiene das praias portuguesas do anterior século, essa era uma atividade exclusiva de uma certa elite, até porque “os chamados banhos do mar, eram na sua maioria tomados por indicação médica. O luxo das praias e a sua frequência por todas as classes, que hoje tanto se generalizou, começou muito mais tarde” (A., 07/60, p. 44). No entanto, como diriam os franceses, “os portugueses, com as suas preocupações normais e a braços com todos os problemas da vida, não abdicam de se divertir, sempre que podem” (A., 08/60, p.64).

---

<sup>283</sup>“Les portugais sont toujours gais, dizem os franceses [...]” (A., 05/60, p.66).

Além de se comer bem em Portugal, país de “doçarias afamadas” (*Ibidem*), enumeram-se os divertimentos populares como feiras ou corridas de cavalo como opções do século passado, contrariamente ao que sucedia na atualidade em que se escreve a revista *Almanaque*: “Os lisboetas de hoje, na sua maioria, têm o futebol como principal diversão e as lisboetas vão ao cinema divertir-se com os galãs importados da América” (*Idem*, p.66). Mais uma vez surge a crítica aos ícones da cultura americana, à apropriação crescente dos seus fenómenos e formas de ser e de estar. Tal como na secção “Boémia destes tempos”, culpa-se o progresso pelas mudanças ocorridas: “Um século modificou por completo a vida do mundo em geral e de Portugal em particular. O progresso alterou hábitos, criou novos divertimentos e deu à cansada e turbulenta humanidade, sensibilidade diferente” (*Ibidem*). De forma subtil mas mordaz, ao mesmo tempo, anunciam-se essas mesmas mudanças, as apropriações, as tais distâncias que se encurtaram e que permite a uma portuguesa conhecer um galã americano através da grande tela.

Depois de, em setembro de 1960 se elevar o café como tentação antiga do lisboeta e o café como espaço privilegiado onde “se tratam de variados negócios, se discute a vida alheia, se critica a política ou combina passeios” (A., 09/60, p.95), em outubro volta-se a criticar o progresso, descrevendo-o como “o algoz cruel do pitoresco” (A., 10/60, p.54), ou seja, o carrasco daquilo que deveria ainda estar vivo e contribuir para a devida pintura do que eram as figuras e os costumes peculiares do século passado e que os redatores da *Almanaque* tanto preservam e recordam com saudade, uma vez que “o progresso liquidou todas estas figuras que davam um cachet especial a esta Lisboa que tanto se modificou num século de vida” (*Idem*, p.57).

Para fechar a secção, os dois últimos números da revista que se dedicam a recordar a “Boémia de Outros Tempos” destacam os teatros e os atores do século passado: realçando-se que “Portugal foi sempre um país atreito a divertimentos teatrais” (A., 11/60, p.68) e que “os grandes boémios [...] pululavam no teatro” (A., 12/60 – 01/61, p.161), alerta-se para a diferença entre talento e boémia, tecendo-se, mais uma vez, críticas ao progresso, enaltecendo-se o passado, já que “o espírito boémio que hoje pode considerar-se perdido, era excitado pelo ambiente actualmente desaparecido. As patuscadas nas hortas, o Entrudo turbulento e as estúrdias nocturnas, agora pouco mais dão do que saudosas quadras do fado” (*Ibidem*).

Ao longo dos vários artigos da secção analisada podem identificar-se algumas características associadas ao *New Journalism*: para além da extensa descrição de locais e pessoas, de destacar a escrita na primeira pessoa do plural com um narrador presente e subjetivo, que transporta o leitor para o que narra, sempre com muito realismo, para o qual contribuem as partes da narrativa em discurso direto, como se de uma verdadeira novela realista se tratasse e na qual se cruzam diferentes enredos. Esta é uma secção que funciona, no fundo, como uma coletânea de contos sobre o passado, sobre os seus lugares, as suas personagens e efemérides, ainda que estes sejam, efetivamente, denominados de artigos, todos eles assinados por Lourenço Rodrigues.

O autor alerta, logo no primeiro texto, que, naquele “ano da era atómica onde [a] mocidade salta vertiginosamente do rock’n roll para as extravagâncias do hula-hula, não se calcula o que era a boémia do século passado, nesses bons tempos em que a mocidade muitas vezes ultrapassava triunfalmente os setenta anos [...]” (A., 10/59, p.74). Ou seja, explicita-se, de forma clara, o saudosismo que envolve toda a secção, ao longo da qual se enaltecem os costumes e divertimentos do século XIX como verdadeiros sinónimos de felicidade, sendo impossível, à época, recriar o ambiente boémio da Lisboa desse tempo.

Por último, a par de uma extensa descrição de distintas latitudes, dos movimentos, mudanças e novidades culturais que iam influenciando os jovens naqueles anos, a *Almanaque* aplaude o passado e recrimina os avanços científico-tecnológicos e os progressos nas formas de comunicar e divulgar informação por reduzirem o mundo, as suas distâncias e diferenças à vulgaridade e tédio que diz marcar as cidades e os divertimentos dos anos 60. Emerge, portanto, uma contradição clara que coloca de um lado o fascínio pela novidade, mudança, progresso e pelas grandes cidades do mundo e, do outro, a crítica à sociedade de consumo, a qual está bem patente na última secção analisada. Esta condena o consumismo das massas, as quais seguiam as novas tendências e se deixavam levar por ícones e estilos de origem americana, condicionando a liberdade de quem as seguia.

Para concluir, destaque-se que

“a experiência dos anos 60, em Portugal, como em grande parte do mundo, não é tão importante pela memória que invoca quanto pela profunda renovação da vida colectiva e das formas de identidade



pessoal atravessada pelos vastos sectores da sociedade que lhe sobreviveram. Os tempos estavam de facto a mudar, como exprimia Dylan na canção de 64<sup>284</sup> (Bebiano, 2003:185).

---

<sup>284</sup>Referência à música intitulada *The Times They Are A-Changin'* (1964) de Bob Dylan, *single* do álbum com o mesmo nome.

## Conclusão

A partir da revisão da literatura e do enquadramento teórico que abrem e contextualizam este trabalho, procurou demonstrar-se de que modo a revista *Almanaque* (1959-1961) funcionou, em termos de proposta, como uma raridade no quadro das publicações periódicas portuguesas suas contemporâneas. Ao mesmo tempo, foi imperativo seu demonstrar a importância deste período e desta experiência, em particular para a evolução do jornalismo em Portugal, funcionando este, através das mais variadas formas – dos jornais vespertinos às publicações periódicas –, como voz da mudança social e da resistência ao modelo cultural dominante durante o Estado Novo.

Quer na parte de natureza mais teórica da dissertação, quer na análise dos conteúdos da revista em estudo, optou-se por um discurso que combinou a dimensão analítica e descritiva com a abordagem crítica e interpretativa, de modo a ir ao encontro do grande objetivo que norteou a escrita deste trabalho: como é perceptível através dos conteúdos aqui analisados, pode concluir-se que, de facto, no contexto político-social dos anos 60, a revista *Almanaque* funcionou como sinal e instrumento de mudança, servindo, ainda, como (possível) meio para a criar ou estimular nos seus leitores. Mais ainda, através do destaque conferido a situações de rutura ou de conflito cultural e geracional, a par de uma crescente afirmação da juventude e do fomento de um imaginário além-fronteiras, alimentado por modelos de vida exteriores e bem distintos dos que eram vividos em Portugal à época, a *Almanaque* representa um caso ímpar de jornalismo cultural e um perfeito exemplo de como era possível contrariar a norma e dar a conhecer realidades bem distantes daquelas que o Estado Novo permitia que existissem, sobretudo no quotidiano e imaginário das mulheres.

A este propósito, esclareça-se, no presente trabalho não foi a realidade à qual a revista aludia ou que via de uma forma crítica que mais importou, mas, sim, a forma como ela e os que a redigiam a representavam. Neste contexto, destaque-se o facto de os redatores da *Almanaque* recorrerem a uma apropriação cultural e jornalística, a uma importação daquela que foi uma prática associada à imprensa norte-americana da época: o *New Journalism*. Assim sendo, os conteúdos analisados e a forma como foram redigidos revelam uma notável dimensão de conhecimento e atualização quanto ao que ocorria e era produzido além-fronteiras, tanto no que toca à cultura como ao jornalismo.

Ainda que a publicação circulasse essencialmente entre os estudantes universitários e uma minoria de intelectuais e de profissionais liberais, o que exigia, à partida, uma linguagem cuidada e relativamente complexa, esta era, simultaneamente, pensada para um público jovem e de classe média, que se pressupunha culto e com sede de conhecimento e novidades, mas que requeria alguma clareza e concisão. Denota-se, por isso, a ideia do jornalista como contador de histórias, mas, ao mesmo tempo, como um educador e mediador com responsabilidade social (e cultural), a fonte primária de conhecimento sobre o que fazia o mundo ser mundo. Por conseguinte, entende-se o recurso a uma linguagem que, de facto, desconstrói completamente o(s) tema(s) que aborda, tornando-os menos sérios e menos distantes, envolvendo o leitor no forte realismo que caracteriza a grande parte dos conteúdos da revista, além de um recurso constante à adjetivação, à crítica, e, tantas vezes, à ironia e à sátira.

A este propósito, importa destacar a inserção deste trabalho na área dos estudos sobre o jornalismo cultural, não só pelo facto de ter motivado a escolha do objeto de estudo, a *Almanaque*, mas, também, por justificar a classificação desta, precisamente, como se tratando de uma publicação cultural. Para tal, contribui o mencionado estilo discursivo próprio e a natureza dos temas abordados, mediando o vasto conhecimento que caracterizava a equipa de redatores e colaboradores da revista e aproximando-o do maior número de leitores possível. A estes chegavam conteúdos que revelavam um olhar crítico e posicionamento reflexivo sobre as práticas sociais, quer do contexto português, quer do contexto além-fronteiras, funcionando a *Almanaque* como mediadora cultural, pela pena de um conjunto de ilustres consumidores e pregadores de novidades e conhecimento de naturezas distintas, mas sobretudo de cultura.

Pode concluir-se, portanto, que a revista constitui um caso de jornalismo cultural adaptado ao contexto da época, no qual emergiam novas formas culturais e movimentos juvenis. Em larga medida associado a influências que vinham do exterior, emergia, justamente, um modelo de cultura cosmopolita antielitista que procurava aproximar a cultura de uma certa noção de popular, obviamente com um sentido diferente do atual. Daqui resulta o facto de a revista abordar questões tão diversas e de, de alguma forma, democratizar o conhecimento. A par disto, a *Almanaque* tinha, ainda, a dimensão de *magazine* associada à divulgação de temas considerados ligeiros. Existia, no entanto, na grande maioria destes, a intenção de contestar o modelo cultural dominante, o que constitui a mola real da publicação.

Quanto à análise propriamente dita, pretendendo dar-se a conhecer a revista *Almanaque* no seu todo, várias decisões foram tomadas no sentido de se respeitar, tanto quanto possível, os limites estabelecidos à extensão de um trabalho desta natureza, uma vez que cada edição da revista contém mais de duas centenas de páginas e um número considerável de temas abordados, além da sua leitura implicar muitas referências e associações intertextuais, bem como recuos no tempo, para que seja compreendida na íntegra. Como tal, numa primeira análise, optou-se por se destacar as principais temáticas e particularidades da revista em estudo, em especial a sua irregular organização e diversidade de tipos de conteúdos, entre outras singularidades, quer gráficas, quer editoriais, que se foram revelando pertinentes. Numa segunda análise, mais detalhada e exaustiva, correspondendo ao quarto e último capítulo da dissertação, as secções e os temas ligados à cultura foram prioridade, bem como as temáticas ligadas ao género feminino e à condição das mulheres, cujo tipo de abordagem feito pela revista em estudo mereceu honras de destaque no presente trabalho.

Por último, de referir que, sendo a *Almanaque* uma publicação não explorada pela comunidade académica (até agora) e, *grosso modo*, desconhecida para a grande maioria da população estudantil, a juntar a sua “vertigem de modernidade” (Bebiano & Silva, 2004:14), foi encarada como um objeto de estudo potencialmente interessante a um trabalho desta natureza, tendo sido superadas as expectativas e dificuldades iniciais. Contudo, esta investigação não se esgota em si mesma. Novos estudos, novas problemáticas e novas questões poderão partir dela. Uma investigação mais aprofundada deste mesmo objeto de estudo, completada com uma análise aplicada aos restantes conteúdos desta vasta e rica revista que é a *Almanaque*, poderá vir a revelar um panorama mais generalizado e, ao mesmo tempo, mais completo para responder às questões de partida deste trabalho, complementando a dissertação que aqui se encerra.

## Bibliografia

- A. (19 de abril de 1961). *Carta a uma jovem portuguesa*. Obtido em 25 de junho de 2016, de Centro de Documentação 25 de abril:  
<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Pdf/cartajovemp Portuguesa.pdf>
- AGOSTINHO, Andreia (2007). *A sociedade feminina do século XX vista através de Modas & Bordados*. Obtido em 16 de setembro de 2017, de Clube de Jornalistas :  
[http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj30/jj30\\_54.pdf](http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj30/jj30_54.pdf)
- ALMADA, Pablo (2012). *“Histórias que dormiam nos jornais”*. *Sobre as mudanças da cultura política dos anos 1960*. Obtido em 5 de março de 2017, de Cabo dos Trabalhos - Revista eletrônica dos Programas de Doutoramento do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra:  
<https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n7/documentos/06-PabloAlmada.pdf>
- Almanaque*. (s.d.). Obtido em 6 de junho de 2017, de E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia: <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6592/almanaque/>
- Almanaque / propriedade Grupo de Publicações Periódicas ; director J.A. de Figueiredo Magalhães*. (outubro 1959 - maio de 1961). Lisboa: Grupo de Publicações Periódicas.
- AMARAL, Ana Luísa (2010). *Novas cartas portuguesas - Edição anotada*. Lisboa: Dom Quixote.
- AMARAL, Virgílio & PEREIRA, Susana (2012). *O caso República e a retórica nos discursos políticos: um estudo descritivo*. Obtido em 15 de novembro de 2017, de Estudo Geral - repositório digital da Universidade de Coimbra:  
<http://hdl.handle.net/10316/32585>
- ANDRESEN-LEITÃO, Nicolau (2004). *O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960*. Obtido em 18 de setembro de 2017, de Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa:  
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705500E8uDM1zy8Lq83JP4.pdf>
- ANDRETTA, Cyntia Belgini (2008). *A relação entre jornalismo e literatura em três romances-reportagens*. Obtido em 8 de janeiro de 2017, de Biblioteca Digital da UNICAMP: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000436251>
- ANTUNES, José Freire (1991). *Os americanos e Portugal : 1961 : Kennedy e Salazar : o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural.
- ARRUDA, Karina Maria da Silva; OLIVEIRA, Janyelle Mayese B. & TAVARES, Débora (2011). *Jornalismo Cultural: conceitos e reflexões contemporâneas*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação:

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0112-1.pdf>

- ASHER, Levi (24 de julho de 1994). *"This Is The Beat Generation" by John Clellon Holmes, The New York Times Magazine, November 16, 1952*. Obtido em 05 de dezembro de 2017, de Literary Kicks: <http://www.litkicks.com/ThisIsTheBeatGeneration>
- BAGAGEM, Ana Rita (2008). *Americanização e aparecimento da cultura de massas em Portugal*. Coimbra.
- BARRENO, Maria Isabel; Horta, Maria Teresa; Velho da Costa, Maria . (1972). *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa: Estúdios Cor.
- BARRETO, António (1996). *A situação social em Portugal. Conferências de Matosinhos*. Matosinhos: Contemporânea: Câmara Municipal.
- BARRETO, António (2002). *Mudança social em Portugal, 1960/2000*. Obtido em 09 de abril de 2017, de Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP6-2002.pdf>
- BASSO, Eliane F. Corti (2006). *Jornalismo Cultural: uma análise sobre o campo*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1869-1.pdf>
- Beat Generation*. (s.d.). Obtido em 05 de dezembro de 2017, de E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia: <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6424/beat-generation/>
- BEBIANO, Rui (2002). Geografia instável de uma cultura juvenil de oposição. *Estudos do Século XX. Europa-Utopia | Europa-Realidade*, pp. 167-195.
- BEBIANO, Rui (2003). *O poder da imaginação : juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- BEBIANO, Rui (2005). *Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo*. Obtido em 4 de junho de 2017, de Revista Portuguesa de História. 37 (2005) 65-104: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12682>
- BEBIANO, Rui (2007). Entre a tradição e a mudança: o meio estudantil em Coimbra nos anos 60. In E. Estanque, & R. Bebiano, *Do activismo à indiferença: movimentos estudantis em Coimbra* (pp. 17-82). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BEBIANO, Rui & SILVA, Alexandra (2004). *A reidentificação do feminino e a polémica sobre a "Carta a uma Jovem Portuguesa"*. Obtido em 5 de junho de 2016, de Revista de História das Ideias: [http://www1.ci.uc.pt/pessoal/rbebianos/docs/estudos/RHI\\_Reidentificacao\\_RB.pdf](http://www1.ci.uc.pt/pessoal/rbebianos/docs/estudos/RHI_Reidentificacao_RB.pdf)

- BESSE, Maria Graciete (2006). *As “Novas Cartas Portuguesas” e a Contestação do Poder Patriarcal*. Obtido em 2 de maio de 2016, de LATITUDES in Revues Plurielles.org - le portail des revues de l'interculturalité: [http://www.revues-plurielles.org/\\_uploads/pdf/17/26/17\\_26\\_04.pdf](http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/26/17_26_04.pdf)
- BIBLIOTECA NACIONAL (2000). *Eça de Queirós*. Obtido em 12 de junho de 2017, de Biblioteca Nacional: [http://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/almanaque/almanaque\\_2.html](http://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/almanaque/almanaque_2.html)
- BRUCE, Mike (1962). *Elvis Presley: um rosto que simboliza uma época*. Venda Nova (Amadora): Editorial IBIS Lda.
- BUIN, Yves. (2010). *Jack Kerouac : biografia*. Lisboa: Bertrand Editora, Lda.
- CAMILO, Sara (07 de outubro de 2016). *Kerouac e a Geração Beat*. Obtido em 05 de dezembro de 2017, de Comunidade Cultura e Arte: <https://www.comunidadeculturaearte.com/kerouac-e-a-geracao-beat/>
- CAMPBELL, James (2001). *This is the Beat Generation: New York, San Francisco, Paris*. California: University of California Press.
- CARMO, Teresa Maia e (2006). *Evolução portuguesa do jornalismo cultural*. Obtido em 13 de novembro de 2016, de JANUS ONLINE - Espaço online de Relações Exteriores: [http://www.janusonline.pt/arquivo/2006/2006\\_2\\_2\\_9.html](http://www.janusonline.pt/arquivo/2006/2006_2_2_9.html)
- CARTA, Gianni. (2003). O velho novo jornalismo europeu. *New journalism: a reportagem como criação literária*, pp. 39-45.
- CARVALHO, Jackeline & SCHEIBE, Roberta (2016). *Truman Capote: Do Surgimento Do New Journalism a “À Sangue Frio”*. Obtido em 8 de janeiro de 2017, de Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/regional/resumos/R49-0586-1.pdf>
- CELESTINO, Luis (2011). *História e jornalismo: aproximações e distanciamentos*. Obtido em 7 de janeiro de 2017, de Alcar - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Historia%20e%20jornalismo%20aproximacoes%20e%20distanciamentos.pdf/view>
- CERIGATTO, Mariana Pícaro (2015). *O papel do jornalismo popular e a relação com a cultura popular*. Obtido em 13 de novembro de 2016, de Extraprensa - cultura e comunicação na América Latina. Universidade de São Paulo: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/106866/107432>
- CIPRIANO, Rita (05 de abril de 2017). *Allen Ginsberg, um dos grandes da Beat Generation, morreu há 20 anos*. Obtido em 27 de dezembro de 2017, de Observador: <http://observador.pt/2017/04/05/allen-ginsberg-um-dos-grandes-da-beat-generation-morreu-ha-20-anos/>

- CORREIA, Fernando & BAPTISTA, Carla (2005). *Anos 60: um período de viragem no jornalismo português*. Obtido em 16 de novembro de 2016, de BOCC - biblioteca on-line de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-baptista-anos-60-periodo-viragem.pdf>
- CORREIA, Fernando & BAPTISTA, Carla (2006). *Anos 60: um período de viragem no jornalismo português*. Obtido em 18 de novembro de 2016, de Univerciencia.org - Portal da Produção Científica em Ciências da Comunicação: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6219/5636>
- CORREIA, Fernando & BAPTISTA, Carla (2007). *Jornalistas, do ofício à profissão : mudanças no jornalismo português : 1956-1968*. Lisboa: Caminho.
- CORREIA, Fernando & BAPTISTA, Carla (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Alfragide: Editorial Caminho.
- COVA, Anne & PINTO, António Costa (1997). *O Salazarismo e as Mulheres. Uma abordagem comparativa*. Obtido em 17 de novembro de 2016, de António Costa Pinto. Penélope 17, pp.71-94: [http://www.antoniocostapinto.eu/docs/articles/O%20Salazarismo%20e%20as%20Mulheres%20-%20Uma%20Abordagem%20Comparativa\\_599784.pdf](http://www.antoniocostapinto.eu/docs/articles/O%20Salazarismo%20e%20as%20Mulheres%20-%20Uma%20Abordagem%20Comparativa_599784.pdf)
- DIÁRIO DO GOVERNO (22 de fevereiro de 1933). *V Constituição de 1933. Constituição de 11 de Abril de 1933*. Obtido em 29 de novembro de 2017, de AR - Assembleia da República.pt: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>
- EAGLETON, Terry (2003). *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas e Debates.
- EDITORS OF ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA (s.d.). *Beat movement. American literary and social movement*. Obtido em 27 de dezembro de 2017, de Encyclopædia Britannica: <https://www.britannica.com/art/Beat-movement>
- ENCK, Denise (s.d.). *The Beat Generation vs. "Beatniks"*. Obtido em 01 de outubro de 2017, de EMPTY MIRROR: <https://www.emptymirrorbooks.com/beat/whats-the-difference-between-beat-and-beatnik>
- ESTANQUE, Elísio (et al.). (2007). *Culturas juvenis e participação cívica : diferença, indiferença e novos desafios democráticos : relatório final*. Coimbra: CES-FEUC.
- FERREIRA, Maria Fernanda C. (2004). *Almanaque do António Maria*. Obtido em 12 de junho de 2017, de Biblioteca Nacional - Tesouros: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-antonio-maria.html>
- FIGUEIRA, João (2007). *Os jornais como actores políticos : o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra.



- FIGUEIRA, João (2012). *O essencial sobre a Imprensa Portuguesa (1974-2010)*. Coimbra: Angelus Novus, Editora.
- FRAGOSO, Margarida (2009). *Formas e expressões da comunicação visual em Portugal : contributo para o estudo da cultura visual do século XX, através das publicações periódicas*. Obtido em 08 de setembro de 2017, de Universidade de Lisboa: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1440>
- FRAGOSO, Margarida (2012). *Design gráfico em Portugal: formas e expressões da cultura visual do século XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FRANCO, Erica V. de Pao (2013). *Lifestyle Media: O Exemplo do Jornalismo Cultural em Portugal*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de UTL Repository : <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5180/2/Dissertac%CC%A7a%CC%83o.%20Lifestyle%20Media%20-%20O%20Exemplo%20do%20Jornalismo%20Cultural%20em%20Portugal.pdf>
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (1995). *Sebastião Rodrigues : designer*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOMES, Felipe S. et. al. (2004). *Jornalismo Narrativo. Eficiência e viabilidade na mídia impressa*. Obtido em 8 de janeiro de 2017, de BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/costa-klenio-jornalismo-narrativo.pdf>
- GOMES, Tânia V. Araújo (2011). *Uma revista feminina em tempo de Guerra: o caso da "Eva" (1939-1945)*. Obtido em 16 de setembro de 2017, de Estudo Geral - repositório digital da Universidade de Coimbra: <http://hdl.handle.net/10316/20487>
- GUEDES, Viviane M. (2007). *Fragments de um discurso: a narrativa do jornalismo cultural na pós-modernidade*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de BOCC - biblioteca on-line de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-viviane-fragmentos-de-um-discurso.pdf>
- HISTORY.COM STAFF (s.d.). *The Fireside Chats*. Obtido em 14 de novembro de 2017, de History.com: <http://www.history.com/topics/fireside-chats>
- JORNAL REPÚBLICA (s.d.). Obtido em 15 de novembro de 2017, de Casa Comum - Fundação Mário Soares: [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_8857](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_8857)
- José Cardoso Pires (s.d.). Obtido em 7 de junho de 2017, de Portal da Literatura: <http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=245>
- LÁÑEZ, Eduardo (2003). A Literatura Contemporânea Depois de 1945. In E. Láñez, *História da Literatura Universal* (Vol. IX). Mem Martins: Círculo de Leitores.
- LETRIA, José Jorge (2007). *Elvis, o rei do rock*. Lisboa: Texto Editores.
- LIMA, Edvaldo Pereira (2003). Jornalismo literário. O legado de ontem. *New journalism: a reportagem como criação literária*, pp. 9-13.

- LIMA, Raphaella G. et.al. (2016). *O New Journalism e sua estrutura: Discussões acerca de parâmetros de análise do Novo Jornalismo*. Obtido em 8 de janeiro de 2017, de Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3078-1.pdf>
- LOPES, Igor Pereira (2010). *Jornalismo Cultural nas Redações*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de Estudo Geral - repositório digital da Universidade de Coimbra: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14287/1/Jornalismo%20cultural%20nas%20redac%C3%A7%C3%B5es.pdf>
- LOPEZ, Debora & FREIRE, Marcelo (s/d). *O jornalismo cultural além da crítica: um estudo das reportagens na revista Raiz*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de BOCC - biblioteca on-line de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-freire-marcelo-jornalismo-cultural.pdf>
- MACEDO, Ana Gabriela (2 de setembro de 2014). *Novas Cartas Portuguesas 40 anos depois. Revista Diacrítica vol.28 no.2*, pp. 105-108. Obtido de Scielo Portugal, a 30 de novembro de 2017: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0807-89672014000200009](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672014000200009).
- MADEIRA, João (1996). *Os Engenheiros de Almas: o Partido Comunista e os Intelectuais*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAIA, Cesar (2003). *New journalism: a reportagem como criação literária*. Obtido em 8 de janeiro de 2017, de Cadernos de Comunicação. Série Estudos / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101399/estudos7.pdf>
- MALVA, Luis (s.d.). *Manifestações Opositoristas no Suplemento Cultura e Arte do Jornal O Comércio do Porto (1958-1962)*. Obtido em 14 de novembro de 2017, de Biblioteca Digital - Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15249.pdf>
- MARQUES, António H. de Oliveira (2001). O «Estado Novo». In A. O. Marques, *Breve História de Portugal* (pp. 623-676). Lisboa: Editorial Presença.
- MARWICK, Arthur (1998). *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy, and the United States, c.1958-c.1974*. Obtido em 4 de junho de 2017, de The New York Times on the web: <http://www.nytimes.com/books/first/m/marwick-sixties.html>
- MATOS, Helena & FERREIRA, Iolanda (2014). *Sons de abril: 'Conversa em Família', com Marcelo Caetano*. Obtido em 14 de novembro de 2017, de RTP: <http://ensina.rtp.pt/artigo/sons-de-abril-conversa-em-familia-com-marcelo-caetano/>

- MAZINI, André & ROSA, Eduardo (2012). *A década de 60 e a reinvenção do jornalismo*. Obtido em 16 de novembro de 2016, de UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/9.pdf>
- MEDINA, João (1985). Ditadura : o «Estado Novo» : do 28 de Maio ao Movimento dos capitães. In J. Medina, *História Contemporânea de Portugal* (pp. 211-227). Lisboa: Amigos do Livro.
- MEDINA, João (1994). *História de Portugal contemporâneo: político e institucional* . Lisboa: Universidade Aberta.
- MELLO, Brandão de (agosto de 1960). Genealogia dos Almanques. *Almanaque / propriedade Grupo de Publicações Periódicas ; director J.A. de Figueiredo Magalhães*, pp. 111-113.
- MELO, Daniel (2001). *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MELO, Isabelle Anchieta de (2010). *Pelo encontro da clareza do jornalismo com a densidade e complexidade da cultura*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de BOCC - biblioteca on-line de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-jornalismo-cultural.pdf>
- MELO, Isabelle Anchieta de (s/d). *Jornalismo Cultural: Pelo encontro da clareza do jornalismo com a densidade e complexidade da cultura*. Obtido em 6 de junho de 2016, de BOCC - biblioteca on-line de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-jornalismo-cultural.pdf>
- MESQUITA, Mário (1994). O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, 16, 507-554. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias - Faculdade de Letras.
- MESQUITA, Mário (20 de maio de 2005). *O caso República: um incidente crítico*. Obtido em 14 de novembro de 2017, de Blog de apoio. Retaguarda do blog Jornalismo e Comunicação - Weblogue colectivo do projecto Mediascópio - CECS / Universidade do Minho: <http://blogdeapoio.blogspot.pt/>
- MESQUITA, Raquel S. Zé Senhor (2010). *Jornalistas e escritores: dois percursos que se entrecruzam*. Coimbra: ed. autor.
- MIRANDA, J. David (1969). *A população universitária e a população portuguesa: um confronto da sua composição social*. Obtido em 10 de setembro de 2016, de Análise Social, Vol. VII (n.º 25-26): <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253684I3yWD8pr1Ci56EN0.pdf>
- MOURA, Vasco Graça (09 de abril de 2014). *A estrada larga*. Obtido em 14 de novembro de 2017, de DN Opinião: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/vasco-graca-moura/interior/a-estrada-larga-3802693.html>

- NEVES, Helena (2001). *O Estado Novo e as mulheres : o género como investimento ideológico e de mobilização* / [org.] Câmara Municipal de Lisboa. Pelouro da Cultura. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.
- NEVES, José (2010). A Imaginação da Cultura. In J. Neves, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX* (pp. 189-299). Lisboa: Edições Tinta-da-China (Edição de bolso).
- NUNES, Adérito Sedas (1964). *Portugal, sociedade dualista em evolução*. Obtido em 10 de setembro de 2016, de *Análise Social*, Vol. II (n.º 7-8): <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163141J6rRZ2mr6Ls93VU7.pdf>
- NUNES, Adérito Sedas (2000a). Portugal, sociedade dualista em evolução. In A. S. Nunes, *Antologia Sociológica* (pp. 25-84). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- NUNES, Adérito Sedas (2000b). A população universitária portuguesa: uma análise preliminar. In A. S. Nunes, *Antologia Sociológica* (pp. 85-178). Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais.
- O Comércio do Porto*. (s.d.). Obtido em 16 de novembro de 2017, de Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner - Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia: <http://arquivo.cm-gaia.pt/creators/13983/>
- O último livro da Ulisseia s.f.f.* (3 de dezembro de 2008). Obtido em 7 de junho de 2017, de Público: <https://www.publico.pt/2008/12/03/culturaipsilon/noticia/o-ultimo-livro-da-ulisseia-sff-217736>
- Ó, Jorge Ramos do (1992). Salazarismo e Cultura. In J. Serrão, & A. O. Marques, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* (pp. 391-454). Lisboa: Editorial Presença.
- OLIVEIRA, Ana Rita Veleza (2011). Pimentel, Irene Flunser (2011), A cada um o seu lugar, a política feminina do Estado Novo. Lisboa: Editoras Temas e Debates e Círculo de Leitores, 484 pp. *e-cadernos CES*, 14, pp. 215-217.
- OLIVEIRA, Artur Águedo de (1938). *A União Nacional como direcção política única*. Lisboa: Edição da U.N.
- OWEN, Hilary (s/d). *Filhas de Antígona no País das Três Marias? Uma Questão de Género e Genealogia*. Obtido em 27 de abril de 2016, de *Cadernos de Literatura Comparada - Revista do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa*: <http://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/viewFile/100/86>
- PEIXINHO, Ana Teresa (2016). História e Jornalismo: A Narrativa como Ética. In M. S. Conde, & S. S. Silva, *História, pensamento e cultura : estudos em homenagem a Carlos Cordeiro* (pp. 557-569). Ponta Delgada: Nova Gráfica.
- PIRES, José Cardoso (1995). Lembrança para Sebastião Rodrigues. In F. C. Gulbenkian, *Sebastião Rodrigues: designer* (pp. 12-17). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- RAHN, Josh (2011). *The Beat Generation*. Obtido em 27 de dezembro de 2017, de The Literature Network: <http://www.online-literature.com/periods/beat.php>
- RAMOS, Mariana (31 de março de 2017). *Jack Kerouac: o revisitar da geração beat*. Obtido em 27 de dezembro de 2017, de Espalha-Factos: <https://espalhafactos.com/2017/03/31/jack-kerouac-revisitar-da-geracao-beat/>
- REIS, António do Carmo (2001). *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- REIS, Carlos (1999). “Neo-realismo”. In A. Barreto, M. Barreto, & M. F. (coords.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)* (pp. 597-599). Porto: Livraria Figueirinhas.
- REIS, Carlos (2002). Almanaque: o amigo fiel. In C. Reis, & I. Fialho, *Almanaques/ Eça de Queirós* (pp. 9-18). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- REIS, Carlos & FIALHO, Irene (2002). *Almanaques / Eça de Queirós*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- RIBEIRO, António Lopes (1937). *A Revolução de Maio*. Obtido em 27 de novembro de 2017, de CINEPT - Cinema Português: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/1652>
- RITTER, Eduardo (2011). *New Journalism: o ponto de convergência entre jornalismo e literatura*. Obtido em 8 de janeiro de 2017, de Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2011/resumos/R25-0202-1.pdf>
- RITTER, Eduardo (2013). *New Journalism: o livre amor entre o jornalismo e literatura*. Obtido em 8 de janeiro de 2017, de Rizoma: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/3459>
- RITTER, Eduardo (s/d). *John Hersey e os predecessores do New Journalism*. Obtido em 8 de janeiro de 2017, de Alcar - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia: <http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar-7/john-hersey-e-os-predecessores-do-new-journalism>
- ROBERTO, José Vala (coord.) (2010). *Anos 50 : um tímido pós-guerra : 1950-1959*. Lisboa: Planeta DeAgostini.
- ROCHA, Nuno (1983). *O Jornalismo como romance: pessoas e paisagens*. Lisboa: Nova Nórdica.
- RODRIGUES, Miguel Urbano (2002). *O tempo e o espaço em que vivi. I Tomo - Procurando um caminho*. Porto: Campo das Letras.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena (1994). História do Jornalismo Português. In A. P. Quintero, *História da Imprensa* (pp. 351-396). Lisboa: Planeta Editora.
- ROLIN, Olivier (2003). *Tigre de papel*. Porto: ASA.

- ROSAS, Fernando (1994). A Segunda Crise do Regime: O «Terramoto Delgadista» (1958-1962). In J. Mattoso, *História de Portugal* (pp. 523-539). Lisboa: Estampa.
- ROSAS, Fernando (1998). O Estado Novo. In J. Mattoso, *História de Portugal* (pp. 371-493). Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando (2001). *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. Obtido em 4 de junho de 2017, de Análise Social - Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>
- ROSS, Robert J. (1998). *The Teddy Boy as Scapegoat*. Obtido em 29 de dezembro de 2017, de Kompost: <http://www.kompost.ru/files/file75709784.pdf>
- SANTOS, Graça dos (2008). “*Política do espírito*”: *O bom gosto obrigatório para embelezar a realidade*. Obtido em 21 de maio de 2017, de Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n12-politica-do-esprito-o-bom-gosto-obrigatorio-para-embelezar-a-realidade.pdf>
- SARAIVA, António José & LOPES, Óscar (2010). *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- SARAIVA, José Hermano (1998). A ditadura e o Estado Novo. In J. H. Saraiva, *História concisa de Portugal* (pp. 356-366). Mem Martins: Europa-América.
- SARDICA, José Miguel (2012). Jornais e Jornalismo. Apostolado Cívico, Voz do Povo ou Quarto Poder Frustrado. In *Jogo da glória : o século XX malvisto pelo desenho de humor [catálogo de exposição]* (pp. 294-307). Lisboa, Museu da Presidência da República: Quidnovi.
- SARMENTO, Clara (2007). *As Mulheres desafiam o Guião*. Obtido em 17 de novembro de 2016, de Revistas Científico-Culturais. Grupo Lusófona: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campusocial/article/download/241/150>
- SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (2003). *New journalism: a reportagem como criação literária*. Obtido em 10 de janeiro de 2017, de Prefeitura do Rio de Janeiro: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101399/estudos7.pdf>
- SERRÃO, Joel & MARQUES, António H. Oliveira (1992). Portugal e o Estado Novo : 1930-1960. In C. d. Oliveira, *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- SILVA, Andreia de Lima & CONCEIÇÃO, Francisco G. da (2007). *Jornalismo Cultural: em busca de um conceito*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r1253-2.pdf>

- SILVA, António Sena da (1995). Designer e alquimista de sinais visíveis. In F. C. Gulbenkian, *Sebastião Rodrigues: designer* (pp. 18-24). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, Dora Santos (2009). *Tendências do Jornalismo Cultural em Portugal*. Obtido em 22 de agosto de 2016, de Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Anexo dos Congressos 6º SOPCOM/8º LUSOCOM : [http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom\\_iberico/sopcom\\_iberico09/paper/viewFile/434/432](http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/434/432)
- SILVA, Dora Santos (2011). *Cultura & Jornalismo Cultural. Tendências e Desafios no Contexto das Indústrias Culturais e Criativas*. Lisboa: Media XXI.
- SILVA, Marisa Torres da (2014). *Estratégias enunciativas e retóricas do jornalismo cultural*. Obtido em 13 de novembro de 2016, de ResearchGate: <https://www.researchgate.net/publication/267963808>
- SIQUEIRA, Denise & SIQUEIRA, Euler (2007). *A cultura no jornalismo cultural*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de Líbero: <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/A-cultura-no-jornalismo-cultural.pdf>
- SOBREIRA, Rosa Maria (2003). *Os jornalistas portugueses: 1933-1974 : uma profissão em construção* . Lisboa: Livros Horizonte.
- Sociedade Nacional de Tipografia - Jornal O Século* (s.d.). Obtido em 15 de novembro de 2017, de AATT - Associação dos Amigos da Torre do Tombo: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1643>
- SOUSA, Jorge Pedro (s/d). *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Obtido em 22 de novembro de 2016, de BOCC - biblioteca on-line de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>
- STRELOW, Aline (s/d). *Jornalismo literário e cultural: Perspectiva histórica*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de BOCC - biblioteca on-line de ciências da comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-streLOW-jornalismo.pdf>
- TAVARES, Cristina Azevedo (1995). Dois tempos num tempo só. In F. C. Gulbenkian, *Sebastião Rodrigues: designer* (pp. 25-34). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TAVARES, Maria Manuela (2008). *FEMINISMOS EM PORTUGAL (1947-2007)*. Tese de Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres - Especialidade em História das Mulheres e do Género, Universidade Aberta.
- Teddy Boys* (s.d.). Obtido em junho de 29 de 2016, de Subcultures: <http://subcultureslist.com/teddy-boys/>

- TENGARRINHA, José (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- The Press: White House Press Conference* (23 de abril de 1945). Obtido em 14 de novembro de 2017, de TIME:  
<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,855154,00.html>
- The Velvet Collar And The Iron Fist* (s.d.). Obtido em 29 de junho de 2016, de The Teddy Boy Movement: <http://www.rockabilly.nl/general/teddyboys.htm>
- Theodore Roosevelt, the propagandist* (16 de fevereiro de 2013). Obtido em 14 de novembro de 2017, de progressingamerica:  
<http://progressingamerica.blogspot.pt/2013/02/theodore-roosevelt-propagandist.html>
- TORGAL, Luís Reis (1989). *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva.
- TORGAL, Luís Reis (2009). Salazar, os Estados Novos e o Estado Novo. In L. R. Torgal, *Estados novos, Estado novo : ensaios de história política e cultural vol.I* (pp. 129-170). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TRAQUINA, Nelson (2005). A trajetória histórica do jornalismo na democracia. In N. Traquina, *Teorias do Jornalismo. Volume I: Porque as notícias são como são* (pp. 33-74). Florianópolis: Insular.
- TRAQUINA, Nelson (2005). O novo jornalismo. In N. Traquina, *Teorias do Jornalismo. Volume I: Porque as notícias são como são* (pp. 50-54). Florianópolis: Editora Insular.
- TRIZOTTI, Patrícia Andrade (2008). *Almanaques: História, Contribuições e Esquecimento*. Obtido em 6 de junho de 2017, de Revista Dialogus:  
[https://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/almanaques\\_historia\\_contribuicoes\\_esquecimento\\_2008.pdf](https://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2008/pdf/almanaques_historia_contribuicoes_esquecimento_2008.pdf)
- VIDAL, Duarte (1974). *O processo das três Marias : defesa de Maria Isabel Barreno*. Lisboa: Futura.
- VILLA, María J. (novembro de 2000). *Una aproximación teórica al periodismo cultural*. Obtido em 14 de novembro de 2016, de Revista Latina de Comunicación Social :  
<http://www.ull.es/publicaciones/latina/argentina2000/09villa.htm>
- WOLFE, Tom (1972). *The Birth of 'The New Journalism'; Eyewitness Report by Tom Wolfe*. Obtido em 10 de outubro de 2016, de New York Magazine:  
<http://nymag.com/news/media/47353/>
- WOLFE, Tom (1992). *El nuevo periodismo*. Barcelona: Anagrama.
- WORKAMN, Chuck (Realizador). (1999). *Beat Generation Documentary - The Source* [Filme].

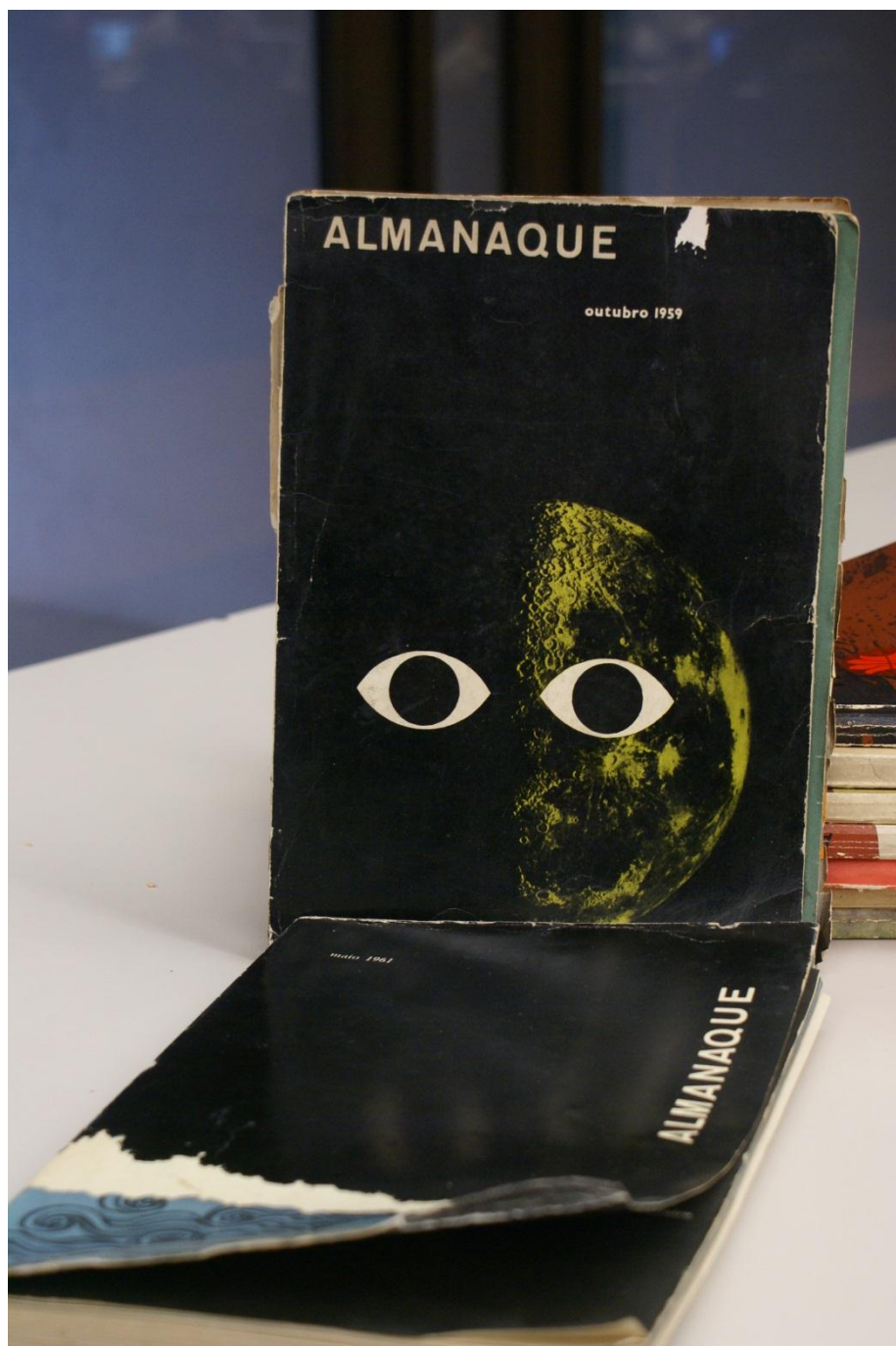


ZIMMERMANN, Máira (2012). *Diálogos entre moda e rua: Teddy Boys: de subcultura a cultura de massa*. Obtido em 05 de dezembro de 2017, de pontourbe - revista do núcleo de antropologia urbana da usp: <https://pontourbe.revues.org/1113>

## Anexos

### Anexo 1: Fotografias da revista *Almanaque* (1959-1961)

#### 1.1. Capas





## 1.2. Primeira nota de abertura (A., 10/59)

«Cada um atira a sua pedra conforme a força do braço que tem» poderia ter dito o Sr. Kruschtschef com o gosto acentuado por provérbios que caracteriza os seus discursos.

E enquanto ele manda para a Lua um foguetão, nós aqui, o G. P. P., mandamos humildemente para a rua um Almanaque. A força do nosso braço é esta e a pedra vai-lhe ao tamanho...

Temos pois o foguetão russo na Lua. E as reacções que este facto tem provocado foram das mais variadas. Os cientistas reconheceram-no como reconheceram antes a electricidade, a desintegração atómica e os antibióticos. Os outros observaram: «Estou convencido que pouca gente se preocupará com o facto» (Selwin Lloyd); «Não há a certeza que o foguetão tenha atingido a Lua» (Richard Nixon); «Não vejo que este facto venha trazer mais felicidade aos homens» (Albert Schweitzer). Poder-se-ia responder perguntando: ao primeiro, em que conhecimento das pessoas se baseou; ao segundo, porque é que, por exemplo, vacina os filhos, se só acredita no que vê; ao último, o que entende por felicidade.

Do lado russo as afirmações foram diferentes e encomiásticas: «A grande nação russa conquistou mais uma vitória». Frases como esta são também suscep-

# abertura

tíveis de crítica. Porque não se trata apenas de uma vitória russa e esse aspecto assume importância só quando a propaganda entra em jogo. O foguetão é o fruto de uma mentalidade científica que começa nos gregos e, nos últimos três séculos, encontrou, na Europa, os seus mais altos representantes. Essa mentalidade desenvolveu-se em luta constante contra as superstições e muitos homens pagaram com a vida a sua insistência em pensar livremente.

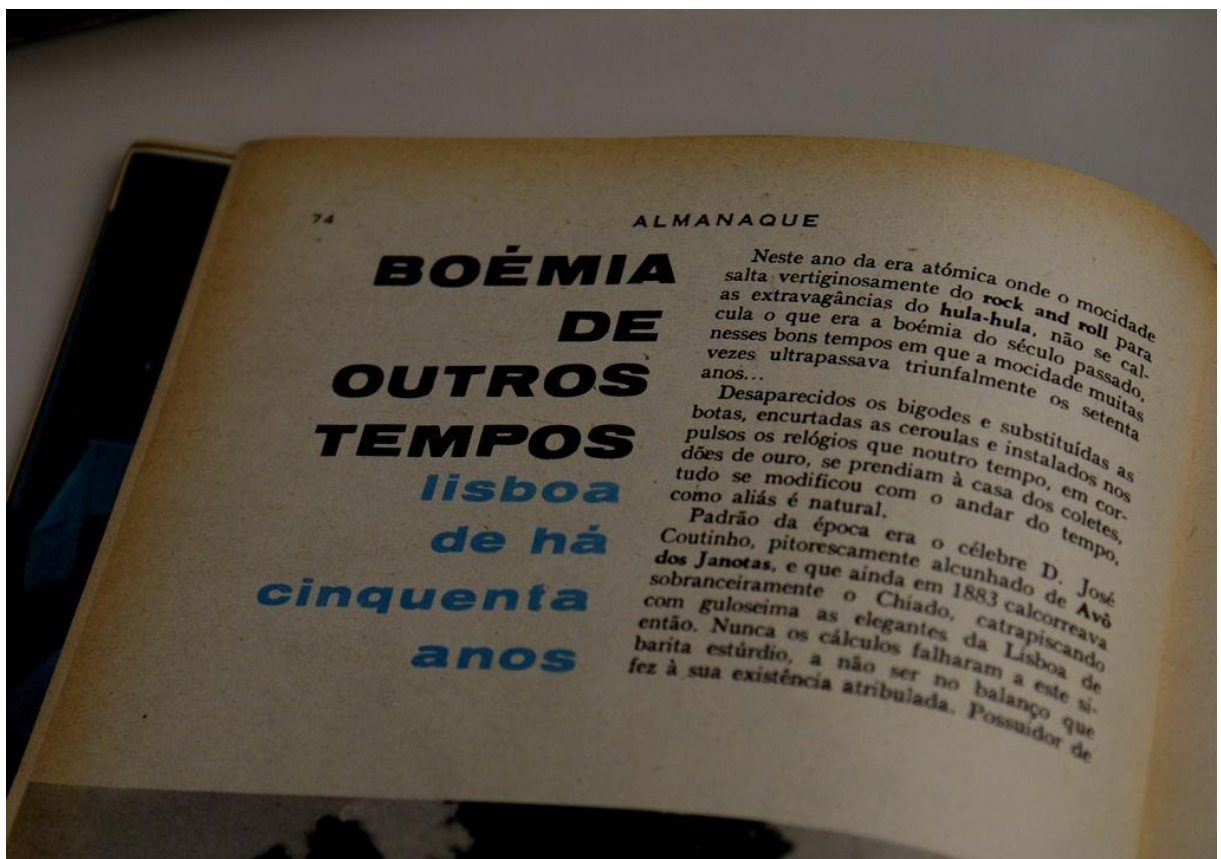
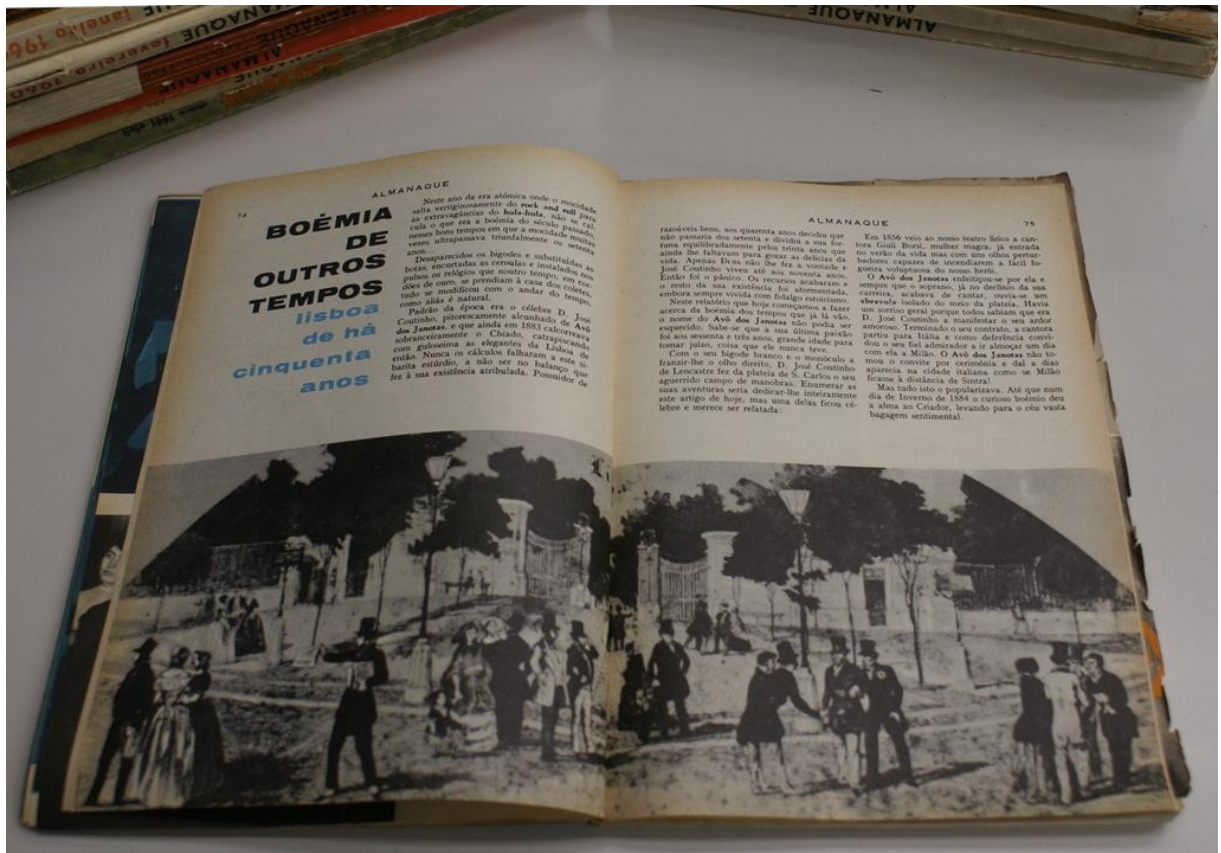
Mas o foguetão russo veio chamar a atenção do mundo ocidental por outras razões ainda. O tempo dos cavaleiros andantes, em ciência, está passado. Há 3 séculos era possível ao bom Leeuwenhock construir as suas próprias lentes e, com um microscópio improvisado, observar na água pequenos seres até então insuspeitados.

Hoje, o estudo científico mais humilde, implica considerável despesa em material e em organização de equipas. E por esse lado parece que temos de tirar o chapéu aos políticos russos que o perceberam a tempo.

O foguetão está pois na Lua, índice de uma ciência universal que caminha em constante progresso. Estamos, como homens, orgulhosos disso e esperamos que dele possam vir insuspeitados benefícios.

Entretanto vamos escrevendo o Almanaque. O mundo caminha para conquistas técnicas que nem podemos suspeitar. Mas em todos os tempos ao lado dos homens que construíam o futuro foram necessários os homens que distraíam o presente — chamassem-se eles Sófocles, Lord Byron, Piero della Francesca, ou fossem humildes e anónimos autores de Almanques.

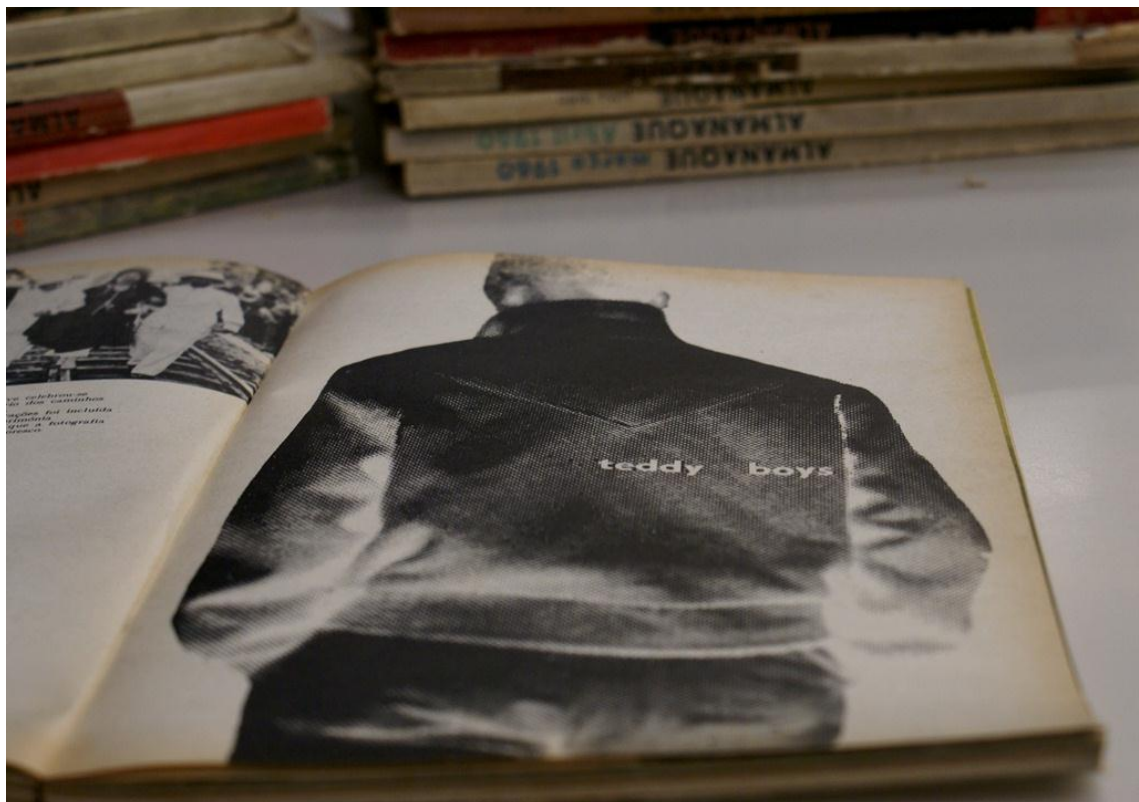
### 1.3. Secção “Boémia de outros tempos” (A., 10/59)

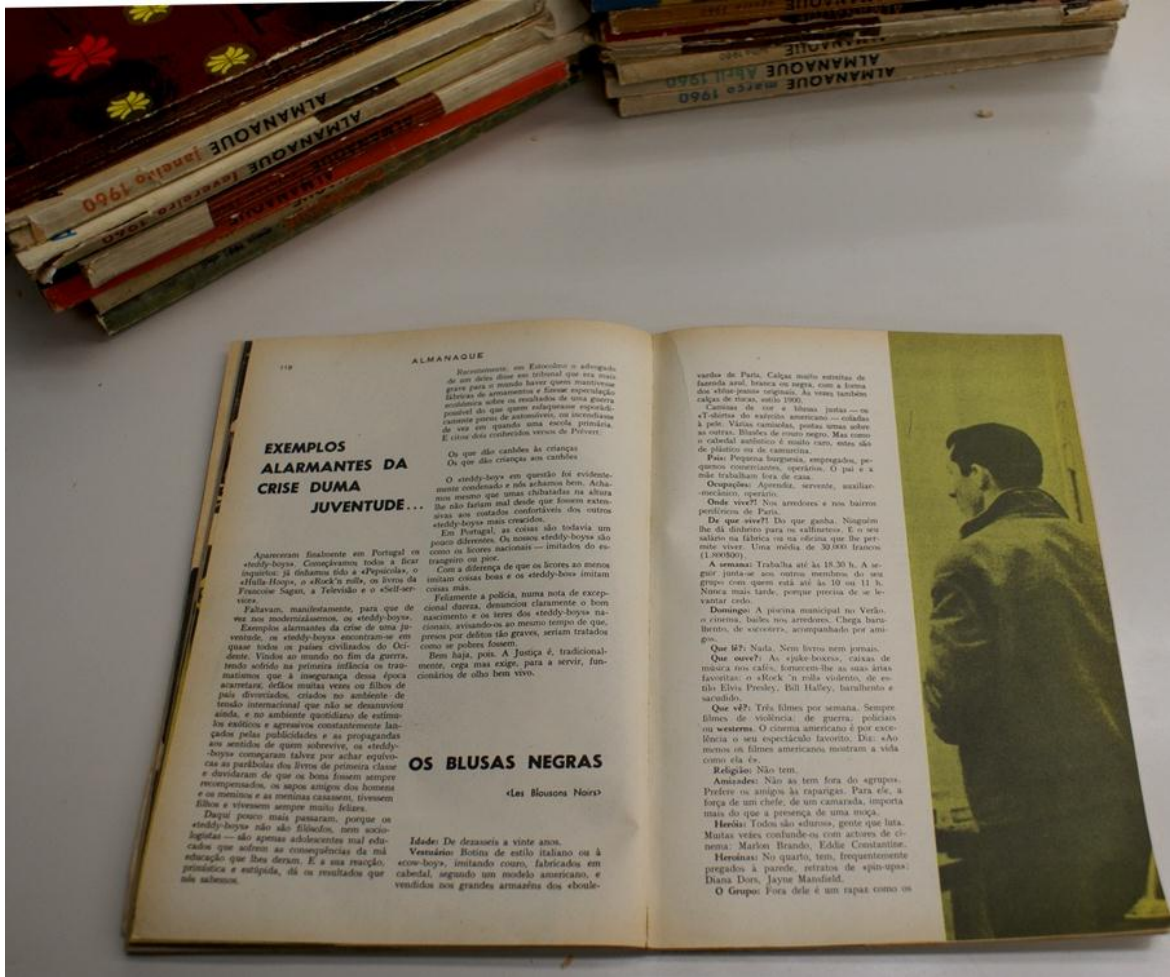


#### 1.4. “Jornal de Actualidades” (A., 11/59)



#### 1.5. *Teddy-boys* (A., 11/59)





**EXEMPLOS ALARMANTES DA CRISE DUMA JUVENTUDE...**

Apareceram finalmente em Portugal os «stubby-boys». Conquistamos todos a ficar inquietos. Já tinham sido a «Pepicolas», o «Halla Kappa», o «Rock'n roll», os filhos da Françoise Sagat, a Televidio e o «Bell-ser-vica».

Falavam, manifestamente, para que de vez nos modernizássemos, os «stubby-boys». Exemplos alarmantes da crise de uma juventude, os «stubby-boys» encontram-se em quase todos os países civilizados do Ocidente. Vindos ao mundo no fim da guerra, tendo sofrido na primeira infância os tratamentos que a insegurança dos tempos acarretaram, deram muitas vezes os filhos de pais divorciados, criados no ambiente de tensão internacional que não se desmanchou ainda, e no ambiente quotidiano de estímulos evocativos e agressivos constantemente lançados pelas publicidades e as propagandas nos sentidos de quem sobrevive, os «stubby-boys» começaram talvez por achar repugnância as parábolas dos livros de primeira classe e divertiram-se de que os bons fossem sempre e os maus sempre muito felizes.

Desde pouco mais passaram, porque os «stubby-boys» não são filósofos, nem sociólogos — são apenas adolescentes mal educados que sofrem as consequências da má educação que lhes deram. E a sua reacção, primitiva e estúpida, dá os resultados que não sabemos.

**OS BLUSAS NEGRAS**

«Les Blousons Noirs»

Idade: De dezasseis a vinte anos.  
Vestimenta: Botas de estilo italiano ou «cow-boys», imitando couro, fabricados em cabedal, segundo um modelo americano, e vendidos nos grandes armazéns dos «boule-

vards de Paris. Calças muito estreitas de faísca azul, brancas ou negras, com a laranja das ilhas-pelotas vermelhas. As vezes também calças de tiras, estilo 1900.

Camisa de cor e blusa justa — ou à pele. Muitas camisas, poucas umas sobre as outras. Blusas de moito tempo. Mas como a «caldia» sintética é muito cara, estas são de plástico ou de amassadas.

País: Pequena burguesia, empregados, pequenos comerciantes, operários. O pai e a mãe trabalham fora de casa.

Ocupações: Aprendizes, servente, auxiliar-mecânico, repartido.

Onde vive? Nos arredores e nos bairros periféricos de Paris.

De que vive? Do que ganha. Ninguém lhe dá dinheiro para os «valentões». E o seu salário na fábrica ou na oficina que lhe permite viver. Uma média de 30.000 francos (1.800.000).

A semana: Trabalha até às 18.30 h. A seguir junta-se aos outros membros do seu grupo com quem está até às 10 ou 11 h. Nunca mais tarde, porque precisa de se levantar cedo.

Domingo: A piscina municipal no Verdo, o cinema, balde nos arredores. Chaga, barulho, de «ocorre», acompanhado por amigos.

Que lê? Nada. Nem livros nem jornais.

Que ouve? As «jazz-boxes», rádios de música nos cafés, bonfem-be as suas árias favoritas: o «Rock'n roll» violento, de estilo Elvis Presley, Bill Haley, barulhento e sacudido.

Que vê? Três filmes por semana. Sempre filmes de violência de guerra, policiais ou westerns. O cinema americano é por excelência o seu espectáculo favorito. Diz: «Ao menos os filmes americanos mostram a vida como ela é».

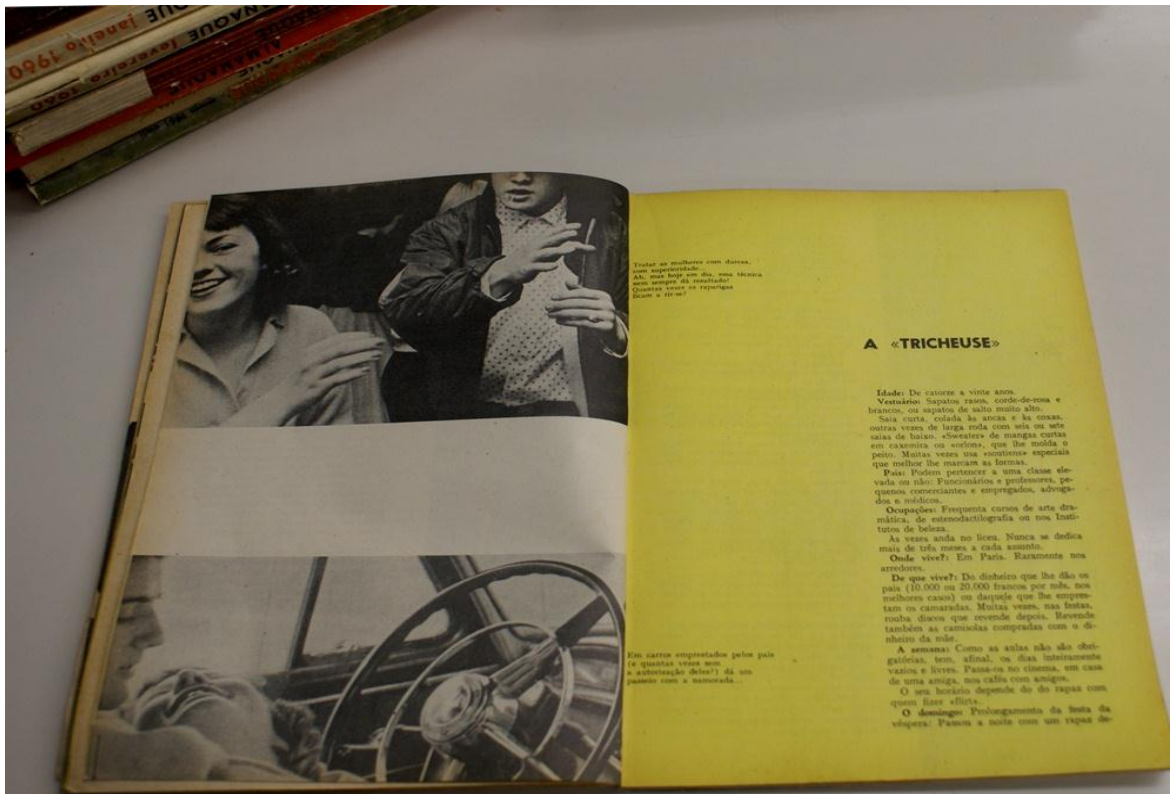
Religião: Não tem.

Amizades: Não se tem fora do grupo. Prefere os amigos às «rapagens». Para ele, a força de um chefe, de um camarada, importa mais do que a presença de uma moça.

Hardeis: Todos são «olheiros», gente que luta. Muitas vezes confundido com actores de cinema: Marko Brandt, Eddie Constantine.

Heresias: No quarto, tem. Frequentemente perguntado à parolice, retratos de «spit-ups» Diana Dors, Jayne Mansfield.

O Grupo: Fora dele é um rapaz como os



**A «TRICHEUSE»**

Idade: De catorze a vinte anos.  
Vestimenta: Sapatos rasos, cordão-de-ouro e branco, ou sapatos de salto muito alto.  
Saia curta, colada às ancas e às coxas, outras vezes de larga roda com seta ou seta saia de baio. «Sweaters» de mangas curtas em caixaria ou «colores», que lhe molda o peito. Muitas vezes usa «coletes» especiais que melhor lhe marcam as formas.

País: Podem pertencer a uma classe elevada ou não: Funcionários e professores, pequenos comerciantes e empregados, advogados e médicos.

Ocupações: Frequenta cursos de arte dramática, de estenodactilografia ou nos Institutos de beleza.

As vezes anda no liceu. Nunca se dedica mais de três meses a coisa alguma.

Onde vive? Em Paris. Freqüentemente nos arredores.

De que vive? Do dinheiro que lhe dá o pai (10.000 ou 20.000 francos por mês, nos melhores casos) ou daquilo que lhe emprestam os camaradas. Muitas vezes, nas festas, rouba discos que vende depois. Revende também as camisolas compradas com o dinheiro da mãe.

A semana: Como as anãs não são obrigadas, tem, afinal, os dias inteiramente de uma amiga, nos cafés com amigos.

O seu horário depende do do rapaz com quem faz «fêrias».

O domingo: Perlongamento da festa da «vêpres». Passa a noite com um rapaz de-

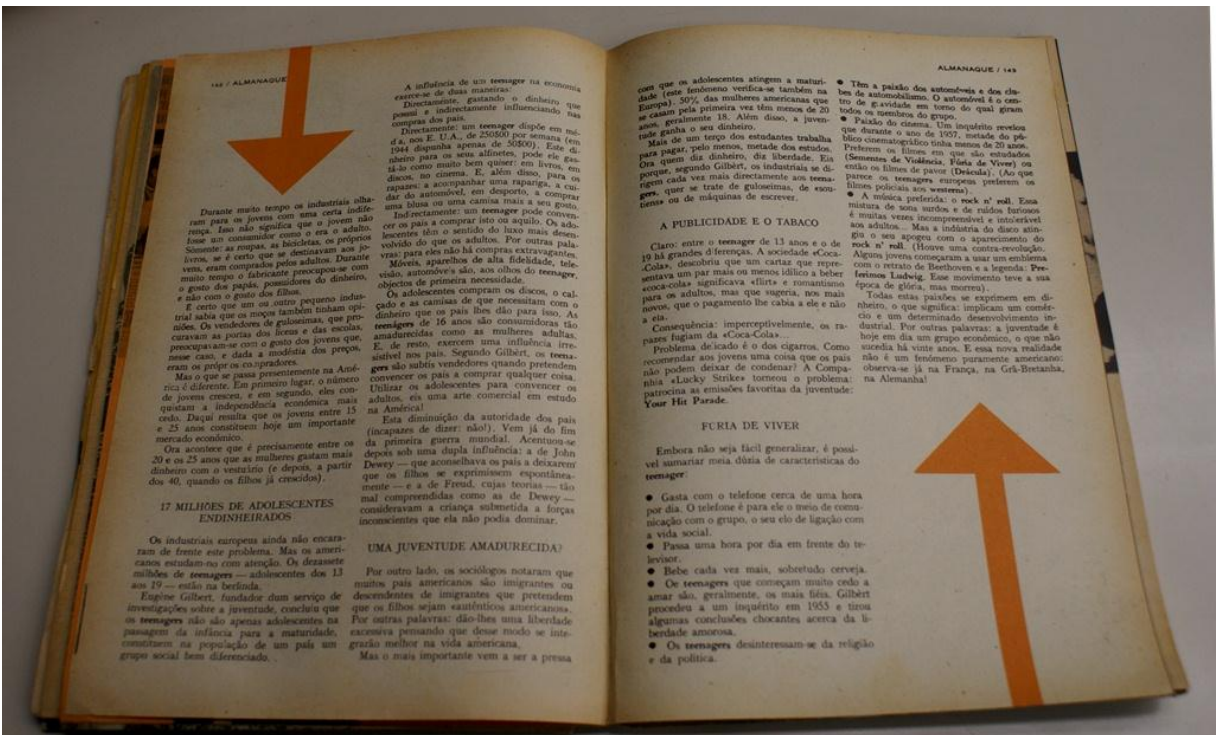


Todal de mulheres com diáscas, sem supressão. Ah, mas hoje em dia, não há mais nem sempre da «tricheuse».



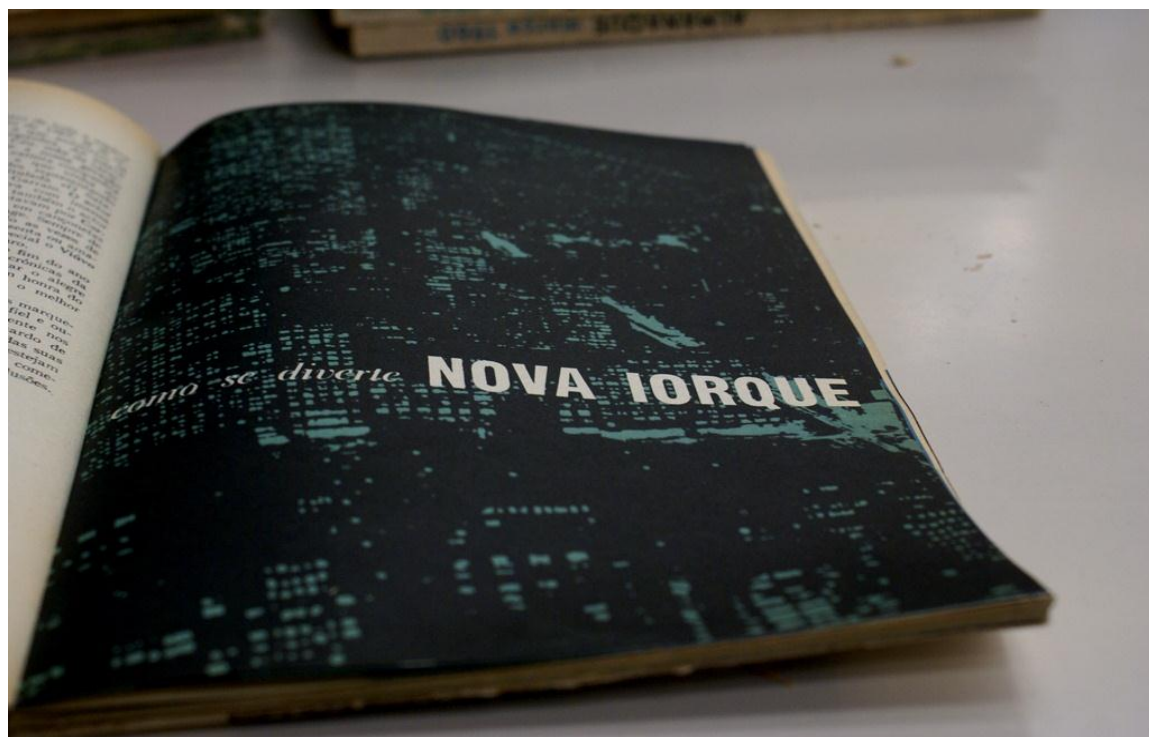
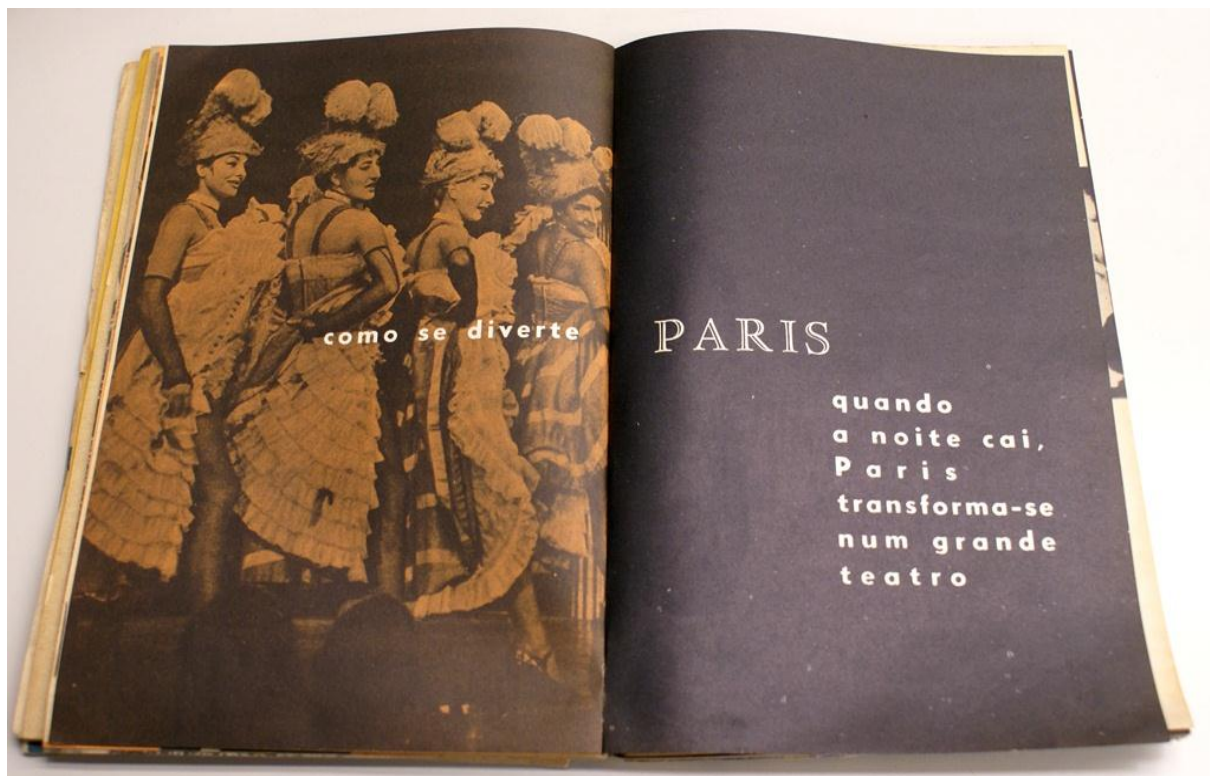
Em carros emprestados pelo pai (e quantos vezes não a «tricheuse» dela?) de um paiuço com a manoad.

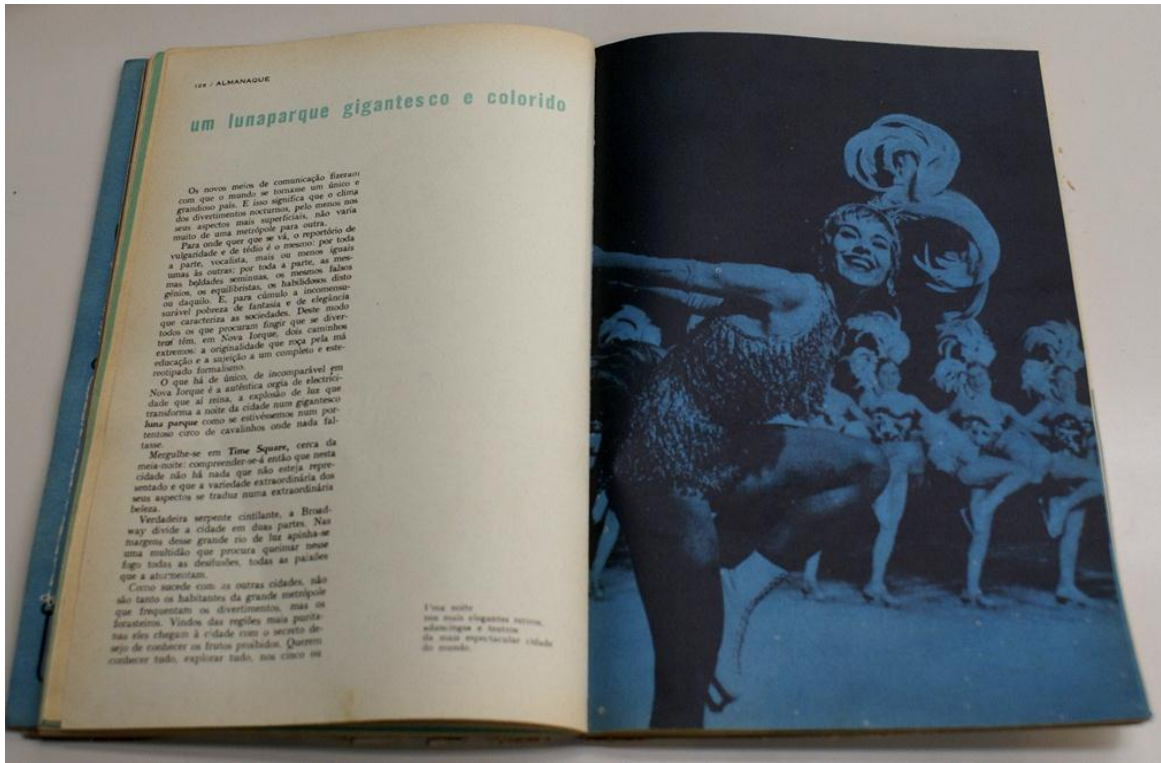
## 1.6. Artigo “A indústria americana descobre a juventude” (A., 12/59)





1.7. Secção “Boémia destes tempos” (A., 12/59; 01/60)





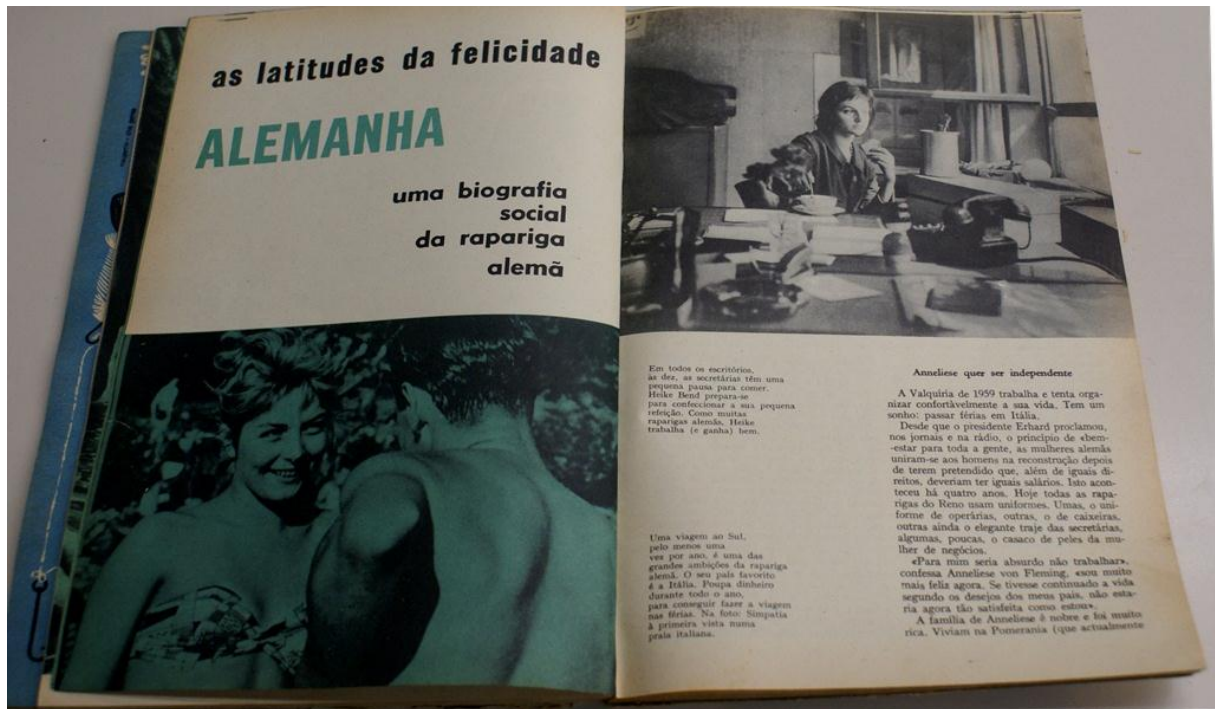
1.8. “As mais belas mulheres do mundo” (A., 12/59)



1.9. Exemplo de publicidade presente na revista (A., 12/59; 02/60)



1.10. Secção “Latitudes da felicidade” (A., 01/60; 05/60; 06/60; 07/60)



as latitudes da felicidade:



## PORTUGAL-2

### cartão de identidade da rapariga portuguesa

#### O PASSADO E O PRESENTE

Maria Helena V., 22 anos de idade, sétimo ano de românticas num colégio interno, trabalha há três anos para conseguir a sua independência económica e conheceu já vários empregos: preceptora de um colégio de provincia; dactilógrafa numa grande empresa industrial; tradutora em casas distribuidoras de filmes. De todas estas ocupações mais ou menos gostou — o ambiente de trabalho não foi desagradável, as remunerações foram suficientes, as próprias actividades, interessantes.

Após as primeiras incertezas, a sua vida parece agora estabilizada: levanta-se às 8 da manhã, não toma pequeno almoço e, enquanto se arranja, ouve música, de rádio se os programas lhe agradam, se não, discos. As nove e meia entra no emprego e ao meio-dia e meia hora sai para almoçar, não em casa que não tem criada, mas num restaurante, sempre o mesmo.

Quando, à tarde, o trabalho acaba, ou vai ao cinema, ou se encontra com amigos e amigas — poucos, de resto. Mas, a maior parte das vezes vai para casa onde, se tem paciência e tempo cozinha o jantar, se não,

manda-o vir já feito. Ao serão, ou traduz ainda legendas de filmes e livros, ou lê e ouve música.

A vida corre assim 300 dias por ano — à parte os domingos e alguns feriados — pois Maria Helena prefere não gastar férias. Logo, o dinheiro não lhe dá para tanto fica taboado.

Seix não vida? Parece que é. De resto representativa de muita rapariga portuguesa empregada, dos nossos dias. Uma, por sua independência — é este o caso de Maria Helena — têm que ir procurando o seu sustento e cada vez mais se afastam da imagem tradicional da filha-família portuguesa, educada hipótese, para lá, à base de labores, de trabalhos domésticos, de literatura de ficção mais ou menos mystificadora e de toda aquela complexa malha de relações, implicando famílias e costumes, a que se chama namoro.

E 64, todavia, para isso que foram educadas. Até aos 18 anos, em ambientes familiares variáveis, beizes ou não, prósperos ou ternos ou familiar da mulher votada à casa e, perpetuamente, ao homem que escolhe desde muito novas encararam uma profissão definida — foram assim educadas.

E, de repente, por voltas que a vida dá, vem-se agora, através do contacto profissional — independentes. Com os mesmos direitos e os mesmos deveres dos seus colegas homens, os mesmos horários e os mesmos salários, os lugares nas bichas sem privilégio

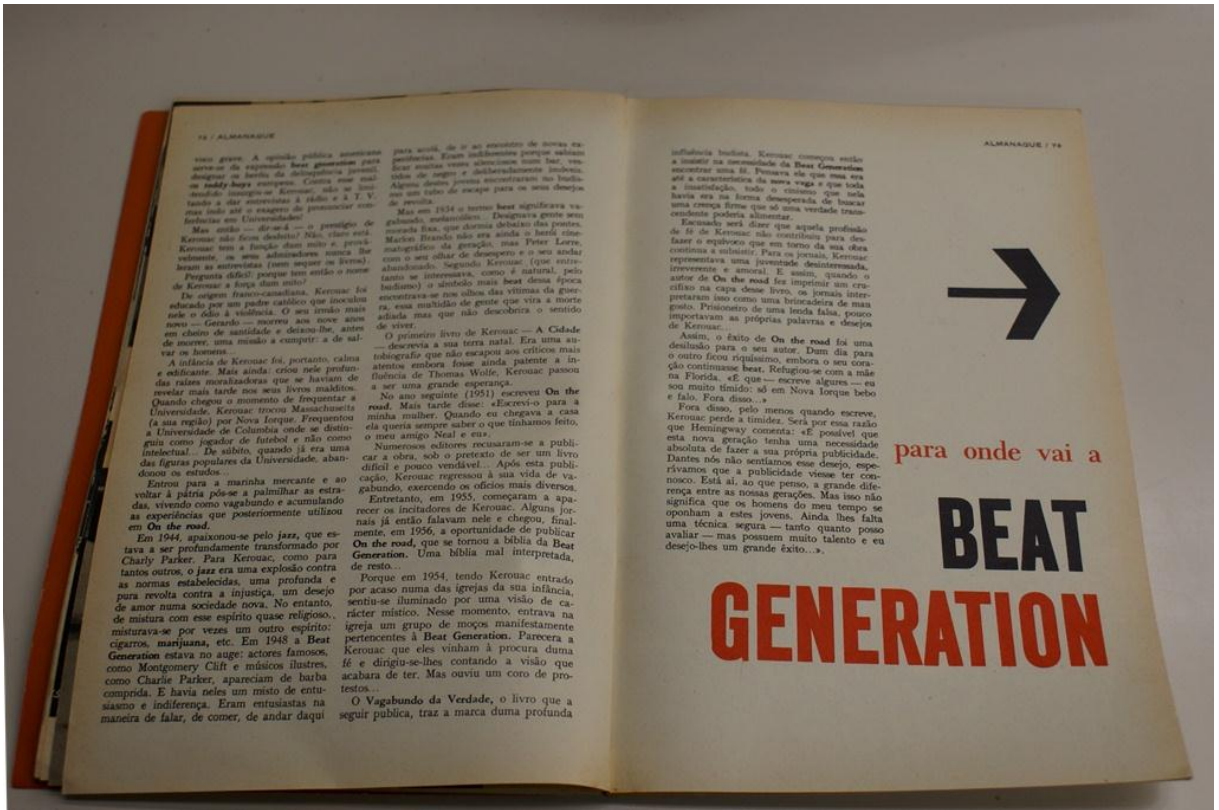


Maria Helena no seu trabalho. Nem todas as empresas portuguesas oferecem às suas funcionárias tanta comodidade como aqui se aprecia.



1.11. Beat Generation (A., 02/60)

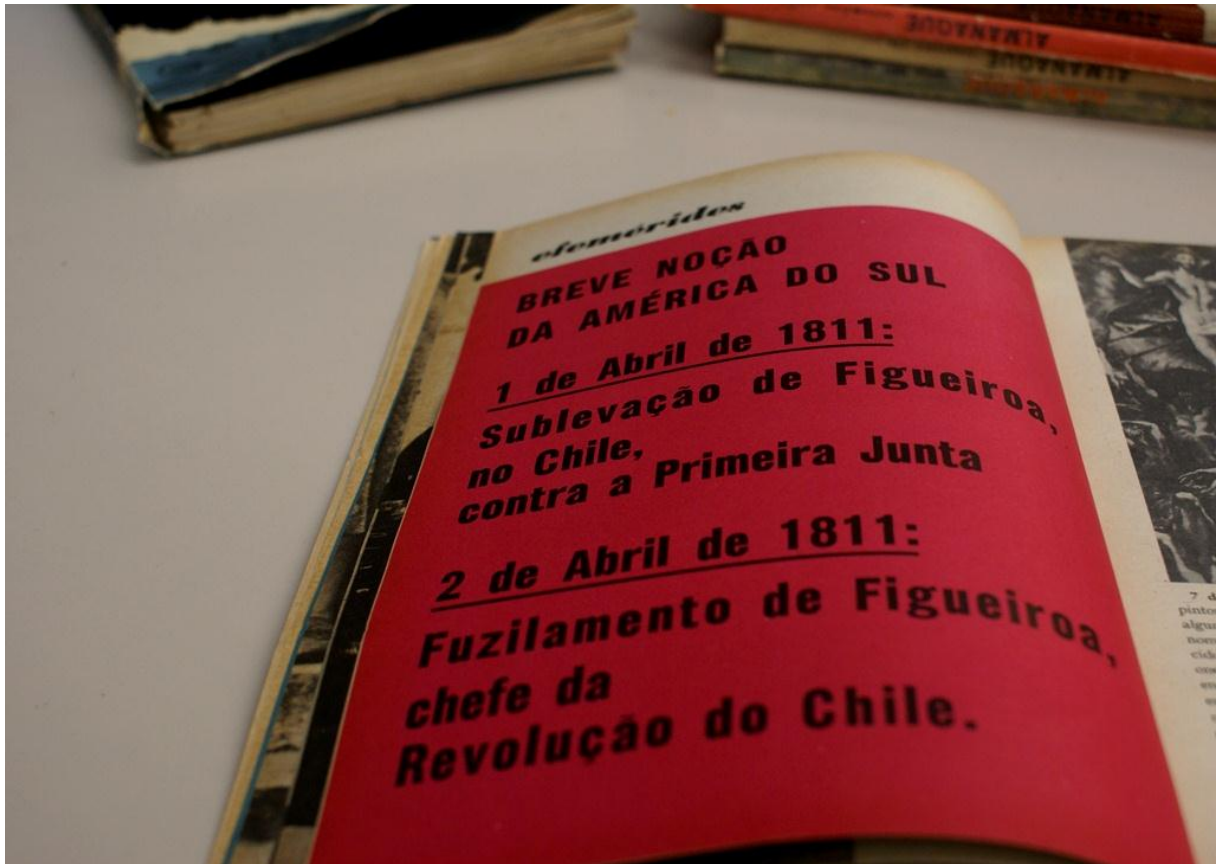




1.12. “Raparigas românticas, sem romantismo” (A., 03/60)



### 1.13. “Efemérides” (A., 04/60)



### 1.14. “Esposa e mártir” (A., 04/60)



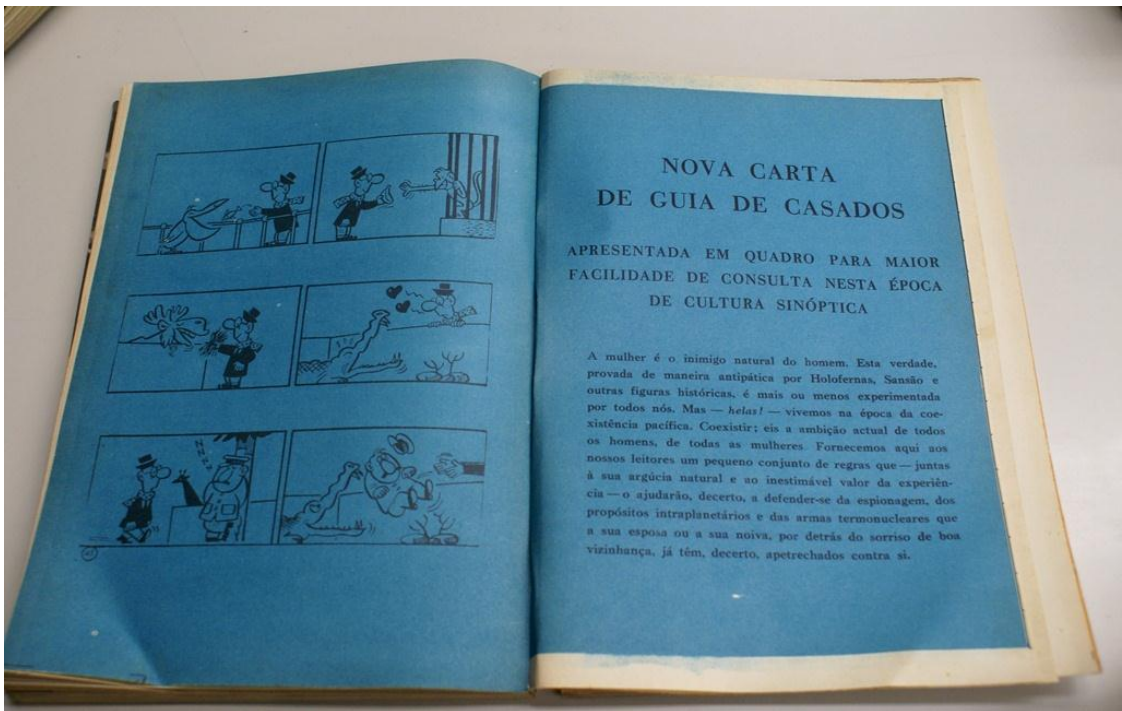


1.15. “O filme do mês” (A., 04/60)



1.16. Relação entre homem e mulher, exemplos (A., 04/60; 05/60)







1.18. "Edital" (A., 10/60)



# EDITAL

O «Almanaque», por razões de bom gosto e elementar sentido crítico, depois de os seus redactores se terem feito lavar mutuamente os cérebros — decidiu remodelar-se. Assim o número de Dezembro será inteligente, sofisticado, espirituoso, subtil — e entretanto profundo. Até lá, porém — e para esgotarem a estupidez que ainda conservam em armazém — os redactores fornecem os números de Outubro e Novembro substancialmente aumentados de páginas. Bem hajam.

OUTUBRO DE 1960

A ADMINISTRAÇÃO

## 1.19. O último número (A., 05/61)

